



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE AGRONOMIA

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

**EDUCAÇÃO POPULAR, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA
CAMONESA: O CASO DE PEDRA LISA NA BAIXADA
FLUMINENSE.**

EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

UFRRJ

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE AGRONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

**EDUCAÇÃO POPULAR, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA CAMPONESA:
O CASO DE PEDRA LISA NA BAIXADA FLUMINENSE.**

EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

Orientadora Professora Dra. Marília Lopes de Campos

Dissertação Submetida como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Educação Agrícola**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

UFRRJ

2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A282e AGUIAR, Eduardo Jordan da, 1988-
EDUCAÇÃO POPULAR, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA CAMPONESA:
O CASO DE PEDRA LISA NA BAIXADA FLUMINENSE / Eduardo
Jordan da AGUIAR. - 2018.
125 f.: il.

Orientadora: Marília Lopes de Campos.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola/PPGEA, 2018.

1. Educação popular. 2. Resistência e Memória
Camponesa. 3. Pesquisa Participante. Pesquisa Ação. I.
Lopes de Campos, Marília , 1964-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola/PPGEA III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

Dissertação Submetida como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação Agrícola, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 16/03/2018

Marília Lopes de Campos, Dra. UFRRJ.

Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ.

Paulo Raposo Alentejano, Dr. UERJ.

AGRACEDIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo! “Deus é bom e seu amor dura para sempre.”

A minha esposa, minha princesa Débora Guimarães Aguiar obrigado por entender os momentos ausentes e os momentos presentes, porém também ausentes escrevendo, lendo e refletindo sobre os temas expostos nessa pesquisa. Você é um presente de Deus em minha vida. Também minha enorme gratidão a minha orientadora Marília Lopes de Campos por toda dedicação, paciência, entusiasmos e vontade. Com certeza aprendi muito, muito com você. Nossas conversas e debates foram inspiradores, aliás, você nos inspira...

Agradeço ao PPGEA, todos os professores, funcionários e amigos de turma que contribuíram e permitiram a realização dessa pesquisa. Deixo minha gratidão também a meu amigo e professor Ramofly Bicalho dos Santos. Dedico essa pesquisa a todos os agricultores, lavradores e moradores do Bairro Pedra Lisa, em Japeri. Em especial o seu Josimar Fausto da Silva agricultor familiar que tão bem nos acolheu. O cafezinho depois da capina na roça e aquele cheiro de terra molhada sempre ficaram guardados na minha memória. Registro aqui também minha eterna gratidão a Antônio Lacerda, Romário Silveira e Bráulio Rodrigues da Silva que é um dos personagens mais importantes das lutas populares e sociais na Baixada Fluminense, e agradeço a Deus todos os dias pelo prazer de poder conhecê-lo e tentar, minimamente, relatar um pouco de sua importância na memória e história da Baixada Fluminense.

Agradeço também ao Grupo de estudo da Educação, Currículo, Cultura e Política da UFRRJ. Os debates, leituras e conversas foram essenciais para discernimento de questões fundamentais nessa pesquisa. Enfim, a todos os amigos que direta ou indiretamente contribuíram para criação, desenvolvimento e finalização dessa pesquisa meu muito obrigado. A luta continua...

RESUMO

AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. **Educação Popular, Resistência e Memória: o caso de Pedra Lisa na Baixada Fluminense**. 2018. 125 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

A presente pesquisa tem como objetivo ressaltar a importância da memória dos agentes sociais e políticos da luta camponesa nas décadas de 1950 a 1960, ocorrida em Pedra Lisa, antes do Golpe Empresarial-Militar de 1964, trazendo-a dinamicamente através de processo de pesquisa participante e pesquisa ação para alguns segmentos sociais de Pedra Lisa na atualidade (2016-7). A Associação de Lavradores de Pedra Lisa foi uma das primeiras organizações civis a resistir e lutar por terra na Baixada Fluminense. Lavradores, auto-identificados como posseiros, que moravam e cultivavam suas terras há décadas em Pedra Lisa, então pertencente ao 8º distrito de Nova Iguaçu, se depararam com grileiros, jagunços, empresas loteadoras e representantes políticos locais interessados em suas terras. Em finais da década de 1950, ocorreu uma intensa disputa e luta por terras nessa região. Nesse contexto, recortamos a experiência da construção da Escola Popular de Alfabetização de crianças e adultos realizada pela Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, como expressão das experiências de Educação Popular em emergência no referido contexto. Nitidamente, a escola de cunho popular buscou ir além do seu papel, primário, de ler e escrever: “*a escola ensinava também coisas sobre a vida*”. Os materiais coletados durante a pesquisa, bem como lideranças e sujeitos participantes do contexto histórico (1950-60), foram trabalhados com participantes do Núcleo Agrário Miguel Couto – Associação dos agricultores e lavradores de Pedra Lisa e adjacências, em 2016, a partir da dinâmica da pesquisa participante/pesquisa ação e da Educação Popular, buscando-se, com isso, o fortalecimento das memórias das lutas populares na Baixada e da escrita de uma outra história a contrapelo, atendendo às perspectivas dos sujeitos populares.

Palavras-chave: Resistência e memória camponesa. Educação Popular. Pesquisa Participante/Pesquisa Ação.

ABSTRACT

AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. **Education Popular, Resistance e Memory: o cazy of Pedra Lisa at Baixada Fluminense**. 2018. 125 p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, seropédica, RJ. 2018

This research aims to reclaim the importance of the social and political agents who, in the 1950s to 1960s, before the 1964 Military Coup in Brazil, were part of peasant-resistance movements in Pedra Lisa – a set of semi-rural communities inside Baixada Fluminense, State of Rio de Janeiro – highlighting, through processes of active and participative research, the memory of their struggle, as well as making it available to the members of of Pedra Lisa's communities today. The Pedra Lisa's Peasant Association was one of the first civil organizations to resist and fight for land at Baixada Fluminense. Self-identified as *posseiros*, those peasants, who lived and worked in their properties for decades in Pedra Lisa – then belonging to the 8th district of the city of Nova Iguaçu – had to deal with batch-making companies, *jagunços*, *grileiros* and local political figures with their own agendas. Therefore, the late 1950s was a time of intense dispute for land at that area. In this setting, the foundation of the Popular Literacy School for Children and Adults, carried out by the Pedra Lisa's Peasant Association, stand out as one of the most substantial experiences of popular education emerging in the region. Notably, the popular school sought to go beyond its primary role of reading and writing: "*the school also taught things about life*". The materials collected during research, including information about leaders and other subjects of that historical context (1950-60), were cultivated, in 2016, with the participation of members of the Agrarian Center Miguel Couto, of the Pedra Lisa's Peasant Association, based on a participatory research/action research dynamic, as well as observing the parameters of popular education, thus seeking to strengthen the memories of popular movements at Baixada and, furthermore, longing for the writing of another story, now taking into account the perspectives of the people who dedicated their lives to those communities.

Key words:Resistance and peasant memory. Popular Education. Participatory research.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Periódico Última Hora, 13/04/1961. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.	18
Figura 2 : Bráulio Rodrigues da Silva.....	20
Figura 3: Periódico Voz operária, 19/07/1958. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.	29
Figura 4: Periódico Voz Operária, 27/07/1957. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.	34
Figura 5: Mapa Atual do bairro de Pedra Lisa, fazendo parte de Japeri. Google Maps, acessado em 05/10/2017.....	40
Figura 6: Última Hora, 13/01/1960. Arquivo Diocesano.	45
Figura 7: Foto da Escola de Alfabetização dos Lavradores – posseiros de Pedra Lisa quando já municipalizada, na década de 1970, porém com a mesma estrutura da sua fundação em 1959.....	58
Figura 8: Periódico Última Hora 08/03/1960. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.	60
Figura 9: Periódico Última Hora, 11/11/1960. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.	62
Figura 10: Placa de bronze em homenagem ao governador Miguel Couto por ter aderido a luta dos camponeses e ter oficializado a posse das terras em Pedra Lisa.	65
Figura 11: Periódico Última hora, 09/02/1960. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.	73
Figura 12: Rosto do folheto de divulgação do Encontro: Memórias da Luta pela Terra em Pedra Lisa.....	85
Figura 13 : Foto do Núcleo Agrário Miguel Couto – Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa. Setembro de 2017.....	88
Figura 14: Folheto desenvolvido na pesquisa participante-ação	92
Figura 15: Frente e verso da capa do livro Experiências do PET Educação do Campo e os Movimentos Sociais na UFRRJ.	97

SUMÁRIO:

<u>INTRODUÇÃO</u>	01
<u>1 CAPÍTULO 1 - NÃO PODEMOS DEIXAR A MEMÓRIA SER PERDIDA E AS VOZES SILENCIADAS: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O ESQUECIMENTO E SILENCIAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE</u>	08
1.1 – Sobre Memória(s), História das Lutas Populares, silenciamentos e resistências.....	08
1.2 – Bráulio Rodrigues: protagonista de uma história da Baixada à contrapelo.....	18
<u>2 CAPÍTULO 2 – ECOS DAS LUTAS CAMPONESAS EM PEDRA LISA NO CONTEXTO DA BAIXADA FLUMINENSE DÉCADAS DE 1950, 1960 E 1970</u>	40
2.1 – Aspectos históricos de Nova Iguaçu.....	40
2.2 – Contexto histórico da Baixada Fluminense na década de 1940 e emergência das lutas camponesas.....	42
2.3 – A experiência da Educação Popular da Escola de Pedra Lisa produzida pela Associação de Lavradores (final 1950 e 1960).....	49
2.4 – A experiência de Educação Popular de Pedra Lisa (décadas 1950 e 1960) em diálogo com as experiências contemporâneas de Educação do Campo.....	67
<u>3 CAPÍTULO 3 – REFLEXÕES ACERCA DA VIVÊNCIA COM A EDUCAÇÃO POPULAR E OS AGRICULTORES EM PEDRA LISA: a quem sirvo com minha ciência?</u>	83

<u>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	99
<u>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	105
5.1- Arquivos	105
5.2- Livros, teses e artigos	105
5.3- Periódicos.....	107
<u>6 ENTREVISTAS - ANEXOS</u>	108
A - BRÁULIO RODRIGUES DA SILVA.....	108
B - ANTÔNIO LACERDA.....	115
D - MOACIR SILVEIRA.....	117
C - ROMÁRIO SILVEIRA.....	119

Introdução

Este trabalho surgiu de um anseio por conhecer a história e os processos educativos populares da Baixada Fluminense, especialmente de Nova Iguaçu, minha terra natal. Os grandes acontecimentos e as grandes discussões estiveram em meu caminho durante a escolha do quadro temático da pesquisa, porém a busca por estudar minha região se sobressaiu. Sendo assim, neste trabalho, estudamos experiências de Educação Popular num sentido amplo: processos de conscientização/organização dos posseiros-lavradores de Pedra Lisa na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 1960. O movimento camponês da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa foi um marco no conflito por terras na Baixada, um dos movimentos pioneiros de resistência ao processo de avanço do Capital imobiliário na Baixada em meados de 1940. O bairro de Pedra Lisa— que, na época, fazia parte do município de Nova Iguaçu— foi um palco por onde passaram grandes lideranças do movimento camponês fluminense e do cenário político do Rio de Janeiro, com destaque para Bráulio Rodrigues da Silva e José Matias, líderes da Associação de Lavradores; Roberto Silveira e Miguel Couto, governadores do Rio de Janeiro que estiveram presentes em Pedra Lisa, apoiando o movimento dos lavradores contra os grileiros. O ex-governador Miguel Couto foi importante ao dar a posse, legalmente, aos lavradores de Pedra Lisa. Talvez o leitor se questione como uma região que fica a mais de 70 Km da capital do Estado do Rio de Janeiro pode ter despertado tanto interesse das elites políticas e imobiliárias do RJ. O relato do professor Romário Silveira¹ pode nos aproximar dessa contextualização:

As regiões de Miguel Pereira, Paty do Alferes, Vassouras, (do Vale do Paraíba em geral e do Sul Fluminense) foram ocupadas em processos anteriores. Processos provocados pelos surtos econômicos do *ouro* (eram caminhos para escoamento do ouro das Minas Gerais) e posteriormente do *Café*. *Então*, entre as terras ocupadas pelas fazendas cafeeiras (da Região Serrana, do Centro Sul Fluminense e do Vale do Paraíba) E a antiga capital da Província e dos subúrbios do Rio de Janeiro *ficava* essa região de pântanos, cercada por rios sinuosos, grandes extensões de terras submersas, epidemias diversas e pouco valor econômico já que a "não" produção do café "não"

¹Romário Silveira, morador de Engenheiro Pedreira (Baixada Fluminense) pedagogo, educador militante social. Em sua monografia de graduação narra as diversas realidades que vivenciou nas escolas do campo de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Conviveu com Seu Bráulio e outras lideranças camponesas, ouvindo muitas dessas histórias dos anos 1950 em diante.

demandou a construção de infraestruturas na região. *Japeri* foi sempre uma região de *passagem*, pois estava entre a serra (produtora) e o litoral (porto). Com os processos de *drenagem* dos rios da região, a *retificação*, a *construção de diques* - todas em função de atender à necessidade de energia elétrica e água para o Estado da Guanabara, o *rio Guandu* foi transformado nesse grande curso de água e as terras antes submersas passaram a ser emersas, valorizadas e disputadas... Estou tentando resgatar a história dos *Irmãos Guinle* (família grande proprietária de terras na região e que, segundo me disseram, possuíam articulações até com os Rockefellers dos EUA), o Conde de Al Gesur, os Paes Leme, os Modesto Leal, os Wainsagen, os Normandia...) - Tudo isso para compreender as influências de capitais e interesses internacionais determinando nossos destinos. Bem, para concluir, eu *penso* que em Jaceruba e Pedra Lisa temos uma população originária e majoritariamente formada em 2 (DOIS) processos distintos: Alguns foram trazidos como meeiros, colonos para trabalhar nas terras da Fazenda São Pedro, das famílias Paes Leme e Junqueira. Algumas famílias são descendentes dos *funcionários públicos* que vieram trabalhar no período da construção da *represa*. Eram ferroviários, guardas de água e florestais, etc. Outros, a maior parte, vieram nos processos de ocupação após a retificação do Rio São Pedro... São trabalhadores oriundos de Campos (Chico Lacerda), Minas (Bráulio Rodrigues), os Brum, Cruz, Aguiar,..²

Pedra Lisa, entre as décadas de 1940 e 1960, ocupou os noticiários dos veículos de imprensa como uma região de grande litígio pela terra.³ Citamos também como metodologia para o segundo capítulo, a investigação pautada nos periódicos como *Correio da Lavoura*, *Imprensa Popular*, *Voz Operária*, e *A Noite*.

Diante desse grande legado histórico-social que representa Pedra Lisa, no primeiro capítulo desse trabalho nos propusemos a estudar a importância da memória

²Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. Anexo IV. [NOV/DEZ E JAN 2017/2108]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. ENTREVISTA. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto. As palavras grafadas em itálico correspondem à ênfase dada em sua resposta pelo professor.

³Há uma vasta obra que se dedica de uma forma mais profunda aos movimentos sociais e as lutas populares e camponesas na Baixada Fluminense, tais como: GRZYNSZPAN, Mario (Coord.). Levantamento histórico dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro (1950-1990). Rio de Janeiro: Seaf, 1990; GRZYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro; BERNARDES, J. A. Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia); SOUZA, S.M. Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS Dissertação de Mestrado, 1992; SILVA, Percival Tavares. MAB (1972-1992): relação vanguarda-base-massa- práxis político-educativa. Dissertação (Mestrado em educação), IESAE/FGV, Rio de Janeiro, 1994; ARAÚJO, F. G. B. Lutas pela terra na Baixada da Guanabara. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre outros que são tão ou mais importantes.

dos agentes sociais e políticos que lutaram por direitos na Baixada e, conseqüentemente, buscamos abordar os processos de silenciamento e esquecimento ocorridos em Pedra Lisa. Desse modo, observamos e ressaltamos a história negada, a história dos vencidos e como os lavradores ocupantes daquelas terras escreveram a contrapelo uma história de luta pela terra na Baixada Fluminense. Procuramos problematizar como a perda ou o silenciamento dessas memórias da luta pela terra contribuem para a diminuição da identidade social e histórica dos cidadãos iguaçuanos relativa à sua região. Para tal propósito, dialogamos com Le Goff, Benjamin, Lowy, De Decca, Pollack, Alves, Thompson e Halbwachs. O diálogo com o historiador e coordenador do arquivo diocesano de Nova Iguaçu, Antônio Lacerda, foi fundamental também para a composição desse texto. Lacerda, através da Cúria Diocesana, palestra e passeios históricos, luta pela valorização da historicidade de Nova Iguaçu. Sendo assim, pretendemos ressaltar como sujeitos históricos buscaram escrever e “escovar a história a contrapelo”, ou seja, contra um sistema que os consideravam subversivos, inferiores, indignos. Dialogando com De Decca (1990), percebemos que o discurso ideológico se materializa, justamente, pelo ocultamento da diferença, da contradição, da luta e da resistência da classe popular contra as injustiças dos detentores do poder.

No segundo capítulo, dividido em quatro subtítulos, buscamos abordar a historicidade de Nova Iguaçu, a gênese da luta por terras na Baixada em 1940, o litígio camponês em Pedra Lisa, a experiência da Educação Popular com a escola de Alfabetização. Estudamos também o processo da escola de alfabetização de Pedra Lisa e seus valores na busca da emancipação humana e de inspiração para valorização de uma educação no campo e para o campo na atualidade. Para tal proposta, realizamos Pesquisa Participante/Pesquisa Ação⁴ com o Núcleo Agrário Miguel Couto – Associação

⁴Dialogando com Freire e Brandão (1981), buscamos modos de realizar uma Pesquisa Participante/Ação, ou seja, um projeto que não fosse somente sobre eles, para eles, mas **com** eles: as classes populares e camponesas de Pedra Lisa. Entre o processo de levantamento de dados e a parte metodológica, haja vista que esse texto tem como centro as classes populares, dialogamos e buscamos através de intervenções educativas, reuniões e propagação de conhecimento (Folheto) uma ação que não simplesmente formasse um texto padronizado acadêmico, mas despreziosamente algo que nos melhorasse como seres humanos, algo que deixasse um legado aos lavradores de Pedra Lisa. Não que eles precisem do meu projeto acadêmico para seus processos sociais e identitários, pois os movimentos sociais nunca precisaram de uma sala de universidade para sobreviver; todavia, encontramos vozes, sonhos e uma classe trabalhadora vibrante e afetiva, a sua história, a sua memória.

dos Agricultores e Lavradores de Pedra Lisa e adjacências, especialmente com Seu Josimar (vice-presidente da Associação e agricultor familiar) que compartilhou suas memórias conosco, bem como documentos do arquivo da Associação. Nesse viés de uma pesquisa participante e popular, ajudamos no “Encontro Memórias da Luta pela Terra em Pedra Lisa”, organizado principalmente por Romário de Oliveira, educador e militante popular na Baixada Fluminense. Nesse encontro, realizado em 16 de setembro de 2016, pudemos reunir pesquisadores (Leonilde Servolo de Medeiros, Gabriel Bastos, Romário Silveira e Eduardo Jordan S. Aguiar) e atores sociais importantíssimos para a história de Pedra Lisa, tais como seu Bráulio Rodrigues da Silva, seu Moacir, João Peres, João Colombo, seu Josimar Fausto da Silva,⁵ dentre outros. Tal encontro foi preponderante para nortear os caminhos dessa pesquisa. Citamos também como metodologia para o segundo capítulo, a investigação pautada em periódicos como Correio da Lavoura, Imprensa Popular, Voz Operária, e A Noite. Sobremaneira também o diálogo com os autores GRZYNSZPAN, ALVES, GOMES, TORRES, ALENTEJANO, ARROYO EFERNANDES, BRANDÃO, JOSSETI, ARAÚJO, MEDEIROS, CALDART, MÈSZARÒS, CARRETERO; ROSA E GONZÀLEZ, BICALHO, GENTILI e FREIRE. Este último serviu como base teórica e prática para a maioria das vivências e para a escrita deste texto.

A História Oral e, conseqüentemente, as entrevistas, nos aproximaram verdadeiramente e organicamente dos sujeitos da pesquisa. As conversas com os agentes históricos nos levavam a novas discussões e problematizações. Talvez tenha sido o aspecto mais enriquecedor que esse projeto tenha nos proporcionado: “tomar um cafezinho no sítio de Seu Moacir ou o almoço em Magé na casa do Seu Bráulio”. São sensações e sentimentos inexplicáveis que todo pesquisador, estudante, educador deveria sentir. A pesquisa participante/pesquisa ação, dialogando com Brandão, nos

⁵Seu Josimar é atualmente coordenador e vice-presidente do Núcleo Agrário Miguel Couto – Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa e Adjacências; Dona Marli Bernardo é agricultora Familiar, militante comunitária. Fundou a Associação Jacira Alves Lacerda em Jaceruba, e ainda continua mobilizando a comunidade de Jaceruba em prol de uma educação para seus netos e para a comunidade em geral; Seu Moacir foi estudante da Escola Popular de Alfabetização de Pedra Lisa em sua gênese e ainda é agricultor familiar que lidera a feira da roça no município de Japeri; Geraldo Colombo foi agricultor familiar por muitos anos em Pedra Lisa, “até onde os joelhos aguentaram” (Fala do mesmo). Participou da construção e crescimento da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, e também da companhia que criou, drenou e ampliou diques em torno do Rio Guandu.

permite isso: ensinar e aprender ao mesmo tempo. O “objeto” de estudo deixa de ser um objeto obsoleto e sem vida: passa a ser um encontro entre “sujeitos” da pesquisa num projeto de conscientização com um objetivo social, com uma finalidade que vai além de diplomas, notas e elogios. Torna-se uma atividade humanizadora e colaborativa, um dever, uma contribuição mútua e fundamental. Desestabilizar as estruturas de poder que controlam a memória histórica e que produzem classes populares sem identidade social com as memórias das classes populares.

Nesse processo de humanização presente nas atividades de Pesquisa Participante/Ação, buscamos abordar no terceiro capítulo – REFLEXÕES ACERCA DA VIVÊNCIA COM A EDUCAÇÃO POPULAR EM PEDRA LISA: “A quem sirvo com minha ciência?” – esse questionamento proposto por Brandão (1999), que esteve presente desde a gênese dessa pesquisa, qual seja: a quem serviria minha pesquisa? Qual o objetivo de minha pesquisa? Qual público pretende atender? Decerto que muitas coisas que são produzidas na Universidade e ligadas a ela ficam presas em seus muros levantados sobre o pilar da má distribuição de renda e da educação. Mediante tais fatores, muitas vezes o que produzimos fica relegado a notas de rodapé de algum pesquisador interessado em nosso assunto ou a seminários também com o mesmo propósito. Buscando combater tal forma de apropriação (ou expropriação, dependendo do sujeito e do ponto de vista) de conhecimento, buscamos ressaltar nesse terceiro capítulo as experiências que tivemos com a própria Educação Popular, da Pesquisa Participante e da Pesquisa Ação. Para tal resultado, dialogamos com Brandão, Mèszaròs, Thompson, Medeiros e, principalmente, Freire.

A busca por uma pesquisa que pudesse dialogar com os sujeitos populares nos levou à criação de folhetos para divulgação e conscientização dos moradores de Pedra Lisa. Tais folhetos buscaram trazer uma abordagem sobre nossa pesquisa, sua região e a historicidade da região, aspectos necessários ao processo de “resgate” da memória com objetivo da criação de identidades locais e regionais como mecanismos de resistência ao silenciamento e ao apagamento das lutas populares. Decerto que a história hegemonicamente contada através dos principais meios de comunicação e de formação é a história dos vencedores, dos dirigentes do poder. O discurso ideológico de poder das classes dominantes busca ofuscar, oprimir e silenciar as manifestações sociais,

históricas e culturais das classes populares. No entanto, ouvir as narrativas de Seu Bráulio e dos demais sujeitos que fizeram parte desse processo nos revela a história a partir de outro ponto de vista. Nesse caminho, relato, no último capítulo, minhas experiências na Associação de Pedra Lisa, no grupo de Estudos em Educação Popular e Movimentos Sociais que tem professora Marília Campos – minha orientadora – e professor Leandro Machado como coordenadores.⁶ Seu olhar preciso e orgânico sobre as lutas sociais na Baixada Fluminense revela seu desejo de profundas mudanças para as classes populares que sofrem há anos com descaso e abandono. Relato também as experiências anteriores com o Grupo PET Educação do Campo e Movimentos Sociais que contribuiu para minha formação voltada para a Educação do Campo e, conseqüentemente, para esse trabalho. Deixamos aqui registrada a contribuição de Ramofly Bicalho dos Santos que foi meu professor, coordenador do Grupo PET e orientador do meu trabalho monográfico de graduação em História na UFRRJ. O referido professor, ao nos incentivar a estudar a Baixada Fluminense e suas problematizações, nos levou ao encontro do tema sobre o conflito entre grileiros e posseiros em Pedra Lisa. Tem-se, ainda, muita história enterrada sob sangue e lágrimas na Baixada Fluminense, cabendo a nós, educadores, pesquisadores, cidadãos e professores cavarem, vasculhar essa rica e belíssima história de luta, sobrevivência e resistência dos agentes históricos da Baixada e, assim, combater o silenciamento, o esquecimento que povoa as instituições políticas, de ensino, religiosas e populares da Baixada Fluminense. O que buscamos com o presente trabalho é valorizar as memórias dos conflitos sociais e camponeses de Pedra Lisa, ressaltando a ação de seus agentes históricos, bem como o protagonismo da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa que serviu como experiência de organização camponesa popular para várias outras que se seguiram, trazendo esses conteúdos históricos para dialogarem com alguns sujeitos em sua realidade atual em Pedra Lisa. O objetivo está para além do leitor tomar conhecimento de uma escola de alfabetização popular criada pelos próprios lavradores, para atendê-los em suas próprias demandas culturais, para formação dos seus. Ao compartilhar essas experiências dialogando-as com a realidade atual de Pedra Lisa,

⁶Importante citar também os encontros da Linha de Pesquisa *Educação Popular, Movimentos Sociais e Currículo* organizada pelos referidos professores no âmbito do Grupo de Pesquisa (CNPq) sobre Currículo, Cultura e Política. Nos encontros do grupo, fizemos importantes debates acerca dos temas que trato aqui neste trabalho.

convidamos a todos a realizarem sua inserção e inscrição no mundo a partir da perspectiva popular, da escrita de uma *outra* história, para emancipação humana de todos nós.

CAPÍTULO 1 - NÃO PODEMOS DEIXAR A MEMÓRIA SER PERDIDA E AS VOZES SILENCIADAS: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O ESQUECIMENTO E SILENCIAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE

O ódio tem melhor memória que o amor.
Honoré Balzac.

Porém...

“Pela terra a gente fazia tudo.”
Bráulio Rodrigues da Silva, ex- presidente é
um dos fundadores da Associação de Lavradores de Pedra Lisa

1.1 – Sobre Memória(s), História das Lutas Populares, silenciamentos e resistências:

Certamente para falar sobre Educação do Campo, Educação Popular e luta por direitos dos posseiros e lavradores de Pedra Lisa, falaremos sobre amor. Sobre como sujeitos antes marginalizados transformaram-se, na década de 1950, em protagonistas de um movimento único e pioneiro que marcou e compôs as lutas pela reforma agrária no Brasil.

Todavia, também falaremos de ódio. Ódio de uma elite emergente no cenário da Baixada Fluminense que buscava a consolidação e a manutenção de suas regalias em detrimento dos direitos dos posseiros de Pedra Lisa – ódio este materializado na perseguição dos lavradores e posseiros.

Falaremos também de esquecimento da liderança Bráulio Rodrigues da Silva. Bráulio: um dos fundadores da Associação de Pedra Lisa naquela década de 1950-60 e, posteriormente, na década de 1980, participante do Movimento de Amigos de Bairro (MAB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Tendo sido um dos criadores da primeira escola popular de Pedra Lisa (1959), 57 anos depois (2016), é impedido de entrar na escola pública municipal erguida no mesmo espaço onde antes funcionara a escola dos agricultores, pois o mesmo em um evento que buscava homenagear os agentes sociais que lutaram por terras e direitos na Baixada Fluminense. A representatividade de Bráulio Rodrigues da Silva é imensurável para a historicidade da

questão da luta camponesa na Baixada, mas sobremaneira para a memória das classes populares suas lutas e conquistas. Conforme Romário Silveira:

Conheci o Bráulio da década de 80. Amadurecido, após a tortura, após a prisão, após décadas de perseguições. Era um líder mais conciliador do que revolucionário. Valorizava muito a reconquista da democracia burguesa, a atuação nos Conselhos Municipais, nas assessorias dos governos. Conquistava pequenas vitórias que "empoderavam" as lideranças comunitárias que o seguiam. Foi base de apoio dos governos do PMDB. Na época, o PMDB não era essa podridão que se conhece, mas consigo entender melhor o Bráulio daquela época. Talvez porque me coloco na posição dele. Mas, o BRÁULIO que *ouvi falar*, da décadas de 60 e 70, das ocupações de Pedra Lisa e Jaceruba... - o jovem Bráulio - *É um mito!!!* Liderança forte! Sempre tinha uma resposta convincente para os companheiros! Capaz de reagir aos ataques dos grileiros! *Trabalhador!!!* Um homem admirado por muitos e temido por outros. *Invejado* por outros...⁷

Romário Silveira é professor, pesquisador, militante na busca por uma educação igualitária e por direitos para as classes populares na Baixada Fluminense, em especial em Jaceruba e Pedra Lisa. Desde a década de 1980 vem dedicando suas forças e tempo às causas populares dos cidadãos mais perseguidos e oprimidos. Sua ligação com Pedra Lisa é mais que política, é sentimental e afetiva. Essa afetividade levou o mesmo a querer estudar sua região, a buscar melhorias e projetos que visassem o desenvolvimento de sua comunidade.

O bairro de Pedra Lisa, em 16 de setembro de 2016, serviu para abrigar o encontro de pesquisadores, agricultores, professores, agentes sociais e outras personalidades que contribuíram para a construção do bairro. Seu Bráulio foi um dos

⁷Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. Anexo IV. [NOV/DEZ E JAN 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. ENTREVISTA. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto

homenageados no referido encontro. Foi um momento mágico que serviu para revitalização do espaço da antiga Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, hoje Núcleo Agrário Miguel Couto. Tal encontro teve ainda a participação de Leonilde Sérvolo de Medeiros (CPDA – UFRRJ)– pesquisadora da questão camponesa no estado do Rio de Janeiro, autora de livro com transcrições de narrativas de Bráulio Rodrigues da Silva (MEDEIROS, 2008) que muito nos ajudou no presente trabalho– e do professor, pesquisador e militante social Romário Silveira – cuja intervenção possibilitou a realização do encontro. O objetivo de tal encontro foi justamente o de realizar uma pesquisa participante e pesquisa ação entre os pesquisadores sobre Pedra Lisa – Leonilde Servolo de Medeiros, Gabriel Souza Bastos, Romário Silveira, o autor do presente texto – e os moradores locais. O encontro contou também com uma participação muito importante: Seu Bráulio. Sua presença e de outros personagens históricos serviu para avivar a luta, lembrar do passado e ter uma nova perspectiva de futuro. Vale ressaltar minha pesquisa anterior sobre Pedra Lisa: “Organização, resistência e luta dos lavradores – posseiros de Pedra Lisa na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 1960”⁸.No encontro, observamos narrativas de resistência, organização e luta como a de seu Bráulio, Dona Marluce Bernardo, seu Geraldo Colombo, seu João Machado e Moacir Silveira: todos são histórias vivas de Pedra Lisa. Todavia, podemos ressaltar a falta de empatia da Escola Municipal de Japeri, local onde ocorreu o encontro, para com seus personagens históricos. Essa desconsideração se expressou desde o impedimento de usarmos a Escola ao total desprezo pelo nosso encontro. Sendo assim, dialogando com DE DECCA (1981), percebemos que há uma forma dos setores dominantes/dominadores de pensar as classes populares como nulas, irrelevantes ou vinculadas à noção de atraso no processo de formação da sociedade brasileira. Esse sentimento é materializado em diversas formas, seja sob a forma de ódio ou de desprezo.

No processo de impedimento notamos a negação não só de Bráulio Rodrigues, mas o rompimento com a memória da luta pela terra. O Estado que hoje exerce o poder

⁸AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. Organização, Resistência e luta dos Lavradores – Posseiros de Pedra Lisa na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 1960. Monografia do Curso de História, UFRRJ. Seropédica, junho de 2015.

em Pedra Lisa é remanescente dos anos de chumbo da história brasileira. O impedimento do líder popular Bráulio Rodrigues da Silva é a negação exposta da memória popular, da memória dos agentes sociais que lutaram pela terra e por direitos na Baixada. A escola que não permitiu a realização do Encontro da Luta Pela Memória da Terra em Pedra Lisa não era mais a escola popular dos lavradores, mas uma escola sob a lógica do Estado, numa ótica burguesa liberal de educação voltada para a formação de mão-de-obra qualificada, superficial e despolitizada para o mercado de trabalho.

Esse processo de silenciamento vem, desde o Golpe de 1964, suprimindo as vozes, configurando ecos de grupos que lutavam por direitos. Certamente os Lavradores de Pedra Lisa, no interior do Estado do Rio de Janeiro, representaram o eco das vozes da história e das memórias das classes populares que a contrapelo tiveram seu passado cortinado pelo véu do discurso político dos vencedores. Marc Bloch (1942) nos disse que a História é a “ciência que estuda os homens no tempo”; porém, que homens são esses? São os que venceram e controlam as estruturas de poder? As classes populares e pobres fazem parte desse conjunto de “homens no tempo” ou foram esquecidas, silenciadas?

Benjamin Constant disse: “A gratidão tem memória curta”. Neste caso, mais que ingratidão, trata-se da produção de um esquecimento social, ideológico e político (POLLAK,1989) para com uma liderança popular como Bráulio Rodrigues, representante da gênese da luta por terra, pelos direitos dos camponeses e pela Educação Popular na Baixada Fluminense.

Esse fenômeno se mostra, infelizmente, naturalizado e recorrente em diversos âmbitos da Baixada Fluminense. As lideranças populares que participaram da formação e construção social e políticas das metrópoles da Baixada, de importantes lutas e movimentos de contraposição e de resistência, hoje são esquecidas e impossibilitadas de, muitas vezes, entrar em certos espaços públicos, quando não tratadas como marginalizadas e inferiores por uma ideologia política que constrói uma determinada história da Baixada Fluminense a partir do ponto de vista das elites. Dialogando com Le Goff (1990), ressaltamos a importância da função social da memória, sendo, pois, uma

comunicação, uma informação realizada na ausência do acontecimento ou do fato. Sendo assim, a memória configura-se como uma força motriz fundamental na construção da sociedade, contribuindo para a identidade coletiva. Todavia, a perda ou processo de esquecimento da mesma torna-se um dos fenômenos mais trágicos na atualidade, contribuindo para isso o processo de silenciamento das memórias, principalmente aquelas relativas a comportamentos divergentes ou transgressores, quer sejam essas memórias individuais ou coletivas. Sim, hoje o homem é um infeliz desmemoriado. Carente, necessitado e angustiado, ele recusou a memória, pois no contexto contemporâneo atual, temos a ênfase num presentismo absoluto, reforçado pelo hábito do consumo. A busca pelo prazer momentâneo e individualista suplantou a busca por justiça social. Nesse sentido, a memória caracteriza-se como uma ferramenta fundamental, pois ela permite aos diversos sujeitos possuir identidade e lutar pela preservação da mesma.

Ainda é mais evidente que as perturbações da memória, que, ao lado da amnésia, se podem manifestar também no nível da linguagem na afasia, devem em numerosos casos esclarecer-se também à luz das Ciências Sociais. Por outro lado, num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 367)

Na busca pela consolidação, manutenção e perpetuação do poder, notamos a preocupação das elites hegemônicas com a memória, principalmente a memória coletiva. Com a avalanche de informação e material informativo, ficou cada dia mais difícil provocar um conhecimento coletivo mais permanente, histórico ou social. Pois, segundo LE GOFF (1990), a memória coletiva foi um grande instrumento nas lutas sociais pelo poder. Esse processo de memória coletiva ou silenciamento da memória das classes populares é uma ação das elites dominantes que buscam a manutenção de seu poder e privilégios.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses

mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p 368)

Desse modo, “os senhores da memória” produzem sua história, sua visão: a história dos vencedores. A história dos “vencidos” como de Bráulio Rodrigues da Silva é negada, silenciada ou escrita a contrapelo. O neoliberalismo e as políticas econômico-culturais globalizantes nos fazem admirar um grande ator ou cantor estadunidense em detrimento e inferiorização de um personagem histórico e cultural da Baixada Fluminense – pois, afinal, quem são Bráulio Rodrigues da Silva, José Pureza, Dom Adriano Hipólito? Todavia, sabemos quem foi Michael Jackson, Elton John dentre outros. Segundo LE GOFF (1990, pp. 401-4), nos séculos XIX e XX a biblioteca, os monumentos aos mortos e, principalmente, a fotografia, revolucionam a memória, multiplicando-a e democratizando-a em parte. E na contemporaneidade, ainda seguindo a linha divisória adotada por LE GOFF (1990, p 403): “o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica”; a memória eletrônica é um elemento espetacular e preocupante. A questão problematizada pelo autor é evidenciada, nesse texto, ao percebemos um personagem histórico como Seu Bráulio impedido de entrar em uma escola que o mesmo ajudara a construir, ou seja, a construção de uma história linear e dominante em detrimento de histórias múltiplas das classes populares. A memória coletiva como instrumento de dominação contra as classes subalternas e populares. Essas mesmas, ao buscarem seu resgate e sua valorização, são mais uma vez silenciadas, desprezadas. O que não invalida sua contraposição e resistência no cotidiano.

Nesse sentido, a sociedade atual esqueceu a si própria por não saber o que é importante lembrar. No meio desse conjunto de novos problemas, uma constatação: a história se tornou um produto cobiçado, não somente de legitimação, mas mercadoria simbólica vendida em bancas de jornal, em TVs e propagandas políticas. A memória é a memória do consumo: a interferência das mídias na produção da memória e do imaginário social. Dialogando com HUYSSSEN (2000, p. 18), a memória coletiva vem se tornando memória de massa e para as massas. O pertencimento, a identidade deixa de ser regional, nacional, para tornar-se global. A memória e o passado servem para justificar vitórias, esconder derrotas, desprezar, esquecer e silenciar.

Sendo assim, conforme PAUL THOMPSON (1992, p. 21):

Para os políticos, o passado é uma fonte de símbolos em que se apóiam: vitórias imperiais, mártires, valores vitorianos, marchas da fome. E quase igualmente notáveis são as lacunas na apresentação pública da história: os silêncios da Rússia sobre Trotski, da Alemanha ocidental sobre a era nazista, da França sobre a guerra com a Argélia.

Por meio da história e da memória pessoas comuns procuram compreender o passado, as transformações, mudanças e revoluções. Porém, quando há “as lacunas na apresentação desse passado”, é como se certa questão não fizesse sentido ou passasse a não ter sentido. Observamos tal fator no sentimento antinacionalista e anti-regional em alguns concidadãos brasileiros que ridicularizam o Brasil às custas da veneração de países como os EUA. A História da Baixada, por muitas vezes, se relegou à história da elite política; os lavradores que com determinação e vivacidade desbravaram os pântanos à beira do Rio Iguassú são silenciados nos projetos de salvaguarda da memória. As classes populares e os camponeses, entre outros, foram retirados dessa história. As comunidades populares que contribuíram para o desenvolvimento da região da Baixada Fluminense foram esquecidas, mas tal silenciamento e esquecimento se deu, em muitos casos, pois quem escreveu ou relatou a história foram os perseguidores e opressores dessas classes populares – nas fontes oficiais. O que se teve por muito tempo era a história dos vencedores, dos conquistadores. “Heróis” forjados no sangue de camponeses e trabalhadores, de gente sofrida, de gente esquecida. O que não deve se sobrepor ao fato de que outras versões da história, de resistência às opressões, sejam veiculadas nas narrativas cotidianas.

(...) onde pouca atenção merecem as vidas das pessoas comuns, ou as realizações da economia ou da religião, a não ser em tempos de crise, como a Reforma, a Guerra Civil Inglesa, ou a Revolução Francesa. O tempo histórico dividia-se segundo reinados e dinastias. Até mesmo a história local preocupava-se mais com o governo do distrito ou da freguesia do que com o dia a dia da vida da comunidade e das ruas. (THOMPSON, 1992, p 22)

A manutenção e a perpetuação da memória dos que comandavam era a prioridade e ocupava – e ocupa ainda – os livros didáticos e históricos. O comum, as

peças comuns, eram apagadas, silenciadas e esquecidas. Suas lutas, fracassos, perdas, conflitos, revoluções e contradições eram sufocadas pelos grandes acontecimentos. Vivendo suas vidas em histórias dos outros, dos que os oprimiam e subjugavam.

Através dessa importante arma ideológica e política, as classes dominantes legitimaram e justificaram guerras, perseguições, massacres, governos, grupos, classes, pessoas, líderes, países, vitórias e derrotas. Talvez a memória seja hoje a ferramenta que historiadores, educadores e pessoas que buscam um mundo mais igualitário precisam preocupar-se em manter e preservar. Nesse sentido, a preservação da memória social das lutas dos lavradores e posseiros de Pedra Lisa é um fato importantíssimo para a sociedade iguaçuana e da Baixada Fluminense. Sendo assim, precisamos entender: quem são os verdadeiros “heróis”, os protagonistas de mudanças sociais? Quem são as pessoas que, no passado, lutaram pelos direitos políticos e civis e que hoje, em contrapartida, observamos sendo esmigalhados, esquecidos? Dialogando com DE DECCA (1981), precisamos entender e questionar esses discursos ou ações de poder. E, acima de tudo, não compartilhar tais discursos em nossos escritos. Sendo assim, conforme Romário Silveira:

Minha ligação à Pedra Lisa tem a ver com a percepção de que ali, como em Jaceruba, está "enterrada" uma rica e fecunda possibilidade de transformação. Naquela região há uma série de "pretéritos imperfeitos" que precisam ser conhecidos, resgatados, valorizados e representados às novas gerações para que não prossigamos no futuro eternamente "repetindo o passado".⁹

Nesse sentido, o fato de termos testemunhado Bráulio Rodrigues da Silva ser barrado, impedido de entrar para participar de uma palestra sobre os lavradores e posseiros de Pedra Lisa em uma escola que o mesmo ajudara a construir em décadas passadas, nos mostra o esquecimento e silenciamento que são produzidos sobre pessoas que foram importantíssimas para a construção da cidadania na Baixada Fluminense, porém descortina esses discursos e ações de poder legitimadas e materializadas em

⁹Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. Anexo IV. [NOV/DEZ E JAN 2017/2108]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. ENTREVISTA. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto.

desprezo e esquecimento por boa parte da população. No enfrentamento a esse discurso dominante e o silenciamento da memória, buscamos fazer mais que uma reinterpretação, buscamos um resgate, uma valorização dos agentes históricos como seu Bráulio e da região de Pedra Lisa na Baixada Fluminense.

Procedimento que não vai na direção de reinterpretar o já dito e o já sabido, mas de redefinir uma estratégia diferente tanto na produção acadêmica como das relações desta com as demandas de poder inerentes aos discursos que suportam práticas sociais. (DE DECCA, 1981, p 40)

Esse pensamento metodológico foi traçado e sendo descoberto desde o início dessa pesquisa. Combater o que De Decca afirma sobre o discurso político e intelectual sobre a organicidade do proletariado ou de sua “inorganicidade”. Sendo assim, ressaltar a organização e resistência dos Lavradores-Posseiros de Pedra Lisa, materializada, dentre outras formas, na Escola Popular de Alfabetização de Pedra Lisa. Segundo LE GOFF(1990, p. 409), é o estudo da “história da história”, ou seja, o estudo da manipulação da memória coletiva de um fenômeno histórico que, até então, só foi pesquisado sobre uma ótica tradicional e dominante. Não presumimos entrar a fundo nesse pressuposto de manipulação, mas evidenciamos desde o início do texto tal processo e suas consequências. Ainda dialogando com DE DECCA (1981, p 46-8), ressaltamos que, através do discurso ideológico dominante das estruturas de poder, é criado um pensamento social que busca sucatear, denegrir, oprimir, escamotear as diversas e múltiplas formas de ações e reações das classes populares no presente e no passado, visando seu silenciamento e ocultamento no futuro.

Dialogando com Benjamim LOWY(2005), muitas vezes a história que vemos é a dos vencedores. Vencedores, nesse sentido, não é quem venceu a Guerra, a Batalha, mas sim na guerra de classes, na luta de classes. Lowy propõe a escrever uma história, uma dialética a contrapelo. Contra os vencedores, contra os dirigentes da história:

Ele acusa o historicismo de identificação com os vencedores. Evidentemente, o termo “vencedor” não se refere, aqui, às batalhas ou guerras comuns, mas à “guerra de classes”, em que um dos campos, a classe dirigente, não cessou de vencer o oprimido.(LOWY 2005, p. 72)

Ainda de acordo com Lowy, para buscarmos uma emancipação humana, uma história mais que sobre fatos, temos que andar na contra-mão da história dos dominadores, dos poderes, do sucesso: acima de tudo, “saber lutar contra elas”(2005, p 73).

Escovar a história a contrapelo – expressão de um formidável alcance historiográfico e político – significa, então, em primeiro lugar, a recusa em se juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre daqueles que jazem por terra. (LOWY, 2005, p 74).

Não obstante, o que pretendemos aqui é justamente ir contra a corrente dominante da história, que marginaliza e silencia personagens históricos como Bráulio Rodrigues da Silva, Zé Pureza, Josefina da Silva, José Matias, Vantuil Dias Lacerda¹⁰. A história desses atores sociais foi escrita a “contrapelo” dos interesses e das perspectivas das elites industriais, imobiliárias e políticas da Baixada Fluminense. Entre jagunços, policiais, políticos e muita violência, tais sujeitos construíram e deixaram um importante legado para a questão camponesa na Baixada. E sua memória, a contrapelo, tem que ser evidenciada e exaltada. Resgatar essa história é combater o ocultamento, o silenciamento da diferença, da oposição, da contradição. É dizer: Ei! Há outra história muito diferente dessa! Somos mais que isso! Fizemos muito mais que isso!

A história daquele período era a "dos vencedores", dos torturadores, dos entreguistas... *Meu nome* é em homenagem ao maior "matador de comunista" da região naquela época - o que demonstra o poder ideológico que os golpistas exerciam sobre as massas.¹¹

Nessa fala, o educador Romário Silveira – que tem esse nome por conta da fama de um grande policial/jagunço que viveu entre a década de 1960 e 70 na região de Jaceruba e Pedra Lisa – nos mostra o grande poder do discurso ideológico do dominante. Parafraseando Freire (2015), se a educação, as práticas sociais, as relações

¹⁰Todos personagens importantíssimos da disputa e litígio camponês da Baixada.

¹¹Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. Anexo IV. [NOV/DEZ E JAN 2017/2018]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. ENTREVISTA. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto.

sociais não são libertadoras, o sonho do oprimido acaba sendo o de, no futuro, tornar-se opressor. Nessa perspectiva, um “matador de comunistas” torna-se um herói apto de ser homenageado pelas massas, ao darem este nome aos seus filhos. Sendo assim, o trabalho que temos como pesquisadores, educadores, cidadãos, militantes, etc., é o de combater esse discurso ideológico dominante e, conseqüentemente, desvelar a outra história.

1.2 – Bráulio Rodrigues: protagonista de uma história da Baixada à contrapelo

Bráulio Rodrigues da Silva, nesse sentido, foi uma importante e fundamental liderança de Pedra Lisa, de Nova Iguaçu e por consequência, da Baixada Fluminense. Por mais de quinze anos, lutou e participou diretamente na Associação de Pedra Lisa. Como ele mesmo disse: “eu ajudei a dar um chute na organização para eles depois seguirem.”¹² Ajudou na organização, mobilização e luta. Tentou e buscou trazer um exercício de poder mais compartilhado e coletivo, com reuniões populares com todos os lavradores participando nas decisões. Não visava o lucro, nem a competitividade.

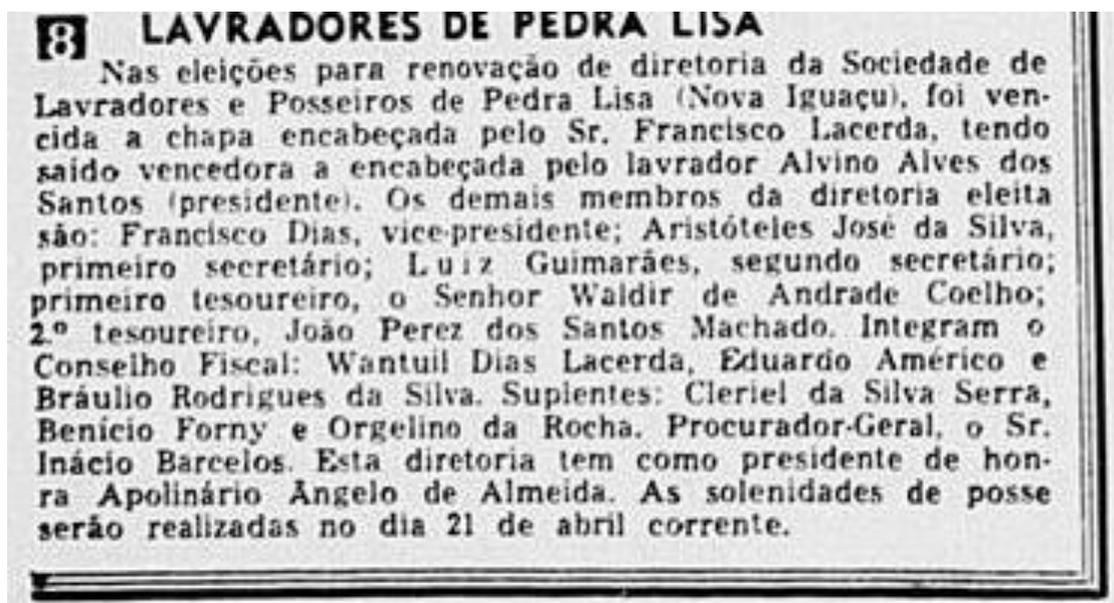


Figura 1: Periódico Última Hora, 13/04/1961. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

¹² Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta dissertação.

Na imagem acima notamos os processos democráticos para a escolha da presidência da Associação: tesouraria, conselhos entre outros. Seu Bráulio, nesse relato, exerce a função de conselheiro fiscal e membro da direção. Todavia, a Associação, naquele contexto em que Bráulio foi presidente, era movida por um sentimento de solidariedade e de colaboração mútua entre os lavradores-posseiros. Todos tinham que trabalhar e, se tivesse algum protesto, tinham que ir, pela escola e por palestras, buscar produzir conscientização nas pessoas sobre a importância da terra. “A terra é a vida de vocês, aqui é a vida de vocês. A vida de vocês é aqui nessa terra!”¹³

Tal processo, em fins da década de 1940 e início de 1950, se configurou como uma quebra no paradigma político da época. Atores e sujeitos como Zé Matias, Bráulio Rodrigues da Silva, Zé Pureza, dentre outros, passaram a fazer parte de um cenário político que tradicionalmente era monopolizado pelas elites. A questão camponesa virou um problema estadual e também nacional. Diversos outros movimentos de lavradores e posseiros eclodiram na Baixada e no estado do Rio de Janeiro, partindo de organizações populares criadas, em sua gênese, contra a violência e injustiça de grileiros, logo depois se transformando em pauta frequente de discussão no cenário político brasileiro.¹⁴ Lavradores, auto-identificados como “posseiros”, eram em meados nas décadas de 1940, 1950 e 1960, antes da Ditadura Empresarial-Militar de 1964, uns dos principais atores políticos e sociais da Baixada Fluminense. Nesse sentido, quebraram o sentimento de subalternidade, em muitos casos enraizado política e culturalmente no camponês, ao conseguir conquistas diversas em âmbitos estadual e nacional.¹⁵

Bráulio, através de seu engajamento político e de sua liderança juntamente com outros companheiros, ressignificou a luta de classes na Baixada nas décadas de 1950 e 1960, ajudando na consolidação de uma classe popular camponesa emergente na

¹³ Idem nota 2. Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

¹⁴ GRZYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp.147-159.

¹⁵ Ver o periódico já citado Imprensa popular de 24/12/1958, p.6 e MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.22 2008.

Baixada Fluminense. Não aceitou a marginalização e a derrota que lhe foi imposta. Fundou e ajudou a organizar a escola de alfabetização de adultos na Associação de Lavradores de Pedra Liza e, por mais de 15 anos, esteve ao lado dos camponeses que resistiram aos avanços e golpes dos grileiros e interesses da elite latifundiária e política da Baixada Fluminense.¹⁶Porque protagonista de uma história na Baixada a contrapelo? Porque apesar de determinados setores dominantes não quererem que Bráulio questionasse, criticasse e que, juntamente com os lavradores, organizasse a Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, ele, mesmo depois de várias vezes preso, permaneceu convicto de seu papel como sujeito transformador de sua realidade. A contrapelo, pois ele lutou para escrever, com sua prática, a história das classes populares. Quase perdeu a vida por isso, foi torturado, perseguido.



Figura 2 : Bráulio Rodrigues da Silva

Bráulio Rodrigues da Silva chegará a Pedra Liza, clandestinamente e fugindo, em 1948. Ajudando e assumindo tarefas, no começo, estava ainda espreitando e observando (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 195). Com a morte de Zé Matias, Bráulio juntamente com Agenor Correia Porto foi importante na continuação da luta e resistência dos Lavradores de Pedra Liza. Pela sua experiência no Partido Comunista em Petrópolis, Bráulio Rodrigues pôde contribuir com a organização dos lavradores. O mesmo salienta em seus relatos que a luta, aprendizagem, resistência e organização em Pedra Liza foi a verdadeira escola como movimento camponês (Medeiros, 2008, p. 24).

¹⁶Além da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em décadas posteriores, Bráulio participou do MAB- Movimento amigos do Bairro; da CPT- Comissão Pastoral da Terra. Participou no governo de Brizola no que tange aos assuntos fundiários "Pedra Liza é nossa."¹⁶

Nesse processo de organização, juntamente com os companheiros de Pedra Liza, conseguiu ser recebido pelo governador do estado, Roberto Silveira (PTB), e pelo presidente da República, João Goulart, conseguindo a desapropriação e a posse das terras.

(...) nós chegamos a ir pro Palácio do Ingá. Chegamos às 14h ao Palácio, mas Roberto não estava. A esposa dele disse que nós íamos esperar um “bucado” de tempo porque ele não está, mas vocês vão comer e beber aqui. Levamos 400 pessoas no Palácio do Ingá ele chegou era 23h e nos esperamos e não arredamos o pé de lá. Aí ele, Roberto, fez o ato de desapropriação das terras de Pedra Liza e deu as terras pra gente.(Informação verbal) ¹⁷

Todavia, esses avanços não impossibilitaram as ações violentas dos grileiros. A luta e resistência desses trabalhadores e lavradores rurais significaram uma mudança na configuração social, política e cultural na Baixada Fluminense. Conforme nos indica Freire, ao descobrirem o opressor, os oprimidos “*se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor*” (Freire, 2013, p. 72) Mas, conforme também nos indica Alves:

O movimento social que criaram foi para recente história da Baixada uma das melhores expressões da capacidade de mobilização, de organização e de empreendimento político por parte de setores populares tradicionalmente desprezados pelas elites locais e pelos seus representantes políticos e culturais a presença desses novos atores na cena política do Estado do Rio de Janeiro não ocorreu, porém, sem dificuldades e polêmicas. (ALVES, 2003, p.73.).

Os posseiros e lavradores emergiram no cenário social e político da Baixada Fluminense e em municípios como Nova Iguaçu, onde se encontravam Associações de Lavradores. Os mesmos se configuravam como atores políticos que representavam as causas do camponês contra os grileiros e as Companhias de loteamento¹⁸. Sua voz, antes silenciada por fuzis e metralhadoras, passa, lentamente e de várias formas, a ganhar

¹⁷ Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

¹⁸ GRZYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Igenes (Orgs). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Editora UNESP, V.1, Brasília, pp. 48-49, 2009.

espaço no cenário político da Baixada Fluminense e do Estado do Rio de Janeiro. Foi na luta, na resistência contra os despejos, nas ocupações, nos embates enfrentados que se gestou a organização combativa dos lavradores de Nova Iguaçu. Nesse sentido, começou o processo de cooptação e integração dos movimentos dos lavradores pelas instituições, classes, partidos e afins.¹⁹ Assim, os posseiros surgiram como uma classe social e política que emergia no cenário político do Brasil, conforme MEDEIROS (1989, p. 25)

Uma outra frente de conflitos que se abria no período era em torno da expansão da fronteira agrícola, com posseiros se enfrentando, muitas vezes de forma violenta, com os grileiros que lhes queriam tirar a terra. Esse tipo de luta verificava-se em diversos pontos do país, com suas marcas características: plantações destruídas, casas queimadas, jagunçagem etc. Eram frequentes no Paraná (norte e sudoeste), São Paulo (extremo oeste), Goiás, Rio de Janeiro (Baixada da Guanabara, Cabo Frio, São João da Barra), Espírito Santo. Dentre os conflitos por terra que ficaram mais conhecidos na época destaca-se o de Porecatu, no Paraná, onde os posseiros resistiram armados, visando paralisar os despejos em curso. Esse conflito ficou inclusive sendo conhecido por Guerrilha de Porecatu.

Num dos casos, mais tarde, já citado, com a liderança de Bráulio Rodrigues da Silva nos despejos da Fazenda São Pedro em Nova Iguaçu, os lavradores, mediante a ação judicial em favor dos grileiros, foram até a sede do governo em Niterói, no Palácio do Ingá, e cerca de 400 homens, mulheres e crianças ocuparam o espaço como medida de protesto pela perda de suas terras. Mediante a insistência dos lavradores, o governador do Estado do Rio de Janeiro, em 1962, assinou a desapropriação da Fazenda. Nesse processo de conscientização e organização, é nítida a responsabilidade, a doação, união e ação dos lavradores pela causa. Tal processo, segundo FREIRE (2013, p. 76), se gesta pela responsabilidade total na superação oprimido-opressor.

Desde o começo mesmo na luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que aceitam a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passam a ter liberdade para comer,

¹⁹Ibid., p. 49-50.

mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”.

Os lavradores, de diferentes formas e modos, se organizavam para defender e lutar por suas terras, seja por formas pacíficas, seja pela luta armada, seja por ocupação. Lutaram contra as correntes que relegavam a eles um lugar inferior, marginalizado. O direito à terra, bem como de sua sobrevivência e de sua família e a perspectiva de ver-se em desamparo e degradação, os impulsionava para a luta e resistência. (GRYNSZPAN, 1987, p. 74) Bráulio Rodrigues da Silva, nesse sentido, foi uma importante e fundamental liderança de Pedra Liza. Por mais de 15 anos lutou e participou diretamente na Associação de Pedra Lisa. Como ele mesmo disse: “eu ajudei a dar um chute na organização para eles depois seguirem.”²⁰ Ajudou na organização, mobilização e luta. Tentou e buscou trazer uma gestão democrática com reuniões populares com todos os lavradores participando nas decisões. Não visava o lucro, nem a competitividade. No bojo dos conflitos por terra no Brasil, estavam dois tipos de organizações: os sindicatos e as associações civis, que são as ligas, associações, uniões e irmandades. (MEDEIROS, 1989, p, 26). Essas importantes organizações camponesas contribuíram para o desenvolvimento e consolidação da questão camponesa no Brasil no início da década de 1950, conforme MEDEIROS (1989, p. 26):

Os sindicatos eram a organização dos trabalhadores que, de alguma forma, podiam ser considerados como assalariados, como era o caso de colonos, moradores, camaradas. Na leitura das forças políticas que então apoiavam as lutas no campo, a sindicalização seria a forma mais eficiente de luta por direitos trabalhistas e encontrava respaldo legal na CLT, que a permitia, embora não a regulamentasse. Foi com base nessa legislação que alguns sindicatos conseguiram reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, já em meados dos anos 50. As associações civis, por sua vez, destinavam-se aos que de alguma forma tinham acesso à terra (posseiros, arrendatários, meeiros etc.) e cuja luta se voltava principalmente contra os despejos, aumento de renda etc., culminando nas demandas por alterações fundiárias.

²⁰ Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo I deste texto.

A Associação de Lavradores e Posseiros foi a forma que os camponeses de Pedra Lisa tiveram para organizar-se e lutar contra os avanços do Capital Imobiliário que surgia na Baixada em meados da década de 1950. A Associação buscava mostrar aos agricultores lavradores a função social e política da terra. *A terra é a vida de vocês, aqui é a vida de vocês. A vida de vocês é aqui nessa terra!*²¹

Não queremos favor seu repórter, queremos é trabalhar em paz. Temos ou não temos que defender com sangue nossas terras, seu repórter? Todos aqui trabalham sol e chuva. A lei da associação aqui é está: quem trabuca, não manduca. Conheço essas terras como a palma da minha mão.²²

Pelas palavras do Lavrador Aristóteles, de Pedra Lisa, existia todo um simbolismo sobre a terra para os lavradores. A terra era lavrada e através dessa relação trabalho-terra, trabalho-família, terra-lar é produzida uma identidade, um capital simbólico sobre o espaço onde os lavradores cultivavam e viviam.²³ Nesse sentido, a luta e defesa das terras com o próprio sangue carregava uma série de relações e sentidos, pois, para o posseiro, as terras representavam mais que um lugar de trabalho e sustento: a terra significava sua própria existência, sua vida. Havia diversos laços sociais e sentimentais com a terra. Por essas concepções, as ações dos grileiros e o despejo vinham carregados de um sentido totalmente negativo, uma injustiça, uma negação de direitos. Não obstante, ressaltamos o PCB – Partido Comunista Brasileiro – como uma importante ferramenta de apoio na gênese da organização da questão camponesa no Brasil. Criado em 1922 com uma proposta de diálogo e de representatividade dos trabalhadores e com uma agenda política voltada para Reforma Agrária, apenas em 1943 se aproximou dos litígios camponeses, contribuindo para a inserção do camponês como classe política específica. (MEDEIROS, 1989, p. 27)

A introdução dessa categoria para designar as “massas exploradas do campo” e que envolvia parceiros, meeiros, rendeiros, posseiros, pequenos proprietários, colonos, moradores etc., estava intimamente ligada à concepção que o PCB

²¹ Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.[junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo I deste texto.

²² Imprensa Popular: 28/12/1958.

elaborara sobre a sociedade brasileira e às propostas políticas que daí derivavam. De acordo com esse partido, o Brasil era fortemente marcado por sobrevivências feudais, cuja expressão mais evidente era o latifúndio. Este era um arcaísmo, um entrave, impedindo que milhões de camponeses se constituíssem em mercado interno para a indústria que se implantava. Sob essa ótica, a extinção do latifúndio e dos latifundiários, enquanto classe, era uma necessidade do desenvolvimento do capitalismo e, portanto, contaria com o apoio de diversas classes sociais. Além do interesse mais imediato dos camponeses, que assim se veriam libertados da miséria e da opressão, e do proletariado, também a burguesia industrial nacional só teria a ganhar com o fim do latifúndio, visto que se libertariam as forças produtivas no campo e ampliar-se-iam os mercados. Esta seria a base de uma revolução de perfil democrático-burguês, onde a reforma agrária teria papel central.

A partir de tais conjunturas e dissoluções, se desdobrou a Associação de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa. A organização dos Lavradores seguiu uma conjuntura nacional, porém teve seus avanços e desdobramentos mais abrangentes e rápidos que os demais movimentos camponeses no cenário brasileiro.

Tal mecanismo e processos desencadearam uma organização popular. Como vimos, em diálogo com os periódicos e com a memória de Bráulio Rodrigues da Silva, na sua gênese a organização popular, em associação dos lavradores, se desencadeou sem interferências políticas diretas, apesar de haver contatos com membros do PCB e diálogos sobre o início da Associação. Tal processo, em fins da década de 1940 e início da década de 1950, se configurou como uma quebra no paradigma político da época. De uma organização popular em sua gênese contra a violência e injustiça de grileiros, tornou-se a pauta frequente de discussão no cenário político brasileiro. (GRYNSZPAN, 1987, p. 147-159). Lavradores, auto-identificados como posseiros, eram, em meados das décadas de 1940, 1950 e 1960, antes da Ditadura Empresarial-Militar de 1964, alguns dos principais atores políticos e sociais da Baixada Fluminense. Nesse sentido, quebra-se o sentimento de subalternidade, em muitos casos enraizado politicamente no camponês, ao conseguir-se acordos em âmbitos estaduais e Nacionais.²⁴No âmbito nacional, a questão camponesa também avançava com o apoio do PCB na organização

²⁴ Ver o periódico já citado *Imprensa popular* de 24/12/1958, p.6 e MEDEIROS, Leonilde. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad, pp.22 2008.

do I e II Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e da Conferência Nacional dos Lavradores. A criação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil consolidou de vez o camponês na discussão em âmbito nacional. (MEDEIROS, 1989, p. 33)

Dialogando com Grynszpan e Medeiros, a questão camponesa da Baixada fluminense, em especial de Nova Iguaçu, se diferencia nesse tópico dos demais levantes camponeses pelo Brasil e pelo mundo, pois rompe a lógica de isolamento, isto é, de consciência de subalternidade com uma atuação política e social ampla com pleito na República Federal e Estadual. O camponês era o tipo básico da sociedade tradicional Antiga e feudal; e durante muito tempo foi assim, até a “grande transformação”²⁵ e os adventos da revolução industrial. A partir de tal processo, passamos a vê-lo como classe, comunidade, associação, revertendo o processo de subalternização do camponês mediante o homem da cidade.²⁶ Com a Revolução Industrial Burguesa, o camponês, mediante o avanço do trabalhador assalariado, foi deixando de ser a figura base da sociedade e passando a ficar à margem dos processos e mecanismos sociais.

No processo de transformação e industrialização das sociedades, o camponês, o homem da terra, foi sendo subalternizado, ou seja, de maioria passou a minoria em uma sociedade pautada por repúblicas burguesas capitalistas. Então, quando atores camponeses reaparecem como sujeitos com uma causa, pautados em uma organização popular e lutando por seus direitos, percebemos uma reversão, um combate a essa lógica de inferiorização. Pedra Lisa significou, em sua gênese, uma quebra nesse pensamento industrializante capitalista das repúblicas burguesas capitalistas. Nessa mesma conjuntura surgiram as Ligas Camponesas no Nordeste em Pernambuco e na Paraíba. A organização das Ligas Camponesas serviu como um símbolo, uma inspiração para os camponeses e lavradores do período pré-64. (MEDEIROS, 1989, p. 46). José dos Prazeres, Francisco Julião, dentre outros, fundamentaram a base da luta pela Reforma Agrária. Em Pedra Lisa, Zé Matias um lavrador semi-analfabeto e com pouca – pra não

²⁵Referência ao livro de Karl Polanyi – **A Grande Transformação**, escrito em 1944, no qual o autor trata dos diversos processos que se entrecruzam no processo de expropriação dos camponeses na passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa.

²⁶HOBSBAWM, E. “Os camponeses e a política” *Ensaio de Opinião*, n.8, pp. 44, 1978.

dizer nenhuma – bagagem política tradicional e com pouco material bélico, negociou e lutou por suas terras ao ponto de conseguir uma declaração de posse do Presidente da República Federal. (MEDEIROS, 2008, p. 22)

Bráulio Rodrigues da Silva, um militante com pouco estudo do interior de Minas Gerais, ajudou a organizar e a desenvolver um dos maiores e mais significativos movimentos de camponês-possuidor do Brasil. Foi recebido no Palácio do Ingá pelo então governador Roberto Silveira, conseguindo unir e mobilizar mais de 400 lavradores em prol de um único pensamento: Pedra Liza é nossa. Fundou e ajudou a organizar a escolinha de alfabetização de adultos e por mais de 15 anos resistiu aos avanços e golpes dos grileiros e interesses da elite latifundiária e política da Baixada Fluminense.

Seu Bráulio, com a ditadura, saiu de Pedra Liza; queria ficar, mas seus próprios amigos sabiam que ele ainda tinha muito que fazer pela Baixada.

Depois do golpe de 64, eu tive que sair de lá. Tive que sair. Porque o pessoal mesmo de lá disse: seu Bráulio, a gente não quer herói não. A gente quer o senhor vivo. O senhor aqui vai se prejudicar porque eles vão vir buscar você. Eles tiveram aqui e não te encontraram. Eles estão atrás do senhor. O senhor ainda vai prestar muito serviço e não queremos que você seja preso não.²⁷

Seu Bráulio, como ainda é chamado, foi – e ainda é, pois aos 92 anos, ainda faz história em Magé – um importante líder, não só de Pedra Liza, mas também da Baixada Fluminense. Posteriormente, na década de 1980, na ambiência da redemocratização, ajudou na ocupação do Assentamento de Campo Alegre e na formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foi perseguido e preso cerca de 8 vezes durante a Ditadura Empresarial-Militar. Contribuiu diretamente com o Movimento Amigos dos Bairros (MAB) de Nova Iguaçu e ainda participou da Cooperativa de lavradores de Magé. Certamente, em diversas conquistas da classe trabalhadora e camponesa de Nova

²⁷Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo I deste texto.

Iguaçu, se tem um pouco do Seu Bráulio. Contar a história de Bráulio Rodrigues da Silva é contrapor a história hegemônica, a história única expressa em LOWY (2005, p. 80-3). Sendo assim, mais que não celebrar a vitória dos vencedores, presume-se evidenciar, ressaltar, resgatar a história dos “vencidos”, que, em um conjunto semântico, aos poucos se descobrem como vencedores do processo histórico, como atores e personagens da teia social, antes marginalizados. Ao resgatar a história e vivência de Bráulio Rodrigues da Silva, a Dra. Leonilde Servolo de Medeiros nos mostra uma história negada, silenciada. Seu livro “Memórias da Luta Pela Terra na Baixada Fluminense” ao resgatar a memória do Seu Bráulio, nos ajuda a reconstruir as histórias do grupo ao qual ele pertenceu. Através da historicidade do sujeito individual, nesse caso Bráulio Rodrigues, podemos nos achegar mais perto do movimento camponês dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro nas décadas de 1940 a 1960, especialmente de Pedra Lisa e dos Lavradores que ali resistiam.

“São as organizações maiores e mais bem-sucedidas que normalmente deixam registros ou encomendam a história”, segundo THOMPSON (1992, p. 24). Pessoas comuns, populares como seu Bráulio, por maior que sejam seus feitos e conquistas, são esquecidas e silenciadas por mecanismos dominantes e excludentes – quer pela versão construída pela historiografia “oficial”, quer pela perspectiva dada pelas elites dominantes na própria dinâmica social. A escola que seu Bráulio foi proibido de entrar em 16 de setembro de 2016 para o encontro de Pesquisadores sobre Pedra Lisa não era mais a escola que o mesmo ajudara a construir. Essa escola estava agora a serviço do Estado, da prefeitura de Japeri e não mais a serviço dos lavradores e posseiros de Pedra Lisa quando fundada na década de 1950. Estrutura é a mesma, mas o pensamento, a educação ensinada, os atores e agentes educacionais não eram mais os mesmos. Conforme Romário Silveira:

A escola de hoje não é nem sombra do que já tivemos. Jordan, meu amigo: jovens que quisessem e tivessem dispostos a pesquisar... É sobre os pretos, a festa do Boi Bumbá e as tradições afro que foram silenciadas em Pedra Lisa. Esse é um aspecto notável, mas que perde importância frente às injustiças classistas.

A Escola que impediu e desprezou a visita de Bráulio Rodrigues serve ao Estado, aos agentes dominadores das estruturas de poder. Tal instituição, mesmo lutando contra isso, configura-se como uma arma propagadora do pensamento e da historicidade dos vencedores, das classes dominantes, justamente, contra as classes populares. Dialogando com DE DECCA(1990, p 52-3) , notamos que as relações sociais e educacionais vigentes na escola atual de Pedra Lisa se constituem numa força produtiva dominante.



Figura 3: Periódico Voz operária, 19/07/1958. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

Diante de tamanha importância política e social, como tal personagem pode ficar esquecido pelo poder público e pelos educadores de um dos municípios que ele, por sua luta e resistência, contribuiu para a construção? Como, já na velhice, foi impedido de entrar em uma escola pública – a mesma escola que ele ajudara a criar para atender às crianças e aos jovens da Associação de Lavradores e posseiros de Pedra Lisa, hoje localizada no centro de Pedra Lisa, município de Japeri? Certamente, o espaço onde hoje se encontra a escola municipal é apenas aparentemente o mesmo da escola de alfabetização da Associação do final de 1950; no entanto, os objetivos da educação ali ensinada e as pessoas que participam e gerenciam o espaço público hoje não são os

mesmos da época passada referida. Dialogando com George Orwell: “quem controla o presente, controla o passado”. Iríamos mais longe: quem controla uma educação excludente e desconexa da realidade no presente, realiza a produção do esquecimento para o futuro, quando os conteúdos sociais da memória dizem respeito às lutas das classes populares. Sendo assim, quanto menos conhecermos e estudarmos o passado, mais ignorantes vamos permanecer e ser em relação ao presente e ao futuro. Diversos segmentos das classes populares brasileiras, em quase toda sua totalidade, mediante as grandes empresas midiáticas permanecem manipulados, cegos; alimentando ódio e preconceito contra sua própria gente por conta de um discurso elitista, dominante, conservador e preconceituoso que é propagado pelos mais diversos veículos de comunicação da mídia brasileira diariamente e introjetado nas diversas camadas populares da sociedade. Dialogando com SANTOMÉ(1995), tais mecanismos fazem parte da cultura hegemônica que silenciam e negam as culturas que possuem os aparatos de poder e legitimação e assim são esquecidos, inferiorizados.

Nesse sentido, dialogando com Le Goff, notamos que a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996, p. 423). Observa-se que a memória só é ativada se temos uma memória histórica, social e política intencionalizada para ser lembrada. As instituições de produção e circulação de memórias oficiais como Museus, escolas e afins, em quase sua totalidade, nos mostram uma memória despolitizada e descontextualizada da história de lutas e resistência popular da Baixada Fluminense. Nota-se que a Baixada carece de museus e outros equipamentos culturais que busquem reforçar a memória coletiva e social dos moradores de sua região. Outros “lugares de memória” (LE GOFF, 1996) - tais como praças, bustos, nomes de ruas, dentre outros – estão, em geral, referenciando-se a nomes da elite e da história oficial, em sua maioria. Conforme BENJAMIN, tais processos hegemônicos materializam uma história única e oficial e, conseqüentemente, as históricas, como das classes populares e camponeses, que não se enquadram ou representam uma ameaça são silenciadas, negadas e criminalizadas.

Nesse sentido, projetos populares buscam combater esse pensamento

hegemônico. “Acima de tudo, são trazidos de voltados modelos grandiosos da história escrita para as vidas humanas” (THOMPSON, 1992, p. 32). A história oral, o contato com as classes populares, o resgate proporcionado através da produção de novas narrativas, de novas vozes, dialogando com eles e para eles, pode romper esse silenciamento, o esquecimento. Não simplesmente “dar” voz, mas criar uma ambiência de ressonância para que essas *outras vozes* possam ser amplificadas e ouvidas por um público mais amplo, reinserindo esses atores/personagens das lutas populares em lugares de destaque na narrativa sobre a história da Baixada Fluminense. Não simplesmente “dar” vozes, mas sobremaneira “dar” ouvidos (Ramofly Bicalho) Conforme THOMPSON(1992, p, 32)

Podem também mostrar as pessoas comuns que a história não precisava ser irrelevante para suas vidas. Inversamente, professores estudantes podem tornar-se mais conscientes da imagem que representam para o grande público. E, entrando na vida de seus informantes, adquirem uma compreensão melhor dos valores que não partilham e, frequentemente, respeito pela coragem demonstrada em vidas muito menos privilegiadas do que as suas.

A entrevista, o contato com as classes populares e sua historicidade implica numa ruptura, numa quebra do abismo entre as instituições educacionais e acadêmicas e o mundo, entre o profissional e o público comum, entre os grandes acontecimentos e a vida das pessoas “comuns”.(THOMPSON, 1992, p. 32). Além disso, a perspectiva dos oprimidos e a intencionalidade de inserir essas outras vozes, historicamente excluídas pela historiografia tradicional, são capazes de instituir esta outra história a contrapelo, ou seja, uma história e memória que querem que seja esquecida. Decerto, que o processo de esquecimento e de silenciamento contribui para a manutenção dos privilégios da classe dominante, para sua salvaguarda, e corrobora para o conformismo, para o medo. Para a procrastinação da crítica, da rebeldia, da revolução. (BENJAMIN) (LOWY, 2005, p 72-5).

Nem iremos nos aprofundar no currículo de História das escolas: extensos conteúdos sobre Revolução Francesa, Independência dos EUA, II Guerra Mundial, Guerra Fria e tudo mais...E nada, nada sobre história da Baixada Fluminense. Como professor de História, tenho propriedade para mencionar tamanho esquecimento.

Dialogando com SANTOMÉ, quando prestamos o mínimo de atenção as propostas curriculares e temas abordados na maioria das instituições de ensino, notamos das vozes que chamamos de hegemônicas.

As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação. (SANTOMÉ, 1995, p 161)

Poucos são os vestígios que nos lembram a história das lutas pelos direitos dos trabalhadores camponeses da Baixada. Conforme PADRÓS (2013, p.12).

Lembrar o passado é um elemento essencial na conformação da *identidade*, individual ou coletiva. A necessidade do lembrar é, talvez, a principal atribuição da memória. Sem memória não existiriam referências ou experiências. A memória individual que interage com a de outros indivíduos, vincula-se à memória do grupo, formando parte dessa memória coletiva.

A capacidade de lembrar nos possibilita formar uma “identidade social e cultural”, ter um viés político de construção de “identidade” que vai combater a hegemonia do pensamento das elites dominantes que busca deslegitimar as ações de agentes políticos e sociais do passado para desconstruir lutas e ideologias no presente e futuro. Todavia, dialogando com Padrós (2013), percebemos que, se são os indivíduos que lembram, são os grupos sociais que determinam o que deve ser lembrado e como deve sê-lo. E tais grupos sociais, de uma forma hegemônica e monopolizada, controlam o que se deve lembrar e como se deve, produzindo processos deliberados de esquecimento ou mesmo de confisco, de expropriação das memórias das lutas dos trabalhadores, dos grupos sociais menos favorecido, à margem de seus interesses. O ensino de História seria uma grande ferramenta contra esse sistema hegemônico de esquecimento e silenciamento na busca por uma memória coletiva, conforme CARRETERO, ROSA e GONZÁLEZ (2007, p. 20).

Podemos falar em memória coletiva (HALBWACHS, 2004) para nos referirmos a processos de lembrança e esquecimento produzidos em coletividades, que se apóiam em instrumentos de lembrança, sejam objetos matérias (monumentos comemorativos, a toponímia urbana e geográfica, nomes de

prédios ou navios, imagens impressas em papel moeda), mediadores literários (relatos, mitos, etc), sejam rituais (comemorações, efemérides). Eles atuam como material, como argumento e como roteiro para a representação (sempre dramática) de algo já desaparecido, mas que tem utilidade, pelo menos para alguns que participam, executam e dirigem os atos de lembrança que sustentam sobre artefatos culturais

Sendo assim, “lembrar” e “preservar” as memórias da luta e resistência dos lavradores e posseiros, dos trabalhadores, dos agentes sociais, culturais e políticos é fundamental, pois não podemos cair no engodo da memória globalizada e alienante que sabe de cor todas as músicas do Michael Jackson, mas é indiferente perante às pessoas que deram a vida, literalmente, pelos direitos que hoje gozamos e usufruímos. Ainda segundo PADRÓS (id, ibidem):

A capacidade de lembrar possibilita a preservação dessa base comum de elementos (de ordem política, social e cultural) transformados em referência e identidade nas relações sociais de cada um dos coletivos. Portanto, *o lembrar* preserva as vivências da coletividade, do grupo social; *o lembrar* preserva, para as novas gerações, a complexa experiência histórica acumulada, e isso coloca um outro desafio para o tecido social, o da imperiosa transmissão desse legado; assim, esta é outra necessidade vinculada à memória (seja através dos mecanismos da tradição oral, dos materiais escritos ou dos denominados vestígios).

A explosão das informações, a conectividade, a rapidez e fluidez; a superficialidade das mesmas trouxe um fenômeno de inchaço de conteúdo que corrobora para absorção de coisas desnecessárias, e assim, para o descaso com a identidade social e coletiva. Os silêncios e os não-ditos ecoam nas ruas, vielas e becos da nossa Baixada. Gritos silenciados, mãos serradas pela ganância, famílias despedaçadas pela morte dos que deram mais que a vida pela sua causa, deram a morte. Como não falar de José Matias um dos primeiros líderes da Associação de lavradores de Pedra Lisa que ajudou a assentar mais de 30 famílias em Pedra Lisa, e que por isso e outras coisas mais, foi assassinado por jagunços a mando da Família Guinle e seus associados. E tantos outros lutadores que foram perseguidos e atingidos pela violência como José Pureza, Bráulio Rodrigues da Silva, Josefina Pureza, Dom Adriano Hipólito.

Nessa busca de resgatar o passado, a memória das comunidades e pessoas

populares está a história oral. Conforme THOMPSON (1992, p, 25)

No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo de pessoa possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance. A maioria esmagadora das autobiografias publicadas são de um grupo restrito de líderes políticos, sociais e intelectuais e, mesmo quando o historiador tem a grande sorte de encontrar uma autobiografia no local. Época e grupo social de que esteja precisando, pode muito bem acontecer que ela dê pouca ou nenhuma atenção ao tema objeto de seu interesse. Em contraposição os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar. A entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizadas.

Dialogando com Benjamin, presumira possibilidade de narrarmos, a partir da perspectiva das lutas populares, esta “outra” história, ou estas outras histórias, a partir de novas vozes. Com as vozes dos vencidos, dos que não participam das estruturas dominantes de poder. O leitor perceberá, no decorrer desse texto, uma pesquisa participante, uma pesquisa ação que se debruçará na história das classes populares, dos camponeses de Pedra Lisa.



Figura 4: Periódico Voz Operária, 27/07/1957. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

O Jornal Voz Operária nos mostra a ação dos grileiros contra os lavradores-possesores de Pedra Lisa e, conseqüentemente, a luta dos mesmos contra ação dos grileiros na busca por tomar suas terras. Tais grileiros em conluio com políticos e empresas imobiliárias faziam o trabalho sujo ameaçando, ferindo e atacando os camponeses da Associação.

A quem interessa o confisco da memória, o silenciamento de atores sociais e políticos que lutaram por direitos na Baixada Fluminense? A quem interessa a maquiagem do que existiu dando uma visão mais amena, quando não totalmente distorcida dos fatos e, assim, colocando, muitas vezes, o herói como vilão e o vilão como herói? Certamente tais processos interessam aos grupos e às famílias que há anos controlam os meios de produção e comunicação na Baixada. Famílias que fazem de tudo para manter seus amargos privilégios e podres poderes. Segundo PADRÓS (id, ibidem):

São distorções e mentiras que ocupam o lugar da realidade simultaneamente à proibição da procura e difusão da verdade. E isto ocorre independentemente de matiz ideológico. Seja sob ditaduras de direita ou de esquerda, seja sob a ditadura do capital, a memória e a história são vítimas constantes dessa dominação.

Sendo assim, figuras da política local, os agentes públicos municipais (prefeitos e vereadores), grandes empresários, latifundiários passam a integrar redes de influência com as instâncias federadas (estados e União) em uma lógica e manutenção de perpetuação de seus poderes mediante o controle do voto, o uso da força e a prática do assistencialismo – e também exercendo influência sobre a memória social. “(...) não é de admirar que o julgamento da história tenha, o mais das vezes, defendido a sabedoria dos poderes existente” (THOMPSON, 1992, p. 26). Agentes do poder local, como Tenório Cavalcanti, a família Sessim, a família Abraão David, família Távora, Telles de Menezes, Soares, Serpa e Bornier simbolizam a reprodução da figura do “coronel” numa dinâmica de reprodução e renovação do mandonismo (ALVES, 2003). Além, é claro, da existência de grupos de extermínio juntamente com a impunidade e falta de

investigações por parte da polícia que provocam uma conjuntura de medo e descaso por parte da população que assiste às mais hediondas barbáries por esses figurões que se encontram intocáveis diante da lei. A impunidade é um dos mecanismos que funcionam na Baixada como ferramenta de dominação das pessoas, pois através dela o medo de se rebelar, contestar, criticar, denunciar é evidente mediante a grande possibilidade de seu nome aparecer no Jornal “Hora H” como mais um nome na grande estatística da violência da Baixada Fluminense.

Dialogando com ALVES (2003), percebemos que o mandonismo - que se estabelece em três pilares: clientelismo, patronagem e coerção – se constitui numa das principais ferramentas que grupos e agentes dominantes utilizaram para se manterem no poder tanto na vida pública como em setores estratégicos privados de suas respectivas regiões *in loco* na Baixada. Destarte, é necessário que voltemos à pergunta anterior: a quem interessa o confisco e o silenciamento de atores sociais e políticos que lutaram por direitos na Baixada Fluminense? Certamente a essas famílias e a esses grupos que buscam manter seus privilégios e poderes. Percebemos um enfraquecimento da mobilização popular ligado ao esquecimento e ao silenciamento de personagens históricos e um grande fortalecimento, conseqüentemente, dessas famílias, suas empresas e sua manutenção no poder. Esse processo começou por volta da década de 1960 e teve seu ápice com a Ditadura Empresarial-Militar. Podemos ressaltar, além da perseguição política, a perseguição da memória do legado de tais atores sociais pois, cerceando sua memória, em breve, acabar-se-ia com sua história.

É repugnante pensar que vivemos nesse engodo: que o silenciamento e confisco da memória de nossos concidadãos são estrategicamente arquitetados, mesmo que indiretamente, para manter e desenvolver o interesse sórdido de famílias e grupos que, notoriamente, pensam apenas em seu bel prazer. Isso, em parte, explica talvez o grande descaso e abandono público com que é tratada a Baixada Fluminense. As memórias desses atores sociais e políticos servem mais do que estímulos e exemplos pela luta por direitos: nos faz lembrar contra o que lutamos, quem são os grupos e famílias que, direta ou indiretamente, nos colocam à margem dos direitos constitucionalmente estabelecidos. Todavia esse esquecimento não é mera obra do acaso, é um projeto político e ideológico que age em varias instituições e representações da esfera política e

civil, conforme CARRETERO, ROSA e GONZÁLEZ (2007, p. 19).

Por isso, a memória coletiva é feita também de esquecimento; de esquecimento do que, em cada momento, não se considera digno de ser registrado, de esquecimento do que não é memorável, por ser irrelevante, doloroso ou incômodo.

Em síntese, A luta camponesa em Pedra Lisa com seu Bráulio, em Xerém com José Pureza, em Nova Iguaçu com o Bispo Dom Adriano Hipólito e a Comissão Pastoral da Terra entre outros são silenciados por serem talvez um “incômodo” moral, político e até mesmo social. Incômodo esse pela ótica hegemônica. O resgate de suas lutas por justiça e direitos poderia inflamar a sociedade com uma identidade revolucionária e protestante.

O que nos é exigido em espaços ligados aos poderes hegemônicos é o resgate de memórias individuais e de busca de uma memória coletiva, é o combate à contra-informação que produz o confisco, silenciamento ou o esquecimento. Há, atualmente, diversos aparelhos de contra-informação e propagadores de uma ideologia dominante. Revistas, jornais impressos e televisivos, novelas, programas de TV, séries etc. Atores que, em momentos históricos anteriores, se mobilizaram em busca de uma sociedade mais justa - tais como setores da Igreja Católica, Associações de moradores e mesmo movimentos estudantis - ruíram frente à grande hegemonia neoliberal e à falta de unidade, organização e credibilidade da esquerda mediante o fim da Guerra Fria, à falta de líderes, à crise de legitimidade dos partidos políticos, principalmente de oposição, com os escândalos do PT.

Todavia, o processo de combate a história dos vencidos é uma disputa que deve ser enxergada, mas sobremaneira combatida. O Encontro dos Agricultores, Militantes e Pesquisadores de Pedra Lisa, citado acima, é uma ferramenta para acionar, reativar mecanismo de memória das lutas e histórias populares, e assim, do campo. São ações que podem - e assim o foi - animar, avivar a luta que estava já calejada, adormecida ou desacreditada, quando não, serve tão igualmente para desmitificar a história dos vencidos para a nova geração. A conscientização, preservação e resgate da memória das classes populares talvez seja um dos maiores desafios os movimentos populares e do campo enfrentem na atualidade. Desse modo, a organização de eventos, reuniões e

assembleias, da qual participei em Pedra Lisa e relatamos mais adiante, é um mecanismo de acionar a memória das lutas populares e preservá-la.

Talvez não seja fácil nomear e classificar tais mecanismos hegemônicos que provocaram o silenciamento e o esquecimento desses sujeitos históricos que lutaram tanto por nossas liberdades e nossos direitos civis e políticos; porém, não podemos negar sua existência. Sendo assim, a falácia da conciliação de classes, a igualdade de todos perante à lei e à justiça, e direitos “universais”, a democracia racial, e não menos importante, o “progresso” da sociedade capitalista contribuem e mostram que nossa luta não é tão silenciosa e cega. Dialogando com pressupostos já salientados no texto acima, ressaltamos que tais falácias corroboram, justamente, para a manutenção e perpetuação dessas elites nas instituições de poder, seja, em nível municipal, estadual ou federal, em órgãos representativos, em instituições de ensino, em órgãos judiciários e, principalmente, na segurança e em meios midiáticos. Cabe no resgate da história e da vida das classes subalternas, desprivilegiadas e dos derrotados uma ferramenta contra esse poder hegemônico, pois tais grupos foram arrancados com armas de fogo da história da Baixada. Sonhos, conquistas e vitórias foram destorcidas pelos vencedores. Conforme THOMPSON (1992,p 26).

O historiador da educação passa a preocupar-se com as experiências dos alunos e estudantes, bem como com os problemas dos professores e administradores (...) O historiador social pode passar dos burocratas e políticos para o mundo dos obres, e aprender como o pobre via o funcionário da assistência social.

A Educação do Campo, nesse sentido, é uma ferramenta fundamental na construção e valorização de uma identidade coletiva e, conseqüentemente, do resgate dos agentes que lutaram por direitos e liberdades políticas para o campo na Baixada. Nesse sentido ressaltamos aqui, alguns aspectos da luta pela terra na Baixada Fluminense e a importância contemporânea da Educação do Campo na preservação dessa memória na luta pela continuidade dos direitos conquistados. Por isso há uma disputa pela memória, pela memória coletiva. Conforme CARRETEIRO; ROSA e GONZALEZ (2007, p. 19)

Por isso, há disputas pela memória e inclusive combates pelo controle da memória coletiva. Essa dinâmica de recordações e esquecimentos faz com que a memória (pessoal e coletiva) seja sempre dinâmica. Cada presente não oferece apenas sucessos, mas também fabrica registros para memória futura; não apenas registra fatos e ignora outros que acontecem neste momento, mas escolhe recordar ou esquecer também o que recebe do que já é passado nesse momento. Por isso, um coletivo, para seguir sendo, tem que negociar sua memória coletiva: o que lembrar, o que esquecer e como negociar o que é glorioso ou vergonhoso para todos os componentes ou para alguns deles.

Resgatar a memória da luta camponesa na Baixada Fluminense é resgatar a própria história da Baixada Fluminense. A Educação do Campo, a História Social e Oral, a pesquisa participante são ferramentas que podem contribuir para resgatar e reconstruir sentimentos e pensamento de fatos, pessoas, regiões, costumes de atores que contribuíram para formação das multiplicidades culturais das classes populares da Baixada. A Educação do Campo, principalmente, pode e deve despertar a emancipação humana e a consciência de uma identidade entrelaçada a história das pessoas que lutaram pela formação da sociedade que hoje vivemos.

Portanto, o papel da Educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de produção, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.(MÈSZÁROS, 2005, p.65)

Meriti, Nossa Senhora da Piedade do Iguassú. As freguesias ficavam perto das margens dos rios que se constituíam nos caminhos da época, do trânsito das tropas, do ouro e do café. Em 15 de janeiro de 1833, a povoação de Iguassú é elevada à Vila, Vila de Iguassú passa a exercer uma grande influência sobre as regiões adjacentes e tem um território vasto, porém muito insalubre. O século XIX foi de progresso e de decadência para Vila Iguassú. Com a Estrada Real do Comércio, a região teve uma grande evolução econômica e populacional. A Construção do Porto Iguassú, da Fazenda São Bernardino e da Estrada de Ferro Rio D'Ouro contribuiram para esse processo de crescimento da Vila Iguassú no século XIX.(TORRES, 2004)

Entretanto, com a criação da Estrada de Ferro D. Pedro II(1858), boa parte do comércio e da comercialização de produtos é transferida para Maxambomba, longe de pontos importantes de comercialização da Vila Iguassú. As ferrovias dão lugar aos canais fluviais. Todavia, os canais transbordados junto à falta de saneamento básico, brejos e pântanos com as alagações trazem a malária. A sede da cidade é chamada de Iguassú Velho devido ao crescimento da região próxima à Igreja de Santo Antônio da Jacutinga, atual Santo Antônio e, em 1891, a sede da Vila/cidade é transferida para Maxambomba que ficava perto da Estrada de Ferro D. Pedro II. Essa mudança se deu principalmente por causa da estrada de ferro. O grande crescimento da população pelos percursos da estrada de ferro iria desencadear, com os anos, grandes emancipações de distritos de Nova Iguassú. Até 1943 – ano da emancipação de Duque de Caxias -, Nova Iguaçu tinha território maior que o Distrito Federal (Rio de Janeiro)

Maxambomba foi uma sesmaria doada a Martim Correia Vaqueanos, em 1692. Essa sesmaria englobava quase toda a totalidade de terras do que é hoje a atual Nova Iguaçu, passando a se designar dessa forma pela lei nº 1331 de 1916, mantendo ainda a referência a Iguassú. Nesse processo de transferência de sede para Maxambomba, visava-se uma ocupação da região que, desde o fim do século XIX, encontrava-se praticamente abandonada. (TORRES, 2004, p 101)

No século XX, Nova Iguaçu, cidade mãe da Baixada Fluminense, ainda tentava resolver problemas de abastecimento de água, saneamento, insalubridade, doenças contagiosas e crise econômica. Tais problemas somente começaram a ser solucionados

em 1930, alguns persistem até hoje. Tais problemas poderiam se explicar, dentre outros motivos, pelo tamanho do município. Em 1933, Nova Iguaçu tinha oito distritos que iam de Sarapuí (8 ° distrito em Duque de Caxias) a Marapicu em Queimados (2° distrito).

A citricultura com a produção da laranja, na década de 1930, fez com que Nova Iguaçu fosse nacional e internacionalmente conhecida. Problemas econômicos e políticos na Era Vargas, a II Guerra Mundial e as condições ruins da Baixada Fluminense levaram à decadência das plantações e ao fim do apogeu econômico da cidade da laranja. Estes vastos terrenos improdutivos, deixados pela crise da laranja, propiciaram na década de 1940 e 50, a onda de loteamento em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense. (TORRES, 2004, p 102-3) Distritos de Nova Iguaçu como Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti na década de 1930 já começaram a sentir a urbanização com o processo de loteamento. Na década de 1950, a cidade começa a virar cidade dormitório do Rio de Janeiro. Tal processo também propicia a povoação e a procura por terras, intensificando sua especulação.

2.2 - Contexto histórico da Baixada Fluminense na década de 1940 e emergência das lutas camponesas:

A Baixada Fluminense nas décadas de 1940, 1950 e 1960 viveu uma intensa agitação social e política. Diversos movimentos sociais e rurais surgiram e emergiram como forma de resistência e luta contra a onda loteadora capitalista, contra a ineficiência do Estado e as péssimas condições dos Bairros. Tais movimentos sociais repercutiram não só na Baixada, mas no Rio de Janeiro como um todo. O desenvolvimento industrial carioca veio carregado de antigas relações de clientelismo, patronato e oligárquicas, configurando novas relações entre os atores sociais. A industrialização do Estado do Rio de Janeiro, as obras de drenagem e saneamento do governo federal em 1938, com o objetivo de colonização e povoação do Rio de Janeiro, se concentraram mais abundantemente na Baixada. Grandes fazendas eram loteadas, as ferrovias e estradas facilitavam o escoamento das pessoas para a Baixada Fluminense.

Nesse sentido, o capital privado, ligado aos investimentos públicos, desencadeou um êxodo populacional para Baixada Fluminense, tais processos iriam fomentar emancipações dos distritos como Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis que é uma cidade-loteamento. No entanto, até meados da década de 1930, a região era desprezada e vista como uma região cercada por doenças e desconfiança pela camada política da capital da Guanabara.

Dialogando com Mario Grynszpan (1987), percebemos que o problema da Baixada não era apenas do abandono, mas também de inundações e doenças, a malária chegara à região. Com o abandono da mesma pelos senhores de engenho no período da pós-abolição e pelos senhores da laranja do início do século XX, a região retrocedeu em termos de urbanização e moradia. Extensos pântanos cobriam boa parte da região em tornos dos rios Iguaçú, Inhomirim, Sarapuí e Meriti (TORRES, 2004, p 183). Todavia, em 1930, o governo estadual programou um plano de recuperação da Baixada que incluía obras de saneamento e drenagem. (GRYNSZPAN, 1987, p 27) A Baixada Fluminense, entre a década de 1930 a 1950, foi a região que mais recebeu investimento do governo em relação à drenagem das planícies, instalação de colônias agrícolas, abertura e pavimentação de numerosas estradas. O Departamento Nacional de Obras e Saneamento juntamente com a Divisão de Terras e Colonização criados, respectivamente, em 1936 e 1938, servem para dar apoio a um plano de obras e colonização na Baixada. As obras do DNOS foram um dos maiores investimentos de infra-estrutura na Baixada: milhares de pessoas desseccaram pântanos, retificaram rios, abriram canais, tudo isso para possibilitar a povoação. Tais instituições, segundo Grynszpan, visavam combater os problemas do abandono da agricultura e da apropriação indébita de terras. Dialogando com ALENTEJANO (2005, p. 55)

Entretanto, rapidamente, os interesses dos especuladores se sobrepõem e uma série de processos de grilagem se verificam em toda a área da Baixada, dando origem a conflitos intensos pela posse da terra. Isto porque, além dos agricultores assentados nos núcleos coloniais, uma grande quantidade de posseiros dirige-se para a área, atraídos pela possibilidade de se instalar numa área com razoável infra-estrutura e próxima a um mercado consumidor crescente e de alto poder aquisitivo, se comparado à média nacional

Sendo assim, as obras, agravaram os problemas, valorizando as terras e a região (GRYNSZPAN, 1987, p 43). Ligados a essas ações, outros investimentos estaduais como a eletrificação da ferrovia Central do Brasil em 1935, a inauguração da Avenida Brasil em 1946 e a abertura do tráfego à rodovia presidente Dutra em 1951 possibilitaram a valorização das terras e seu processo de loteamento (SOUZA, 2004, p. 3). Tais ações ofereceram condições mínimas de moradias, fomentando a onda loteadora:

Na década de 40 e parte da de 50, Nova Iguaçu estava buscando uma solução para a crise da laranja, e ao mesmo tempo vê surgir de forma poderosa a indústria de loteamento. Fazendas decadentes eram loteadas e transformadas em verdadeiros bairros. A fazenda da Posse, por exemplo, que foi toda retalhada e transformada em vários bairros. Fazenda Santa Rita também foi transformada e também a Fazenda Caioba e Cabuçu.²⁸

Dialogando com Paulo Alentejano (2005), o capital imobiliário foi o principal agente de expulsão maciça do campesinato do Estado do Rio de Janeiro. Tal processo que vai de 1940 a 1960 é nomeado como “desruralização”: diminuição drástica da população rural do Estado e do poder econômico ligado aos agricultores.²⁹ O esvaziamento econômico e demográfico não se deu sem a resistência dos agricultores pelo seu espaço.

Com a valorização das terras e o processo de loteamento, novos interesses e sujeitos entraram na cena política e social da Baixada Fluminense. Possesiros e grileiros travaram grandes embates, físicos e institucionais, pela terra em Nova Iguaçu. De um lado, lavradores e possesiros lutando pelo direito à terra; de outro, grileiros que representavam grandes empresas ou famílias que se julgavam donas das mesmas, comprando-as ilegalmente ou facilitadas pelas relações com os aparelhos públicos. Conforme GRYNSZPAN (1987, p. 88):

Posseiro era a categoria utilizada para identificar os diversos tipos de lavradores que lutavam pela terra em oposição aos grileiros. Esse termo surgiu e se consolidou com a própria luta. Foi apenas a partir de meados dos anos 1950 que começou a aparecer nos jornais com maior insistência.

²⁸ Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo II.

²⁹ ALENTEJANO, Paulo Roberto r. A Evolução do Espaço Agrário Fluminense. GEOgraphia – Ano 7, n° 13, p. 49-50, 2005

"Vai Terminar a Ação Nefasta Dos Grileiros no Estado do Rio"

— "Vai terminar, no Estado do Rio, a ação nefasta dos grileiros que, durante mais de 30 anos, perseguiram e prejudicaram modestos lavradores". Foi o que disse a ÚLTIMA HORA, o Sr. Vândir de Carvalho, Secretário de Trabalho e Serviço Social, a propósito da atuação daquela secretaria, a respeito do Plano de Ação Agrária, no território fluminense. Tal plano está com a sua fase inicial praticamente concluída, que tem a de proteger os lavradores nas áreas em litígio, dando-lhes segurança e tranquilidade para morar e plantar. Para isso foram criadas sub-delegacias agrárias, integradas por um capitão, sargento, cabo e três soldados, que não só garantirão os lavradores, fazendo a pacificação, como impedirão a entrada de novos colônos a fim de não agravar o problema até a sua completa solução.

Áreas em Litígio

As localidades em que houve litígio entre lavradores e grileiros e nas quais foram instaladas Sub-delegacias agrárias são as seguintes: Fazenda do Lago, em São João da Barra; Fazenda de Rio das Ostras, em Casemiro de Abreu; Fazenda São Pedro, Pedra Lisa em Nova Iguaçu; Piranema, em Duque de Caxias; Ilha da Madeira, em Itaguaí e Parati Mirim, em Parati. Algumas dessas localidades já estão recebendo os benefícios da Secretaria do Trabalho e do Sr. Aldio Leite Corrêa, executor do Plano Agrário, que nelas já instalaram Posto Médico, escolas de alfabetização e cooperativas. Pelo que nos informou o Sr. Vândir de Carvalho, existem mais de 4.000 famílias em luta com grileiros em todo o Estado.

Processo Demorado

— Para que se possa entrar na segunda fase do Plano de Ação Agrária, que é a posse da terra, e necessário, uma série de providências demoradíssimas — dizem o Sr. Vândir de Carvalho. — Temos 4 equipes de técnicos fazendo pesquisas em Cartório para saber a quem real-

mente pertence a propriedade, para ser ela posteriormente desapropriada pelo Governo do Estado. Além disso, é preciso fazer o levantamento socioeconômico das áreas em litígio, para depois ser feito o processo de desapropriação. Para se ter uma ideia da dificuldade que encontramos, basta dizer que estamos há cinco meses diligenciando em Cartórios, para encontrar uma certidão, sem a qual não podemos desapropriar uma fazenda. É portanto, todo um processo demorado que temos a cumprir, ao fim do qual, podemos então fazer o levantamento topográfico e planta do loteamento, que será dividido em chacaras de 10 a 15 hectares a serem vendidas posteriormente aos lavradores, a preços baixos e com um financiamento de 15 anos.

O Caso de Rio Das Ostras

Na presença do Sr. Aldio Leite Corrêa, executor do Plano Agrário, o Secretário do Trabalho referiu-se ao caso da Fazenda de Rio das Ostras, cujos proprietários estão agindo na justiça local, pretendendo expulsar os agricultores de suas terras. — Estamos fazendo o



O Secretário Vândir Carvalho e o Sr. Aldio Leite Corrêa, responsáveis pela execução do Plano de Ação Agrária do Estado do Rio, juliam ao reporter.

levantamento dos títulos de propriedade naquela fazenda — declarou o Secretário. — e caso o despejo se consume antes de concluirmos as nossas providências, tenho a certeza de que o Governador Roberto Silveira determinará a sua imediata desapropriação. Já estão concluídos os três primeiros projetos, que vão possibilitar ao governador, desapropriar 3 fazendas ainda este mês.

Desapropriações

Pelo Sr. Aldio Leite Corrêa, foi-nos informado que o Plano de Ação Agrária, desapropriará neste ano, nada menos do que 3.300 alqueires de terra, os quais passarão a pertencer a pelo menos 1.000 novos proprietários, que contribuirão dentro de alguns anos, trabalhando naquilo que lhes pertence, para

uma melhoria real e efetiva no abastecimento agrícola a população fluminense. O Sr. Aldio Leite Corrêa declarou ao reporter que o Estado do Rio e o Estado mais grilado do Brasil.

O presidente da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, falou também a nossa reportagem, dizendo que os seus liderados agradecem a Deus pela proteção que o governador Roberto Silveira lhes vinha dando, fazendo o elogio, em nome de 200 famílias, a atuação do Sr. Aldio Leite Corrêa, que tem sido de uma dedicação total do comum para com os problemas dos seus companheiros. Também o Secretário Vândir de Carvalho teve sua ação amplamente elogiada pelo Sr. Juliano Joaquim de Oliveira, presidente daquela Associação de lavradores.

Figura 6: Última Hora, 13/01/1960. Arquivo Diocesano.

Lavradores, auto-identificados como “posseiros” representavam uma classe de trabalhadores rurais que eram oprimidos pelo surto especulativo imobiliário. O alto valor dos imóveis no centro da cidade fomentou o fluxo populacional em direção à Baixada. (GRYNSZPAN, 1987, 2009; ALENTEJANO, 2005).

A industrialização do Estado do Rio de Janeiro, as obras de drenagem e saneamento do governo federal em 1938, com o objetivo de colonização e povoação do Rio de Janeiro, se concentraram mais abundantemente na Baixada. Grandes fazendas eram loteadas, as ferrovias e estradas facilitavam o escoamento das pessoas para a

Baixada Fluminense. Nesse sentido, o capital privado, ligado aos investimentos públicos, desencadeou um êxodo populacional para Baixada Fluminense, tais processos iriam fomentar emancipações em distritos como Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis que é uma cidade-loteamento. No entanto, até meados da década de 30, a região era desprezada e vista como uma região cercada por doenças e desconfiança pela camada política da capital da Guanabara.

Dialogando com Mario Grynszpan, percebemos que o problema da Baixada não era apenas do abandono, mas também de inundações e das doenças, a malária chegara à região. Com o abandono da mesma pelos senhores de engenho no período da pós-abolição e senhores da laranja, a região retrocedeu em termos de urbanização e moradia. Extensos pântanos cobriam boa parte da região circular ao Rio Iguçu, Inhomirim, Sarapuí e Meriti³⁰. Todavia, em 1930, o governo estadual programou um plano de recuperação da Baixada que incluía obras de saneamento e drenagem.³¹ A Baixada Fluminense foi à região, entre a década de 30 a 50, que mais recebeu investimento do governo em relação à drenagem das planícies, instalação de colônias agrícolas, abertura e pavimentação de numerosas estradas.³² O Departamento Nacional de Obras e Saneamento juntamente com a Divisão de Terras e Colonização criados, respectivamente, em 1936 e 1938, por Getúlio Vargas servem para dar apoio a um plano de obras e colonização na Baixada Fluminense. As obras do DNOS foi um dos maiores investimentos de infra-estrutura que aconteceu na Baixada Fluminense, milhares de pessoas dessecaram pântanos, retificaram rios, abriram canais, tudo isso para possibilitar a povoação. Tais instituições, segundo Grynszpan, visavam combater os problemas do abandono da agricultura e da apropriação indébita de terras. No entanto, as obras, agravaram os problemas, valorizando as terras e a região.³³ Ligado a essas ações, outros investimentos estaduais como a eletrificação da ferrovia Central do Brasil 1935, a inauguração da Avenida Brasil em 1946 e a abertura do tráfego a rodovia

³⁰TÔRRES, Gênesis (Org.). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. Ed. IPAHB, RJ, pp. 183. 2004.

³¹ GRYSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 27.

³² Ibid., p.43.

³³ Ibid., p.43.

presidente Dutra em 1951 possibilitaram a valorização das terras e o processo de loteamento³⁴. A partir de tal programa e ações a Baixada começou a sair do estado de desolação e abandono. Tais ações ofereceram condições mínimas de moradias e gênese à onda loteadora que fomentou novas relações de poder e dominação.

Na década de 40 e parte da de 50, Nova Iguaçu estava buscando uma solução para a crise da laranja, e ao mesmo tempo ver surgir de forma poderosa a indústria de loteamento. Fazendas decadentes eram loteadas e transformadas em verdadeiros bairros. A fazenda da Posse, por exemplo, que foi toda retalhada e transformada em vários bairros. Fazenda Santa Rita também foi transformada e também a Fazenda Caioba e Cabuçu.³⁵

Os investimentos federais e estaduais na Baixada Fluminense por volta das décadas de 1930, 1940 e 1950 fomentaram a especulação dos lotes e terra que, por conseguinte, deram gênese às disputas territoriais entre posseiros, grileiros, agricultores, produtores e moradores locais. Os especuladores, nesse contexto, poderiam ser bancos, empresas imobiliárias, famílias e até órgãos públicos. O Capital imobiliário e os processos de loteamento e grilagem mudaram drasticamente a configuração demográfica e econômica da Baixada (ALENTEJANO, 2005, p 52-55). Nessa disputa por terras, começaram os despejos e, conseqüentemente, as lutas e resistências dos lavradores e moradores por suas terras (GRINSZPAN, 1987, p. 41). Seguindo ALVES (2003, p. 73):

A mobilização, organização e politização dos posseiros na luta por suas terras significou um marco e uma quebra de paradigma na sociedade elitista da Baixada Fluminense, pois esses sujeitos viraram atores no cenário político do Estado do Rio de Janeiro. A politização da luta camponesa, o surgimento organizativo das mobilizações dos camponeses e trabalhadores rurais com as ocupações, desapropriações, manifestações, levantes e a formação da FALERJ, da CPT foram ações desses sujeitos em busca de resistência e direitos.

A luta e resistência dos lavradores pelas suas terras tornou-se mais que uma questão camponesa, mas sim ascendeu a um cenário político e social, pois o despejo era

³⁴ Souza, Sonali Maria de. A Memória dos laranjais na cidade do loteamento: considerações sobre feitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970. p. 3.

³⁵ Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

tido como roubo e uma injustiça contra o camponês. Nesse sentido, a noção de direito à terra está ligada à sobrevivência, bem como, à situação de desespero e ao desamparo que o despejo coloca o lavrador terras (GRINSZPAN, 1987, p. 41). Sendo assim, lideranças como Zé Matias (José Teodoro), José Pureza, Bráulio Rodrigues, Manoel Jerônimo, Bispo Dom Adriano Hipólito, entre tantos outros, se doaram à questão camponesa e através de suas militâncias, sacrifícios e vidas, mudando a luta de classes na Baixada Fluminense.³⁶ Na conjuntura nacional, a questão camponesa avançava com as Ligas Camponesas de Francisco Julião. A Igreja Católica torna-se, a partir de 1950, mais sensível aos problemas sociais, ao mesmo tempo que se preocupava com o avanço da esquerda e o mal vermelho (comunismo) (MEDEIROS, 1989, p, 75). O SAR (Serviço de Assistência Rural) orientou e assessorou na gênese de sindicatos e direitos dos camponeses. Paralelo a essa questão, na década de 1960, o movimento camponês obteve um grande avanço nacional, conforme MEDEIROS (1989, p, 78), mesmo que por um curto espaço de tempo.

Reconhecida em janeiro de 1964, a Contag assumiu dois compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte. Dois meses depois sobreveio o Golpe Militar e alteraram-se os rumos das lutas trabalhadoras e do sindicalismo rural.

Dialogando com MEDEIROS (1989,2008 e 2009); GRINSZPAN (1987 e 2009); AGUIAR (2015) e demais autores, percebemos que a grandeza e a multiplicidade do movimento que se rompe com o golpe de 1964 é grandiosa. Assim como a disputa pela sua representatividade. A inserção do camponês no campo político provocou uma disputa entre instituições, partidos e organizações pela sua representatividade de direitos. Dentro desses avanços, progressos, disputas, retrocessos e rupturas, está a luta camponesa de Pedra Lisa.

Diante desse grande legado, dessa história de grandes sujeitos que, como vimos, deram suas vidas pela luta camponesa e por direitos civis e políticos, somente a

³⁶ Sobre lideranças camponesas e lideranças que se sacrificaram pelas lutas camponesas no Brasil e na Baixada Fluminense ver: CARNEIRO, ANA. Retrato da Repressão Política no Campo 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos, Brasília, MDA, 2ª. ed. 2011.

Educação do Campo e educadores, pensadores, militantes comprometidos podem contribuir para a salvaguarda da memória camponesa da Baixada Fluminense. Precisamos criar espaços e não apenas ocupar os espaços existentes. Não obstante, vemos agentes hegemônicos terem êxitos em diversas escalas da sociedade, claro, devido a fato dos mesmos dominarem os meios de comunicação de massa e hegemonzarem os valores no mundo da vida. Mas, como afirmamos, precisamos mais do que tomar os espaços existentes, precisamos criar novos espaços de dialogo com as massas, com a sociedade, com o trabalhador, com o agricultor, com o jovem, com a mulher, com o negro e com as minorias que são as que mais sofrem com avanço hegemônico das elites e consequentemente o conservadorismo.

2.3 –Lutas Camponesas e a experiência de Educação Popular da Escola de Pedra Lisa produzida pela Associação de Lavradores (final 1950 e 1960):

“O Preço de nossa terra é a vida de todos nós”, assim o jornal Imprensa Popular em 28 de dezembro de 1958 abre sua manchete com mais um ataque sobre os lavradores e trabalhadores rurais da “zona conflagrada” de Pedra Lisa. A tentativa de despejo se dava através de grileiros, policiais e jagunços a mando da Companhia Fazenda Reunidas Normandia, pertencente à família Guinle que morava no Flamengo em frente à praia. Tal companhia, segundo fontes do periódico, tem estreitas ligações com o policial Joaquim de Castro e o pistoleiro Zé Mineiro e através, principalmente, das ações deste, realizava tentativas de despejos contra mais de 400 pessoas da região de Pedra Lisa.³⁷ Pedra Lisa localizava-se, na época, em Queimados, 2ª distrito de Nova Iguaçu. Nesse local, há acerca de 30 anos, lavradores vêm cultivando e desbravando a terra. Nesse tempo, foi organizada pelos camponeses uma Associação dos Lavradores de Pedra Lisa. A escola, mantida por essa associação, era de cunho ideológico popular, além de um centro religioso, além do espaço onde os lavradores comercializavam todo o cultivo de suas terras, abastecendo as regiões adjacentes. Segundo o periódico Imprensa Popular, a região de Pedra Lisa, antes dos Lavradores, era um terreno totalmente impróprio e desvalorizado.

³⁷ Jornal Imprensa Popular: 28/12/1954.

Mato e pântano. Viviam cobras e sapos na Fazenda Nacional. Apareceram então os primeiros posseiros, há 35 anos atrás. O mato foi limpo, as valas dragadas, os pântanos aterrados. Ao mesmo tempo, os posseiros iam cultivando aquelas terras devolutas. Por sua vez, o Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense acabou com as febres frequentes ali. Empresas de loteamento abriram estradas.³⁸

Desta forma, a Companhia Normandia, no começo da década de 1950, depois de décadas de cultivo e trato da terra por parte dos lavradores, se apresenta como dona da terra. O interesse dos irmãos Guinle, donos da Companhia Normandia, justificava-se depois das ações de saneamento e limpeza das terras do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento).³⁹ Em primeira mão como ganhadora de um leilão para corte de lenha e depois com um título de posse, sem sequer limitação das terras. A Cia Normandia, através dos grileiros, realizava incursões violentas contra os lavradores. Em mais uma manchete do jornal *Imprensa popular* com o título: *Resenha Fluminense: violência contra os lavradores do 6º distrito de Nova Iguaçu* são relatadas as atrocidades dos grileiros da Cia. Normandia. Tais atrocidades foram tantas, que os posseiros tiveram que recorrer ao deputado Geraldo Reis para denunciar a violência.⁴⁰ Casas queimadas, plantações destruídas e ainda as ameaças de morte. Crianças, mulheres, pessoas de idade tinham que conviver diariamente com esses conflitos e ameaças de despejos. As empresas e companhias imobiliárias que adentravam na região da Baixada Fluminense começavam a se encaixar no pensamento capitalista industrial. Em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense, existiam grandes atores com grandes concentrações de terras.

Os proprietários de terra da Baixada Fluminense na época eram a Santa Casa de Misericórdia, o Comendador Soares, a família Guinle, o Conde Modesto Leal, Família Telles de Menezes, os políticos não representavam os anseios do povo e os mesmos

³⁸ Jornal *Imprensa Popular*: 28/12/1954.

³⁹ MEDEIROS, Leonilde. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad, pp.21, 2008.

⁴⁰ *Imprensa Popular*: 02/06/1956.

adquiriram muitas terras, o próprio Fábio Raunheitti, A família Távora, família Alvarez.⁴¹

Como vimos, com a queda da citricultura, as obras de saneamento, ferrovias e estradas sendo criadas, a terra na Baixada passou a ser a mercadoria mais valiosa. Nas falas de Paulo Freire, podemos enxergar uma síntese desse pensamento: o dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal. Por isso é que, para os opressores, o que vale é *ter mais* e cada vez mais, às custas inclusive do *ter menos* ou *ter nadados* oprimidos.⁴²

Nesse sentido, os lavradores sentiram a necessidade de se organizar e fundaram a Associação dos Lavradores de Pedra Liza.⁴³ No começo do confronto e gênese da associação, destaca-se a liderança de Zé Matias ou José Tenório e um pouco depois Bráulio Rodrigues, nomes conhecidos e saudosamente lembrados pelos companheiros de militância na Baixada. Zé Matias não era ligado a nenhuma expressão partidária, mas tinha uma grande expressão de massa.⁴⁴ O líder dos lavradores disse que tinha gente de fibra e iam enfrentar bala ali! (em Pedra Liza). Em meio ao avanço da Companhia e dos grileiros, foi se gestando a luta e organização dos lavradores do município de Nova Iguaçu. Mas não se tratava apenas de uma luta por terras. Para os lavradores, a terra era mais que um meio para sobreviver. A terra era um lar, identidade, a terra era vida. Na fala do camponês Aristóteles podemos enxergar a conotação do que era Pedra Liza: *“Isto aqui é minha vida. Dizer que essas terras não são minhas é dizer que não é meu o coração que bate no meu peito. Quem quiser roubar isso aqui terá que passar pela vala e cada vala é uma trincheira”*⁴⁵.

No estado do Rio, os despejos *eram vistos como procedimento ilegítimo, injusto, contra lavradores que haviam desbravado a terra, tornando-a produtiva, valorizando-a com seu trabalho, seu*

⁴¹ Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo deste texto.

⁴² PAULO, Freire. Pedagogia do oprimido. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; pp. 62, 2013.

⁴³ Jornal Imprensa Popular : 28/12/1954

⁴⁴ MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.19, 2008.

⁴⁵ Jornal Imprensa Popular : 28/12/1954

suor e seu sangue, e mais ainda, que não se recusavam a pagar pela sua utilização.⁴⁶

Sendo assim, o que os grileiros, bem como a Companhia Normandia queria, segundo os lavradores, era visto como roubo e uma injustiça contra as famílias que ali moravam. Nesse sentido, a liderança de Matias e Bráulio foi fundamental para a organização da região frente às ações dos grileiros e das Companhias de Loteamento. Assim, o objetivo principal no fim da década de 40 e início de 50 em diante, era a especulação imobiliária, ou seja, o povoamento da região da Baixada Fluminense. Os despejos faziam parte de um processo para “limpar” as terras para os loteamentos das Companhias imobiliárias. Então, notamos que esse processo significa um rompimento da função social da terra para os lavradores, pois suas terras ficariam ao bel interesse das companhias imobiliárias e das famílias detentoras de grandes terras.

Três caminhões por dia- disse-nos- vão para o mercado da Praça 15 carregados de abóbora, cana, aipim, batata, jiló, banana e quiabo. Somos nós que plantamos com o suor de nossos rostos. Nossos produtos são vendidos também na feira de Caramujo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti. Não é justo servir de tico-tico para a Normandia. E como estranhássemos a última frase, explicou: - Sim, tico-tico é que cria e choca os filhotes do pardal.⁴⁷

Cabe destacar que Pedra Liza tinha uma função econômica de abastecimento das populações da Baixada Fluminense. Cumpria uma função social de fundamental importância para a manutenção da população da Baixada e em termos do Rio de Janeiro. Todavia, o interesse dos grileiros seria a valorização das terras ocasionadas, principalmente, pela realização de obras públicas ao longo da Baixada como estradas e saneamento e o fato dos lavradores em cerca de mais de 30 anos terem cuidado das terras, tornando-as férteis e habitáveis. Porém, o objetivo com os despejos não seria a produção social da terra gerando alimentos, mas sim a especulação das terras e o loteamento para vendas (GRYNSZPAN, 1987, p 51). Com os ataques aos lares e às plantações em Pedra Lisa, os grileiros da companhia Normandia, atingiam também o

⁴⁶ GRZYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp.71.

⁴⁷ Imprensa Popular: 28/12/1958.

mercado carioca de legumes e verduras, pois, como vimos, os lavradores abasteciam com suas plantações as famílias de boa parte dos lares cariocas.⁴⁸ Nesse sentido, a violência cometida contra os posseiros em Pedra Lisa representava não tão somente uma ameaça ao seu trabalho, seus lares e famílias, mas também ao mercado de legumes, verduras e frutas da Capital do país, pois os posseiros abasteciam diretamente o mercado municipal do Estado do Rio de Janeiro.

Frente à onda especulativa imobiliária e aos interesses de famílias e empresas na Baixada Fluminense, a organização e a luta dos lavradores pelos seus direitos, suas terras e seu lar se intensificaram, isto é, fomentou e desencadeou ainda mais o processo de organização dos lavradores. Nesse sentido, Zé Matias organizava as pessoas que chegavam dando lotes de moradia e de cultivo, cerca de três (3) hectares de terra para cada um e em meio às ameaças, problemas da região e tendo em vista uma maior organização foi criada, em 1948, a Associação dos Lavradores de Pedra Lisa. Segundo Medeiros (2008, p 25): *“Zé Matias era muito querido, ele não explorava financeiramente ninguém, não era petulante, não era agitado, no sentido de maltratar as pessoas. Ele era enérgico. Sabia ler, escrever, mas era semi-analfabeto, não tinha instrução de curso primário”*.

Vemos, assim, que os lavradores se reuniam uma vez por semana na frente da Associação e, em dia de reunião, cada lavrador levava seu problema para levantar e pedir solução. Posteriormente, os lavradores davam suas opiniões e, afinal, tomavam deliberações em relação ao que plantar, divergências sobre divisão das terras, problemas sobre manter a escolinha, o salário da professora, livros, segurança da região e, quando a região estava sob ameaça de despejo, as reuniões eram mais frequentes.⁴⁹ Nos relatos de Bráulio Rodrigues da Silva, a Associação, no que tange à organização, não sofria interferência de nenhum partido político no seu começo. O Zé Matias arregimentava as pessoas que vinham de várias localidades para Pedra Lisa, pessoas de Macaé, Itaperuna, Miracema se estabeleceram ali e quando chegavam, não iam embora. Pelo contrário, moravam e tinham seus filhos, netos, ou seja, a terra era mais que um espaço ocupado

⁴⁸ Imprensa popular: 20/07/1955.

⁴⁹ Jornal Imprensa Popular: 28/12/1954 e MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.23, 2008.

para cultivo e produção, a terra era um lar. Esse sentimento de familiaridade, de unidade com Pedra Liza está no centro da resistência e sobrevivência da Associação. Sendo assim, não bastam apenas mecanismos organizativos ou ferramentas: a vontade, os laços com a terra, o sentimento de injustiça e de lutar pelo que é nosso iria manter os lavradores em seu “lar”.

Justamente por tais motivos, os lavradores se viam com direitos sobre a terra e a luta era uma afirmação, um combate legítimo frente à onda da industrialização que começara na Baixada Fluminense. A organização se deu de tal forma que Zé Matias pagava uma espécie de pensão para os lavradores que eram filiados à Associação: em caso de morte, a família recebia uma pequena quantia em dinheiro. A Associação dos Lavradores consegue pleitear juntamente ao Presidente da República uma autorização de posse de 300 alqueires em nome da Associação de lavradores de Pedra Liza; sem dúvida foi um marco não só para os camponeses de Pedra Liza, mas para as disputas de terras que se instalavam na Baixada Fluminense. As Companhias, famílias, empresas, jagunços e grileiros eram ligados às delegacias e, muitas vezes, ao poder político local, o que facilitava a prática de injustiça, a violência, a negação de direitos dos lavradores. “Na década de 50, tinha muita violência na política, quase tudo se resolvia na bala. Tínhamos uma Câmara de vereadores retrógada, elitista e conservadora”⁵⁰. Então, a conquista da posse da terra pelos camponeses de Pedra Liza configurou-se como uma importante vitória para a causa dos camponeses espalhados pelo Brasil afora que lutavam por suas terras.

Sem dúvida, a experiência dos lavradores de Pedra Liza teve uma repercussão no Sul do Brasil e âmbito nacional. Servindo também de escola de aprendizagem para lideranças que ficavam um tempo em Pedra Liza bebendo da experiência camponesa no que tange a organização e mobilização.⁵¹

⁵⁰ Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo II deste texto

⁵¹ Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo II deste texto.

É preciso ter em conta, entretanto, que mesmo com a legalização das terras em Pedra Liza continuaram os despejos e a violência contra os lavradores. Segundo Medeiros (2008, p 25):

Nós tivemos muita luta, muito despejo. Quando a gente era despejado, saía e voltava no outro dia. Os despejos eram feitos pelos que diziam que eram donos. O que mais me chamou a atenção nesses despejos foi à disposição das pessoas que eram evangélicas.

Os irmãos Guinle, donos da Companhia Normandia, não cessaram as ameaças, as mesmas tomaram cenas de terrorismo e brutalidade contra os lavradores: queimadas, perseguições, ateiamento de fogo em casas em Pedra Lisa. As ações criminosas acabaram com a vida do primeiro presidente da Associação dos Lavradores de Nova Iguaçu, Zé Matias. Um ataque do jagunço/grileiro José Mineiro orquestrado pela polícia local põe fim a vida de um dos maiores líderes que o movimento de luta do campo de Nova Iguaçu já se ouviu falar⁵². Ainda hoje tem uma foto do líder em Pedra Lisa. O processo de Organização em Associações foi uma quebra de paradigma em Nova Iguaçu; Duque de Caxias também organizará uma Associação de Lavradores com a liderança de Manoel Marins e Zé Pureza. Sendo assim, ao que nos parece, essa movimentação e organização dos camponeses se gestaram pelos atos de violências dos grileiros, mas acima de tudo por um combate as injustiças e lutas por direitos. As violências e as injustiças cometidas nos despejos com certeza contribuíram para uma aceleração da organização enquanto associação, porém não podemos atribuir a reação contra os grileiros como única incitação. Segundo Medeiros (1989, p 51):

As associações normalmente tinham sua base nos locais de conflito. Por vezes, elas adquiriam dimensão municipal. Teoricamente, a Ultab as articulava e lhes dava a direção. Ao que tudo indica, porém, essa entidade não conseguia ter presença efetiva nas lutas, a não ser no que se refere a formulações das bandeiras mais gerais. No cotidiano, eram os núcleos locais ou as associações que encaminhavam os conflitos, costuravam alianças, organizavam a resistência.

Dessa conjuntura, isto é, da ação das lideranças, juntamente com a comunidade

⁵² Jornal Imprensa Popular : 28/12/1954

dos lavradores, bem como a organização com a Associação dos Lavradores em 1948 em Pedra Liza, teve gênese a luta e a resistência contra os despejos e injustiças. Todavia, um líder só é forte com um grupo coeso e unido ideologicamente e socialmente, nesse sentido, a associação dos lavradores de Pedra Liza permitia isso. Os laços com a terra e o sentimento afetivo pela região foram fundamentais para tal processo. Além de espaço de resolver problemas, era um espaço para organizar, reivindicar, planejar. Desta forma, a organização dos lavradores ocorreu também para resolver problema da comunidade no campo. A dialética entre opressor e oprimido, muitas vezes, coloca o oprimido como reagente ao opressor, ou seja, o oprimido realiza suas ações em reação ao opressor. Os posseiros desencadearam, com sua organização e lutas, um processo de humanização da sua causa, pois para os mesmos sua causa era legítima. Nesse sentido, para quem oprime, humanização dos oprimidos é subversão, assim como sua liberdade também o é.

Existia uma propaganda maciça de ligar todo o movimento de Pedra Liza a tudo aquilo que havia de pior no mundo, por exemplo a Cuba e aos comunistas. Buscavam endemonizar e inferiorizar o movimento de Lavradores de Pedra Liza.⁵³

Com isso, a organização em Associações gerou mais ondas de violência e despejos. Na matéria do Jornal Popular de 29/06/1957, fica expressa tal violência e injustiça, nem as crianças são poupadas da arbitrariedade.

Dizem que a entrada dos homens para a Associação dos Lavradores e Posseiros do 6º distrito de Nova Iguaçu (Pedra Liza) é que veio a provocar as ações do latifundiário (...). Eram cerca de sessenta homens, armados de fuzis e até metralhadoras. Soldados e civis sob o comando de Jovino e seus dois filhos, que trabalhavam como jagunços do vereador Pimenta. “Foi uma destruição de cortar o coração”, diz Elias.⁵⁴

⁵³ Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo II desse texto

⁵⁴ Jornal Imprensa Popular: 29/06/1957

Além da violência, da negação de direitos, podemos ressaltar outros pontos nesse depoimento. As ligações dos grileiros e jagunços com poderes políticos e policiais do município de Nova Iguaçu contra os lavradores. (MEDEIROS, 2008, P 25). Assim, a organização em Associações buscava a luta por direitos, bem como representatividade e um espaço de negociação, em alguns casos, com os grileiros e autoridades locais. A luta pela permanência na terra se configura como um projeto de futuro, pois o lavrador vê a terra além do custo benéfico, além da ilegitimidade do despejo, da prática de injustiça por quem o expulsa.(GRYNSZPAN, 1987, p 66) Zé Matias, com a autorização de posse, negociou muito com os grileiros, o pessoal do carvão, da lenha. (MEDEIROS, 2008, p 24)

Dialogando com Mário Grynszpan e Leonilde Servollo de Medeiros, percebemos que as ações dos sujeitos do campo não podem cair na simplificação de meras respostas, reações e estímulos provocados por um opressor. (GRYNSZPAN, 1987, p 60) Na Associação, discutiam-se diversas outras peculiaridades e problemas, muitas das quais ligadas à terra e à lavoura, questões da escolinha, da divisão das terras. (MEDEIROS, 2008, p 24) Certamente, reduzir a organização dos lavradores em torno da luta contra os grileiros será colocá-los apenas como reagentes da violência, tirando-os sua autonomia e ações como sujeitos históricos. Decerto que os despejos intensificaram, como vimos, a necessidade de organização e luta, mas a organização tão somente teve esse intuito. A Associação buscava proteção, seguridade, resistência e direitos para os lavradores-posseiros de Pedra Lisa. Junto com esses fatores surgiu o teatro popular da Associação e a Escola de Alfabetização de crianças a jovens-adultos.



Figura 7:Foto da Escola de Alfabetização dos Lavradores – posseiros de Pedra Lisa quando já municipalizada, na década de 1970, porém com a mesma estrutura da sua fundação em 1959.

Nesse processo de conscientização e mobilização dos camponeses foi constituída a escola de alfabetização de adultos de Pedra Liza. Nitidamente de cunho popular, era mantida pela Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Liza e contava com cerca de 50 alunos, fundada em 1959. Materiais e livros eram doados pela prefeitura de Nova Iguaçu e Ministério da Educação; de resto, tudo era iniciativa dos lavradores e todos os alunos eram lavradores-posseiros da região. Seu fundador⁵⁵foi Bráulio Rodrigues da Silva. Dialogando com Freire, podemos ressaltar que a alfabetização talvez seja o sentido mais pertinente e importante do conhecimento humano, pois alfabetizar-se é conscientizar-se, é inserir-se no mundo, “é aprender a escrever sua vida como autor e testemunha de sua história”. (FREIRE, 2013, p. 12). Sendo assim, Conforme ARROYO e FERNANDES (1999, p. 17-18) o foco de nosso olhar, de nossa investigação não pode

⁵⁵Bráulio foi fundador da Associação de Lavradores de Pedra Liza em 1948 e da escola em 1959.

ser somente a escola, o programa, o currículo, a metodologia, os exercícios e deveres. Como educadores, temos que olhar e entender a perspectiva da proposta educativa, sua referência no campo epistemológico, no movimento em que vêm se formando um novo homem, um novo jovem, uma nova mulher. Observa-se que na Escola de Alfabetização de Pedra Lisa os alunos aprendiam sobre a vida, foi um momento em que adolescentes, jovens poderiam parar e pensar, aprender e transformar-se para uma nova realidade que estava surgindo para a emergente classe de trabalhadores camponeses da Baixada Fluminense. Segundo seu Moacir:

Significou muita coisa. Era fundamental. Era a única escola da região. Em Jaceruba, Santa Antônio, ao redor daquilo tudo não tinha escola nenhuma. Então a gente não precisava andar muito ou pegar condução para estudar. Pra mim que não tive mais oportunidade de estudar foi importante demais. Muita coisa que sei hoje, mesmo da terra, aprendi na escola e ensinava aqui pros meus primos.⁵⁶

Nesse sentido, a escola de Pedra Liza praticava uma educação voltada para conscientização do aluno não só através da leitura das letras, mas também do mundo, dos processos e conflitos sociais e políticos que cercavam os lavradores posseiros no final da década de 1950. Ao aprender a ler as palavras, o lavrador passa a ler o mundo também, a entender e, por conseguinte, a querer questioná-lo e transformá-lo. Conforme FREIRE (2013, p. 15):

O que antes era fechamento, pouco a pouco se vai abrindo; a consciência passa a escutar os apelos que a convocam sempre mais além de seus limites: faz-se crítica. Ao objetivar seu mundo, o alfabetizando nele reencontra-se com os outros e nos outros, companheiros de seu pequeno “círculo de cultura”

⁵⁶Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir, ex- aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. Anexo III. [setembro 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (23min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo III.

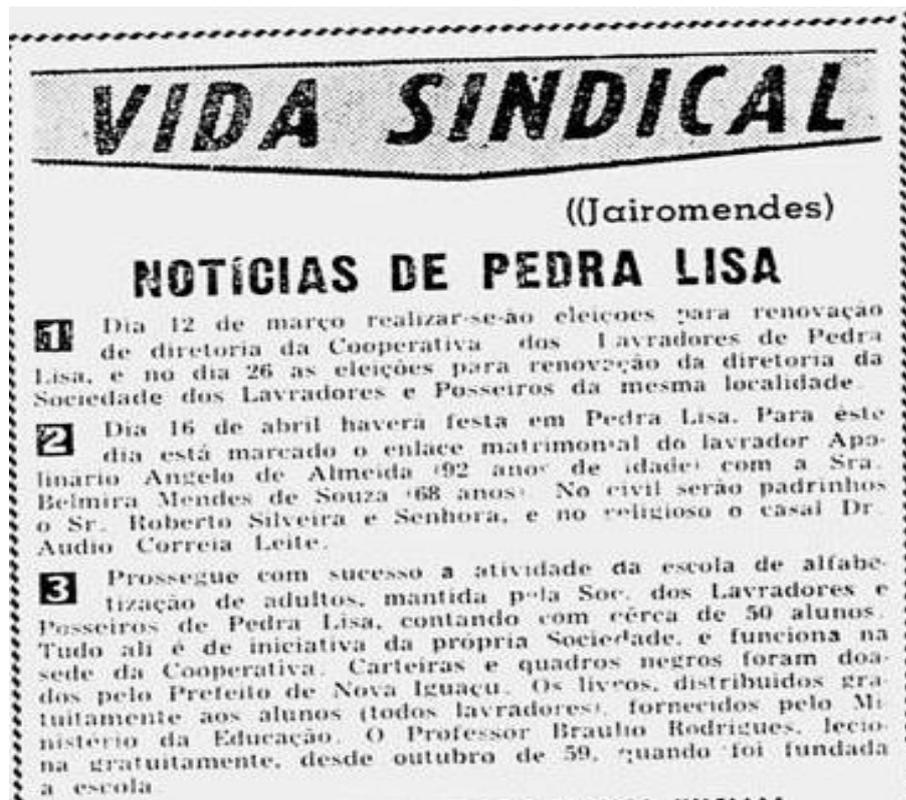


Figura 8: Periódico Última Hora 08/03/1960. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

Sendo assim, na escola de alfabetização e nas assembleias da Associação, os lavradores-posseiros iam se descobrindo como sujeitos do seu processo histórico e conscientizando-se quanto às suas lutas e aos seus direitos contra os grileiros, as empresas loteadoras, as grandes famílias proprietárias de terras e os representantes políticos ligados aos mesmos e aos interesses do grande capital urbano-industrial. Nesse sentido, percebemos os lavradores como sujeitos de sua transformação e educação. Percebemos a capacidade transformadora e criadora desses camponeses. Ainda segundo FREIRE (1981, p. 26):

Subestimar a capacidade criadora e recriadora dos camponeses, desprezar seus conhecimentos, não importa o nível em que se achem tentar “enchê-los” com o que aos técnicos, lhes parece certo, são expressões, em última análise, da ideologia dominante.

Com a educação popular praticada em Pedra Liza, os camponeses buscavam transformar a realidade educacional, social e política dos lavradores-posseiros da região. Assim, a construção, gênese e desenvolvimento da Escola Popular de Alfabetização de

adolescentes, jovens e adultos em Pedra Liza ocorreu a partir deles e para eles, ou seja, foi um movimento totalmente genuíno dos anseios e demandas de uma classe que emergia como protagonista no cenário político da Baixada Fluminense na década de 1950. Uma busca pela alfabetização na comunidade começou a se formar em Pedra Lisa, uma busca pelo saber da comunidade que vista como subalterna passava a organizar classes populares em volta de uma educação popular. Dialogando com Brandão (2006), percebemos que houve a divisão social do saber em que um saber erudito foi propagado por uma ideologia dominante, desqualificando os conhecimentos populares como “menores”. Sendo assim, as classes “subalternas” e/ou classes populares que não se encaixem nesse padrão definido por essa própria classe dominante viriam a ser o “saber do povo”, tal saber configura-se já com diversas cargas ideológicas de “inferioridade intelectual”.

No final da década de 1960, entre as pessoas maiores de 5 anos, cerca de 27,3% da população do Rio de Janeiro era analfabeta, sendo que nos limites da Baixada Fluminense esse índice sobe para 55,8% (FERRARO, 2004, p. 192). Em uma república nova e com diversos problemas na área de urbanização, industrialização e recém-saída do Estado Novo Vargasista, a Baixada Fluminense, considerada “o nordeste sem seca”, também era assolada pela desigualdade educacional que contribua igualmente para a desigualdade social, política e econômica. Mais da metade da população da Baixada Fluminense era excluída, de diversas formas e maneiras, do direito de simplesmente ler e escrever. Nesse sentido, ressaltamos que a escola de alfabetização dos lavradores-posseiros era uma pequena ferramenta no combate a essa desigualdade, a essa exclusão. Uma forma de resolver isso de maneira própria, sem depender do Estado.

Os índices de alfabetização no Brasil, desde a independência, provocaram grandes debates entre as camadas que buscavam dirigir o país. Sendo assim, os latifundiários e as forças oligárquicas se colocaram contra uma sistematização da escolarização e assim uma maior democratização do ensino. Somente em meados da década de 20 do século XX com o “grupo escolar” e espaços públicos voltados para o ensino, tal perspectiva começa a mudar. Em 1930, o governo provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, e em 1931 decretou um conjunto de leis que visava a organização do ensino secundário e as universidades brasileiras existentes. Em

1934, com a nova constituição, Getúlio Vargas coloca a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e poderes públicos. (JOSSETI, ARAÚJO, 2012, p. 187)

As tendências e orientação político-educacionais capitalistas visavam, em suma, a preparação de uma maior contingência de mão-de-obra para o mercado de trabalho. A educação deveria ser um direito de todos, assim como hoje assegura a Constituição o direito ao lazer, segurança e bem-estar; todavia, não é isso que vemos e sentimos. Entre a lei e a execução da lei a vários percalços e pormenores. A Baixada, nessa ótica de Estado Novo, foi tratada como massa de manobra e curral eleitoral de politiquinhos e interventores do Estado Novo que queriam seguir “carreira” política. Problemas como saneamento, segurança, saúde e educação ainda são problemas na Baixada Fluminense; quem mora aqui sabe do que estamos falando, quiçá em meados do século XX. Observa-se que a Escola de Pedra Lisa se tornou única na Baixada, na época, por justamente ir contrários preceitos citados acima, buscando, com suas forças e meios próprios, educar sua comunidade.

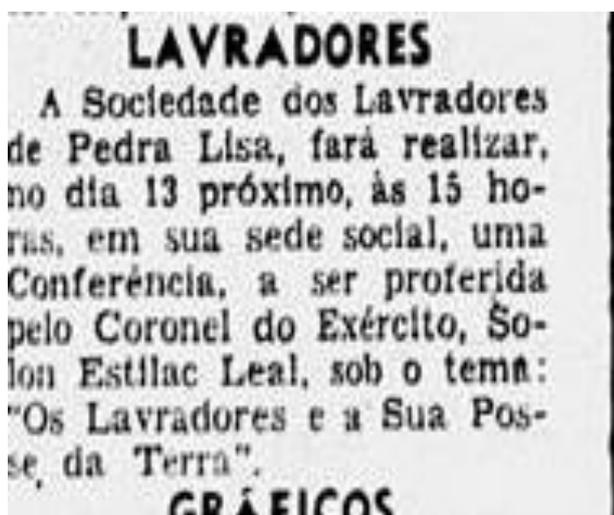


Figura 9: Periódico Última Hora, 11/11/1960. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

Sendo assim, a criação de uma escola popular que visava a alfabetização de adultos se configurava na peça chave contra essa exclusão e desigualdade social e educacional. A educação, a instrução era um mecanismo de poder e diferenciação na sociedade de classes que começava a se firmar na Baixada Fluminense, área onde a

onda capitalista loteadora ligada ao grande capital, por volta das décadas de 1940, debruçava suas garras sobre a região da Baixada. O camponês era excluído socialmente, politicamente e educacionalmente da sociedade: ou seja, ficava à margem da sociedade brasileira até meados da década de 1940, quando as associações, as ligas camponesas e lideranças comunistas começavam a lutar por direitos dos grupos camponeses. Nesse sentido, a escola de alfabetização rompeu com uma tradição intelecto-social dominante ao fornecer aos lavradores-possesores um meio de aprenderem a ler e escrever, pois com essas ações iriam se apropriar de algumas ferramentas para se inserir no mundo, passando de espectadores a atores, a transformadores na teia social da Baixada Fluminense. A escola de Pedra Lisa era uma preocupação da Associação de Pedra Liza, em suas reuniões dominicais: dentre as deliberações, estava a preocupação em manter a escola. Segundo o jornal Última Hora (28/12/1954):

Os lavradores dão suas opiniões e ao final tomam as deliberações. Em tais ocasiões são tratados problemas como o do lavrador que tacou fogo no mato e prejudicou seu vizinho. São também tratadas questões como manter a escolinha, pagar a professora e comprar livros.

Desta forma, a escola era uma preocupação dos dirigentes da Associação: nesse sentido, observa-se uma preocupação com a educação como forma de não só ensinar o lavrador ou seu filho os processos de letramento, mas também com a conscientização política e social do lugar em que viviam e dos conflitos que enfrentavam. A luta para criar a Escola e mantê-la significou uma luta pelo simples direito de aprender a ler, de ler o mundo e seus conflitos emergentes para os lavradores-possesores. Segundo ARROYO e FERNANDES (1999, p 18):

O movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos.

Como vimos, a escola configurou-se como uma ferramenta de alfabetização e de conscientização social e política dos lavradores. Cerca de 300 a 400 pessoas viviam em Pedra Liza na década de 1950, sendo constantemente ameaçados de despejos e

outras formas de violência. Sem luz e água encanada, mas com um enorme desejo de trabalhar, de viver da terra. “A terra é a vida de vocês...”⁵⁷ Mais que uma forma de trabalho, mais que um lugar para morar, mais que um lugar para obter lucro, a terra era um lar. A luta pela terra os impulsionava, por conseguinte, a luta por direitos básicos. Nesse sentido, a escola contribuiu para educar e ensinar aos lavradores- posseiros sobre a importância da terra e sobre seus direitos. Segundo seu Bráulio:

Na escola tinha o estudo e falava-se da importância da terra. Fora da escola tinha-se aulas também com estudo político da terra e de sua importância. Traziam-se professores de Nova Iguaçu para falar disso pro povo. Não devo vender, não devo passar pra outro.⁵⁸

Nesse sentido, percebemos uma educação que visa mais que uma conscientização, visa uma libertação do aluno, do lavrador do estigma que lhe foi imposto de “inferior”, de “incapaz”, de “marginal”, de “analfabeto” e alijado do direito de participar. Ao ensinar e se preocupar com a alfabetização de adolescentes, jovens e adultos, Seu Bráulio e seus companheiros da Associação estavam preocupados, verdadeiramente, com os lavradores da região de Pedra Lisa. Além de fornecer proteção, de organizar e mobilizar os posseiros, notamos a preocupação educacional-política da diretoria da Associação. Ao ler e escrever, esse lavrador se inseria no mundo, ou seja, saía da margem, do canto, do lugar apenas de espectador e passava a ser ator e transformador de sua realidade. Conforme FREIRE (1981, p. 39):

Deste ponto de vista, já não são tomados como homens e mulheres marginais, mas como classe dominada em relação antagônica, na intimidade mesma da sociedade, com a classe dominante que os reduz a quase-coisas. Assim, também, o ensino da leitura e da escrita já não é a repetição mecânica de ba-be-bi-bo-bu nem a memorização de uma palavra alienada, mas a difícil aprendizagem de nomear o mundo

A foi um meio de inserção, de interação e de interpretação do mundo através da leitura desse mundo através da leitura. Visava combater o analfabetismo que chegava a

⁵⁷Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

⁵⁸Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

cerca de 95% dos lavradores de Pedra Lisa na época. Sendo assim, os lavradores-possesores de Pedra Lisa foram além, conseguiram a posse das terras em disputas há anos com os grileiros.



Figura 10: Placa de bronze em homenagem ao governador Miguel Couto por ter aderido a luta dos camponeses e ter oficializado a posse das terras em Pedra Lisa.

“Aos Camponeses de Pedra Lisa, posseiros há mais de séculos destas terras, por sucessões hereditárias e de compra e venda, perseguidos por grileiros, que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham nesse bronze sua morredoura gratidão ao governador Miguel Couto Filho pelo seu ato justo e sábio desapropriando estas mesmas terras em favor daqueles que as ocupam e as cultivam e resolvem dar o seu nome a este núcleo agrário, que passará, de hoje em diante, chamar-se: Miguel Couto.” 13/07/1959.

Palavras escritas na Placa localizada na praça ao centro do bairro de Pedra Lisa.

Decerto que o movimento dos agricultores de Pedra Lisa, sua união, conscientização, sua resistência foi um dos processos mais emblemáticos e importantes para a questão camponesa na Baixada Fluminense. Nesse sentido a conscientização e a

preocupação com a educação foram fundamentais para o êxito do movimento, pois conforme FREIRE (2013, p72): “Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor”. Essa descoberta, como salientamos, se deu através da violência, da luta, da resistência, mas, sobremaneira, pela conscientização, pela educação: seja ela na escola de alfabetização, seja em palestras, reuniões ou nas conversas nos barracões.

Seu Moacir, ex-aluno da escola na época, agricultor familiar de Pedra Lisa, nos informou que: “Naquela época não tinha televisão, celular e tudo que tem hoje. Ficávamos sabendo das coisas na escola, na Associação ou nas conversas.”⁵⁹ Por tais fatores que a organização foi fundamental. Não apenas aprenderam a ler o mundo, mas a vida, os embates que existiam entre os posseiros e os grileiros e, por conseguinte, puderam enxergar quem eram os opressores, nesse caso, a Companhia Normandia, ligada a família Guinle, bem como também Tenório Cavalcante, e assim combater e criar ferramentas de resistência como protestos, a própria escola, palestras e organização frente à Associação. A experiência que enxergamos nas falas dos personagens históricos de Pedra Lisa é a de uma educação libertadora dirigida as classes populares, pensada e gestada em si como o significado edificante da palavra: educação. Conforme Brandão (2006, p, 46)

Surge como um *movimento de educadores* que trazem, para o seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou *cultura popular*, e se considerou como uma base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigentes.

Sobre a Escola de Pedra Lisa, segundo seu Bráulio:

⁵⁹Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir. (ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. Anexo III. [setembro 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (23min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo III.

Tudo lá foi fundado por nós. A Escola também. Conseguimos uma professora com a prefeitura para dar aula. Era escola de alfabetização de adultos, tinha crianças também. As aulas eram de manhã e a tarde porque não tinha luz em Pedra Liza. Era dado ensino de 1º grau para ensinar as pessoas a ler e escrever. Também fazer aritmética. A escola era popular e não cobrava nada de matrícula. Era pública. Era dos lavradores. Eu ajudei a fundar e organizar, construir. A escola funcionava na sede da Associação. Eu não dava aula na escolhinha não. A prefeitura não intervia na escolhinha, os lavradores que organizavam.⁶⁰

Dialogando com Brandão (2006, p 47), as experiências da Escola Popular de Pedra Lisa buscava novas articulações, um novo espaço que permitisse uma inserção do trabalhador camponês e de seus filhos no mundo fascinante do saber, da educação. Uma comunicação libertadora e conscientizadora que buscava transformação, inserção, inclusão e combate a uma educação excludente colonizadora.

2.4 – A experiência de Educação Popular de Pedra Lisa (décadas 1950 e 1960) em diálogo com as experiências contemporâneas de Educação do Campo:

A escola ensinava também coisas sobre a vida, como era uma escola rural ensinava coisas sobre a terra. O professor sempre nos perguntava essas coisas, conversava com a gente. Por ser rural a formação era pra gente aprender a ler, escrever, contar e tudo mais e voltar para o campo, para trabalhar.

(Trecho da entrevista com seu Moacir ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e Agricultor Familiar)

Conforme Brandão (2006, p. 06), a Educação Popular tem o compromisso com o homem, compromisso com as classes populares. Sendo assim, observa-se, através de entrevistas e periódicos, que a Escola de Alfabetização de Pedra Lisa tinha um compromisso com as classes populares, pois foi construída por eles mesmos, através de movimento próprio. Mais que as classes populares, a classe dos trabalhadores camponeses e pobres do interior de Nova Iguaçu, na época. Nitidamente, a escola de

⁶⁰Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo I deste texto.

cunho popular, buscou ir além do seu papel, primário, de ler e escrever: “*a escola ensinava também coisas sobre a vida*”⁶¹. Dialogando com seu Moacir, ex- aluno, e seu Bráulio a escola tinha apenas uma sala com cerca de 50 alunos. Toda a gestão escolar era organizada pelos lavradores – posseiros. Em nossas investigações, notamos que a escola teve cerca de 2 professores: Seu Gabriel e seu Farias. Observa-se um ensino de cunho libertário, visando à conscientização dos alunos sobre a luta camponesa daquela época.

A escola de Pedra Lisa significou uma transformação social e política para os lavradores-posseiros, pois seus filhos iriam ter um ensino que muitos que estavam ali não tinham e nunca tiveram. Eles estavam também se inserindo no mundo ao aprender a ler. E, lendo o mundo, politizavam-se para transformar sua realidade de opressão mediante os grileiros, as companhias loteadoras e agentes públicos. Segundo seu Moacir, a escola:

Significou muita coisa. Era fundamental. Era a única escola da região. Em Jaceruba, Santa Antônio, ao redor daquilo tudo não tinha escola nenhuma. Então a gente não precisava andar muito ou pegar condução para estudar. Pra mim que não tive mais oportunidade de estudar foi importante demais. Muita coisa que sei hoje, mesmo da terra, aprendi na escola e ensinava aqui pros meus primos. Naquela época não tinha televisão, celular e tudo que tem hoje. Ficávamos sabendo das coisas na escola, na Associação ou nas conversas.⁶²

A Associação de Lavradores possibilitou a esses adolescentes, jovens e adultos, através da Escola, transformarem suas vidas sem sair de perto de suas casas. Notamos então, conforme Brandão (2006, p. 30), a educação popular como educação das classes populares. Nesse caso específico: a classe popular camponesa emergente na Baixada

⁶¹Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir. Ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. Anexo III. [setembro 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (23min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo III.

⁶²Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir. Ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. Anexo III. [setembro 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (23min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo III.

Fluminense. Mais do que a sua emergência como grupo social protagonista, saindo da invisibilidade, conforme visto em Brandão (2006, p 35):

do ponto de vista individual, as formas sucessivas de uma educação de adultos tinha por objetivo a participação de sujeitos marginalizados em um processo de “desmarginalização”. As teorias da marginalidade social estavam então em plena voga. Sujeitos pedagogicamente defasados (sem escola, ou com insuficiência de ensino escolar) e socialmente marginalizados (pobres, subempregados, desnutridos e, mais do tudo, postos conseqüentemente “à margem” dos processos sociais de “desenvolvimento” e “modernização” seriam reintegrados a uma vida social...”

Os lavradores-posseiros não buscavam se envolver na “margem” urbana. Seus interesses eram lutar e resistir por suas terras. Desenvolver-se em no campo. Aprender a ler e escrever no campo, e permanecer nele. Dialogando com Paulo Freire (1981): “não só nomear o mundo, mas transformá-lo” em Pedra Lisa, dentre as quais, uma “ação cultural para liberdade”. Um tipo e modo de organização, resistência e luta que visa, dentre tantos fatores, a liberdade dos lavradores-posseiros da opressão que vinham sofrendo dos grileiros a mando das empresas loteadoras e das grandes famílias latifundiárias. Segundo seu Moacir:

A escola foi criada pela Associação. A Associação mantinha a escola funcionando e ajuda no que precisava. A Associação dos lavradores fez muito por todos aqui. Nos protegeu, ajudou com sementes, com a plantação e sobre os conflitos que tinham. A Pastoral da Terra com seu Bráulio também foi muito importante para os lavradores.⁶³

Decerto, em Pedra Lisa, na Baixada Fluminense, nas propostas e nas práticas de Educação Popular daquelas décadas de 1950 e 1960 referenciadas em Freire, encontramos hoje uma base para nos inspirarmos, muitas décadas depois, para nossas propostas educativas para as áreas rurais camponesas, a partir do que foi criado pelos movimentos sociais do campo na década de 1990, denominado como “Educação do

⁶³Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir. (ex- aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. Anexo III. [setembro 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (23min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo III.

Campo”⁶⁴. Trata-se do sentido da proposta educativa formulada do ponto de vista sócio-cultural dos camponeses, a partir dos seus conteúdos de vida próprios, conforme nos indica Caldart (*In*CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO, FRIGOTTO, 2013, p. 261-2):

A Educação do Campo, como prática social ainda em processo de constituição histórica, tem algumas características que podem ser destacadas (...): combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária (...). Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela.

Em Pedra Lisa, no contexto da década de 1950, os alunos não tinham que enfrentar longas jornadas a pé ou de ônibus para ir estudar na “cidade”: eles estudavam ali mesmo, no campo. Claro que estudavam português, matemática, mas sobretudo e acima de tudo, eram conscientizados da importância da terra. “*A vida de vocês é aqui nessa terra! Nunca pensa em vender ou alugar*”.⁶⁵ A terra se tornou para os lavradores, que há anos moravam e cultivavam por lá, uma identidade, um *ganha pão*, um modo de viver e de sobreviver. Sair aos poucos da condição de camponeses marginalizados e inferiorizados, quebrava e superava aos poucos a condição a neles historicamente enraizada como insuperável. Segundo Freire (2013, p 76):

É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma pessoa bem-alimentada da máquina.

Desta forma, percebemos que a criação da escola se configura nesse “querer mais”. Sendo assim, não querer apenas ter um lugar para plantar, cultivar e morar, querer também aprender a ler e escrever. Não preciso sair do lugar que eu moro e

⁶⁴ Devemos lembrar a especificidade histórica do conceito de “Educação do Campo”. Conforme nos indica CALDART (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO, FRIGOTTO, 2012, p. 257): “O surgimento da expressão ‘*Educação do Campo*’ pode ser datado. Nasceu primeiro como *Educação Básica do Campo* no contexto de preparação da *I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo*, realizada em Luiziana, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a ser chamada *Educação do Campo* a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004.”

⁶⁵ *Ibid.*, Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

percorrer quilômetros para estudar, quero e preciso de uma escola na minha região e que “dialogue” com a minha realidade. A pedagogia, nesse sentido, tem que ser humanizadora, com lideranças como Bráulio, engajados com um diálogo constante para e com esses indivíduos na busca não de dominá-los, mas de conscientizá-los. Segundo seu Bráulio:

Eu ajudei a dar um chute na organização para eles depois seguirem. Eles tinham autonomia. Nós não carregava os lavradores no colo. Deixava eles se mexerem. Fazer as coisas, porque amanhã eu não tô aqui mais e foi o que aconteceu no golpe de 1964 que fui obrigado a sair de lá.⁶⁶

Dialogando com o professor pesquisador Romário Silveira, notamos que a escola de alfabetização foi a forma mais afirmante e reveladora do poder de organização dos lavadores posseiros de Pedra Lisa. Todo aspecto organizativo e pedagógico visava a emancipação humana dos camponeses. Segundo Romário:

Bem, a Escolinha foi a prova mais contundente da capacidade dos trabalhadores organizados enquanto SUJEITO COLETIVO (no caso aí era a Associação) organizarem as diversas dimensões da vida. Ou seja, não pensavam e organizavam só o trabalho, a produção e a comercialização, *mas* também a *educação* de seus filhos, a cultura, o lazer, a saúde, a solidariedade, os valores éticos e estéticos da comunidade. Pensando assim, um Núcleo Agrário com tamanha *autonomia*, formador de sujeitos históricos e críticos já na década de 1950, era algo extremamente subversivo e perigoso para as forças conservadoras da época. E sabemos que não era uma simples escolinha que tínhamos em Pedra Lisa. Tive a honra de conhecer o Professor Farias, que atuava lá... Em 2015 ele ainda estava em fuga com medo do *Romário*. Ele era coreógrafo, músico, apaixonado por geologia, pianista, (já apresentou no Teatro Municipal) na década de 1960, antes do Golpe. Era esse o nível do professor que alfabetizou os lavradores de Pedra Lisa. A Associação de Pedra Lisa tinha médico, tinham caminhões, tinham contatos intensos com a Universidade Rural...O *retrocesso foi enorme!!!* Sua maior e mais perversa Vitória foi

⁶⁶Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

Vemos, por conseguinte, que tanto na escola quanto nas lideranças de Pedra Lisa, não uma ação ou alfabetização que reforçava a mitificação da realidade, mas sim uma organização, ação e pedagogia em que os sujeitos se reconhecem como atores de sua realidade e a buscam transformá-la. As lideranças buscavam não fazer manobras com os lavradores. Tanto a pedagogia quanto na Associação não se buscava uma dependência entre as lideranças, a diretoria da Associação e os mais de 300 lavradores-possesores. Ressaltamos que pelas palestras, na escola e nas reuniões buscava-se mostrar aos lavradores-possesores que aquilo tudo era deles e que os mesmos tinham que lutar, resistir e organizar-se para manter suas terras. Dessa forma, articulando-se com o que nos diz Brandão (2006, p 47):

Define a educação como instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares, de um “saber dominante” de efeito “ajustador” à ordem vigente — este é o sentido em que ela se propõe como uma ampla *ação cultural para a liberdade* a partir da prática pedagógica no momento de encontro entre educadores-educandos e educandos-educadores.

Assim, os lavradores-possesores encontraram na educação popular mais uma forma de conscientização, mais uma ferramenta no enfrentamento às companhias imobiliárias, aos jagunços, policiais, agentes públicos que buscavam tomar suas terras arbitrariamente. Ao ler o mundo situavam-se sobre a realidade em que estavam e contra quem estavam. Desta forma, falar em educação é falar de direitos. Sobre educação camponesa e alfabetização é mais que isso: é luta e resistência. É reivindicação, é ir contra uma onda elitista e dominante que afirma que o homem simples do campo não precisa ou merece estudar, é combater uma mentalidade que pondera que tudo de

⁶⁷Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. Anexo IV. [NOV/DEZ E JAN 2017/2108]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. QUESTIONÁRIO. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto.

proveitoso e moderno se deve à industrialização e suas pseudo-revoluções. Tal mentalidade argumenta que para se completar enquanto sujeito moderno e contemporâneo tem que “sair” do campo, ir para a cidade. Decerto que a Associação de Pedra Liza se contrapunha essa mentalidade urbano-industrial de bem-estar social. Pois, ao fundar a escola de alfabetização, afirmava que é no campo que iriam estudar e se desenvolver.



Figura 11: Periódico Última hora, 09/02/1960. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

Na imagem acima notamos a conferência organizada pela Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa com o deputado Adolfo de sobre a situação das terras do campesinato e sobre problemas da Reforma Agrária. Observa-se a busca pela conscientização dos lavradores em relação ao litígio que enfrentavam. Dialogando com Medeiros (2014), notamos que desde 1940as lutas no campo se intensificaram. Algo que antes circulava apenas no cenário rural do país agora toma a frente dos noticiários e discussões políticas com projeção nacional. Tal crescimento se deu em função das ações do Partido Comunista, da Igreja Católica e das Ligas Camponesas. O principal motor dessa força, citado acima no caso da Baixada Fluminense, era a luta dos trabalhadores do campo mediante a expropriação de suas terras pelos jagunços, meeiros, arrendatários e empresas loteadores, e até entidades e representantes governamentais. Segundo PERUZZO e LOBO (2014, p 46):

O Congresso Camponês, realizado em 1961, foi um marco nessas lutas. Agregou vertentes políticas distintas das Associações ligadas ao PC, às Ligas, ao nascente Master, elaborou uma declaração que consolidava as principais reivindicações de então, com ênfase na Reforma Agrária, e contou com presença de autoridades estaduais e federais (inclusive o Presidente da República) (...) ocasião de afirmar no espaço público as demandas de um contingente até então estigmatizado como sendo a representação de um atraso e pouco visível enquanto ator político.

Sendo assim, a luta camponesa, aos poucos, ia construindo espaços de diálogo e resistência perante o Estado brasileiro. O Congresso Camponês, no início da década de 1960, significou tal diálogo e avanço. Nessa mesma linha de avanço, Pedra Lisa avançava e resistia perante as ações sórdidas dos jagunços e capatazes das empresas loteadoras e donos de terras da Baixada Fluminense. A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, o Estatuto da Terra em 1964, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a previdência social em 1970 e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) buscaram dar sequência a luta dos lavradores e trabalhadores do campo. Porém, o Golpe civil-militar parou drasticamente o avanço até então conquistado. Lideranças presas e perseguidas, organizações e associações, inclusive de Pedra Lisa foram desarticuladas politicamente, quando não fechadas. O ódio ao comunismo e ao pensamento esquerdista deslegitimou a ação e ajudou na censura, despolarização e ostracismo de diversos movimentos e lideranças políticas.

Por volta de 1980, o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a lenta abertura política propiciaram o ressurgimento da luta e resistência camponesa, porém com outras ressignificações. A bandeira da preservação ambiental se tornou um grande lobby na luta pelos direitos das classes camponesas. Preservação de terras indígenas, quilombolas dialogavam com os discursos das classes populares do campo. Seringueiros, atingidos por barragens e canavieiros contribuíram para dar notoriedade ao homem do campo no cenário político nacional, todavia o assassinato de Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília; e Chico Mendes, líder seringueiro e criador do ENS e CNS nos mostram que mesmo diante da

abertura política o cenário não era igual a antes do Golpe, era pior. Organizações e movimentos perceberam que as desarticulações e despolitizações durante a Ditadura Empresarial-Militar desencadearam a violência legal, institucionalizada. E o conservadorismo que se propagou após a reabertura política. Nas duas últimas décadas tivemos um grande avanço dos movimentos sociais enquanto mecanismo e ferramenta de combate, resistência, luta e preservação da luta camponesa e da questão agrária no Brasil. Seringueiros, atingidos por barragens, quebradeiras de coco de babaçu, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, pescadores, lavradores, indígenas entre outros que nos trás uma grande variedade de identidades sócias que podem ser caracterizados, em sua maioria, como “povos tradicionais”.

Nesses contextos de surgimento de novas formas de lutas e resistência, de novos movimentos sociais, surge a Educação do Campo. Dialogando com Feliciano (2011, p. 2), ressaltamos os direitos que a Educação do Campo busca:

Visa garantir ao trabalhador/a do campo o direito de educar-se de acordo com as suas próprias particularidades culturais e especificidades de vida e de luta. Corresponde ao reconhecimento de que historicamente o Estado negou a educação deste teor à população do campo.

Nesse sentido, a Educação do Campo não é apenas uma ferramenta educacional, mas um direito conquistado pelos movimentos sociais. Foi conquistada pelos movimentos sociais para atender aos movimentos sociais. Portanto, a Educação do Campo é feita para os trabalhadores do campo e por eles. Por mais que esteja integrada a pequenos nichos urbanos, não pode perder sua essência, identidade e objetivo maior: fornecer condições de um ensino que dialogue com a realidade das classes populares do campo e busque seu desenvolvimento ligado as suas realidades e lutas.

Nesse sentido, a Educação do Campo, visa combater a lógica educacional capitalista que busca fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. (MÈSZARÒS, 2005, p 15). Portanto, a Educação do Campo se contrapõe e deve se diferenciar de uma educação capitalista, por mais que esteja inserida em um modelo econômico, social e educacional capitalista.

Também se tem, como peça chave, ainda dialogando com Mészáros (2005), fugir do modelo reformista e de reformas na educação. Mészáros nos mostra no capítulo “A incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação” - em *Educação para Além do Capital* - que os discursos, teorias e ações que visam uma reforma sempre esbarrarão na conflituosa e conflitante lógica opressor e oprimido, no qual as forças hegemônicas lutam e buscam manter seus privilégios e interesses, bem como o desenvolvimento e sobrevivência dos seus. Sendo assim, fazer mudanças e reformas sem desestabilizar as estruturas do Capital na sociedade, e principalmente na educação, de nada servirão para alcançar mudanças sociais de qualidade e permanentes. Teríamos, apenas, oscilações, lapsos e resquícios de pequenas mudanças dentro da, digamos, programação da lógica dominante.

Diante dessa conjuntura maçante de bases hegemônicas/dominantes no sistema educacional, atualmente, uma ferramenta contra tal conjuntura é a Educação do Campo. Por resgatar e buscar um diálogo com os povos tradicionais, os movimentos sociais, a educação transformadora e diálogos com comunidades e grupos locais vem quebrando paradigmas. Desde a sociedade colonial escravista até o presente desenvolvimento da sociedade capitalista de modelo liberal, a educação esteve ligada a uma marcante desigualdade. Nesse processo surge a necessidade de grupos excluídos e historicamente oprimidos criarem mecanismo e praticas educacionais que busquem combater e superar a hegemonização dos sujeitos e do conhecimento provocada pela lógica produtiva e neoliberal da educação. Novas sociabilidades, novas expressões culturais, mas não tão somente novas. Decerto já existiam, antes mesmo do pensamento cristão-capitalista-ocidental, mas esse mesmo sistema os inferiorizava, tirava sua essência e identidade com uma educação a serviço do Estado, dos vencedores e dos grupos que os exploravam. (PERRUSO; LOBO 2014, p. 72 e 73)

A partir da trajetória histórica dos setores populares do campo em nosso país, desde os aldeamentos indígenas e os quilombos, passando por Canudos e Contestado, até chegar ao século XX das Ligas Camponesas, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e do MST, verifica-se o surgimento, nos últimos anos, de elaborações próprias, por parte de nossos grupos sociais rurais subalternizados, a respeito da educação e dos processos pedagógicos e formativos em geral.

Tais grupos e indivíduos ampliam sobre a questão de uma educação deles e para eles, feita por eles, e não por uma instituição ou órgão ignorante em relação a suas necessidades e historicidades.

A experiência e processo do movimento pela Educação do Campo mostra a importância de se condicionar a luta pelas políticas públicas de educação à luta por uma educação dos e não para os sujeitos do campo, negando os ‘pacotes’ ou ‘modelos’ que ignoram ou subordinam as pessoas que vivem no campo. Dessa forma, luta-se pela garantia das políticas públicas da Educação do Campo, para com isso garantir sua ampliação, mas desde que estas sejam construídas pelos próprios sujeitos do campo, reconhecendo sua autonomia e sua capacidade de construção de um projeto educativo próprio (Caldart, 2002).

Não obstante, a Educação do Campo em Nova Iguaçu surgiu a partir de reivindicações e lutas dos movimentos sociais ali estabelecidos, pois tal município apresenta cerca de 65% de sua área com predomínio rural. Sendo assim, Segundo o relatório da Coordenação de Educação do Campo e Educação Ambiental intitulado “Análise da educação do campo no município de Nova Iguaçu”, em 2005 ocorreu a criação na Secretaria Municipal de Educação de uma equipe que pensasse a Educação do Campo para a Rede Municipal de Educação. No ano seguinte, houve a elaboração e aprovação do Projeto de Educação do Campo para Formação Continuada de Educadores Municipais Rurais da Cidade de Nova Iguaçu com recurso do MEC/FNDE. Esse projeto contou com a participação de todos os professores e funcionários de 08 escolas de campo e com a parceria do MST, CPT e Instituto IBELGA que junto com a SEMED planejaram os temas trabalhados na formação que tinham como eixo principal A Pedagogia da Terra e a Pedagogia da Alternância. Essa formação aconteceu durante seis meses na rede. (PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU, 2013).

O relatório da Coordenação de Educação do Campo intitulado ‘Análise da educação do campo no município de Nova Iguaçu’, traça ainda um diagnóstico das 12 escolas do campo do município de Nova Iguaçu, mapeando a realidade das Escolas do Campo em 2011. Das 12 escolas do campo da rede municipal, seis estão localizadas em Tinguá, duas em Cabuçu, e uma em cada um desses bairros: Vila de Cava, Austin,

Miguel Couto e Km 32.⁶⁸ No que se refere à estrutura predial das escolas, o relatório da Coordenação de Educação do Campo e Educação Ambiental, informa que das 12 escolas do campo, sete escolas possuem um boa estrutura no prédio que ocupam, mesmo a única que funciona em espaço alugado, mas duas escolas apesar de haverem sofridos reformas em período recente, ainda apresentavam vários problemas na estrutura e uma delas também nos muros e na mobília; outras duas escolas apresentam uma estrutura razoável, mas que não comporta a demanda do bairro, e uma escola tem a estrutura do prédio com muitos problemas, oferecendo risco a comunidade escolar, como choque elétrico nas portas de aço, goteiras no telhado e mobília precária. Mesmo diante de tamanha precariedade, podemos ressaltar avanços no que tange a questão do campo e camponesa em Nova Iguaçu.

Como já citado, a UFRRJ em Nova Iguaçu, a Licenciatura em Educação do Campo em Seropédica, as teses ligadas as pós-graduações voltadas para a luta, resistência e historicidade do Campo tem contribuído para um avanço nas discussões sobre a questão camponesa. Pesquisadores e professores como Leonilde Sérvo de Medeiros, Marília Campos, Ramofly Bicalho, Renato dos Santos Gomes, Mario Grynszpan entre outros ajudam a difundir conhecimentos através de suas pesquisas, aulas e militância sobre a Educação do Campo e a questão camponesa na Baixada Fluminense. Cito ainda aqui a militância do mestre Romário Silveira professor da rede estadual e de Japeri e defensor de uma Educação do Campo na Baixada Fluminense. Certamente faltaria espaço para tantos nomes de homens e mulheres que lutaram e lutam pela questão camponesa na Baixada. Decerto, que tais movimentos e ações, principalmente pela Educação do Campo, tiveram sua gênese e influência em Pedra Lisa com a escola para alfabetização.

A escola popular e libertadora que surgiu em Pedra Lisa quebrou um paradigma ao romper com uma lógica de educação que não poderia ser criada pelos sujeitos do campo. Ao ficar por mais de 10 anos alfabetizando, ensinando e conscientizando crianças, adolescentes, jovens e adultos a Escola popular de Pedra Lisa mostrou que é

⁶⁸GOMES, Renato dos Santos. Educação do Campo e o direito à educação de crianças e adolescentes no município de Nova Iguaçu. Dissertação de Mestrado. UFRRJ, Seropédica, pp. 36, 2015.

possível a classes populares, antes marginalizados, construir uma educação para eles e feita por eles. Todavia, mesmo mediante avanços e conquistas, ressaltamos, um processo de sucateamento das escolas do campo frente a urbanização que injeta nos educandos a informatização como modelo de via, mas sobretudo por diversos fatores que afastam a educação dos movimentos sociais, da transformação da sociedade pela conscientização dos alunos. A Educação do Campo sobrevive apesar os projetos de austeridades e educação neoliberal. O Fórum de Educação do Campo em Nova Iguaçu em 2012 foi um marco e um avanço, juntamente com os fatores citados acima, para as escolas do campo. Diversos movimentos sociais, organizações e instituições ligadas a agroecologia, de ensino do campo entre outros participaram desse evento. Tal Fórum contribui para uma sistematização e reconhecimento de problemas ligados a Educação do Campo em Nova Iguaçu. Hoje, demasiadamente, observamos a Educação do Campo institucionalizada ao Estado. Sim, certamente notamos tais avanços em tais processos, mas ressaltamos uma falta da essência nessa institucionalização, pois cada vez mais a luta deixa de ser “ por uma Educação do Campo” para uma Educação do Campo que se adéque as normais de projetos e coordenações ligadas ao MEC. Decerto, que o anseio por financiamento, bolsas e programas nos faz perder a legitimidade numa busca de padronização ao processo seletivo desses programas ao MEC. Sendo assim, Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, por sua autonomia e por conta com poucos recursos do Estado, podia andar e ir por caminhos que a máquina pública, hoje em dia, nos impõe limites. Uma comunidade de camponeses lavradores que tinha, na década de 1950, uma escola com estudo de artes cênicas, tendo um teatro comunitário no espaço, certamente torna-se vanguardista e revolucionaria ao romper com uma lógica de interdependência do Estado. Esse mesmo Estado que me financia, me cerceia, e ao mesmo tempo, me estimula ao desenvolvimento e cobrança de metas. Essa é a lógica do neoliberalismo.

Educação não é um dever do Estado, mas sim tem ser fornecida por ele, mas não, tão somente, por ele, Estado. A Educação do Campo não pode se afastar dos movimentos sociais. Para o Estado, segundo a LDB e outros documentos, a educação em sua magnitude compete ao Estado, todavia para os movimentos sociais a Educação do campo perpassa por toda a vida, todos aspectos sociais, morais, afetivos que o individuo para aprender e reaprendendo durante sua vida. Tudo é um ensino... fomos

ensinados ao acordar escovar os dentes, arrumar a cama, fazer no mínimo três refeições por dia, tomar banho todos os dias, a estar perto de quem gostamos, a proteger nossa família, a ser forte, generoso... tais aspectos vão além de uma equação do 2º grau, mas são tão importantes quanto. O humano e suas relações, por vezes, estão sendo deixadas de lado em uma escola cada vez mais buscando metas e aprovações, resultados. Estamos lidando com alunos, mas pensamos às vezes que são robôs. A educação do Campo não pode e não deve cair nessa lógica mercadológica como advertia Paulo Freire há mais 20 anos atrás. Nesse sentido, dialogando com Gentili (1998, p. 104) notamos cada vez mais uma educação voltada para o mercado, uma educação neoliberal.

A educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho.

Sendo assim, desde a educação infantil ao ingresso a universidade a educação está voltada para um processo mercadológico, de formação de um contingente de profissionais preparados para o mercado de trabalho, ou seja, quanto maior a nota melhor a escola, quanto melhor os profissionais que entram no mercado de trabalho, mais competente a escola formadora. Tais ideologias e forças são penetradas por uma lógica global e local ao mesmo tempo, Banco Mundial e o Estado brasileiro e seus órgãos técnicos são responsáveis por espalhar tais formações técnicas. A Educação do Campo em diferentes aspectos resiste a tais processos mercadológicos do Banco Mundial e suas mega empresas, e quando ela se torna regulada por tais organizações, vai aos poucos, perdendo sua natureza combativa. Por isso, tal importância de Pedra Lisa, por ser, basicamente, o marco inicial, principalmente na Baixada Fluminense, de uma Educação do campo que rompia com tais valores mercadológicos e excludentes.

Pedra Lisa tinha como objetivo principal a alfabetização e formação dos lavradores posseiros para combater e resistir aos avanços de políticos e empresários avançava na disputa por terras na região da Baixada, principalmente em Nova Iguaçu. Como já citado, dentre algumas empresários e famílias que agiam sordidamente na

busca por terras na de Nova Iguaçu nas décadas de 1950, destacamos a família Guinle.⁶⁹ Hoje tais membros dessa família povoam as altas camadas da elite empresarial, financeira e política do Brasil. Tal família usou de diversos meios e formas, desde contratar jagunços, policiais para ameaçar os agricultores e moradores à subornar juízes e políticos para conseguir documentos de terras em litígios. Tal processo nos mostra que o Brasil continua sendo o país das grandes capitâncias hereditárias. Dos grandes lotes de terras que passam de pessoas para pessoas para manter a sobrevivência do legado colonial, do resquício da Casa Grande lutando para manter seus privilégios e poderes. Dialogando com Clóvis Bulcão (2015), notamos que a família Guinle tornou-se uma dinastia em pleno século XX na República brasileira.

Nesse sentido, a Escola de Alfabetização de Pedra Lisa é propulsora de um movimento que desencadeou uma luta por uma educação dos movimentos sociais e para eles, feito por eles. Toda lógica pedagógica, professores e orientação de ensino em Pedra Lisa foi canalizada para conscientizar o lavrador posseiro na luta contra os agentes da onda loteadora que arrasavam famílias camponesas na Baixada em 1950.

A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes do passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam a lembrança. (HALBWACHS, 2004, p 101).

Nesse sentido, torna-se cada vez mais relevante conservar a história das lutas camponesas e a educação praticada em Pedra Lisa, pois entendemos e compreendemos que é possível ensinar, educar sem as amarras do Estado e suas burocratizações que moldam e modelam a educação a seus valores e ideologias. Trata-se de buscar manter a tradição e valores da Educação do Campo. Nesse sentido, manter é bom. Manter é preservar e resistir.

A luta pelas políticas públicas, pela preservação da memória e apoio à produção camponesa, da mesma maneira, não podem perder de vista esses princípios da Educação

⁶⁹Para saber mais sobre a família Guinle ver: BULCÃO, Clóvis. Os Guinle: A história de uma dinastia. Ed. Intrínseca, 2015.

do Campo, ou seja, do reconhecimento dos sujeitos do campo como protagonistas de sua formulação e aplicação, a partir de sua identidade e de sua autonomia. Isso não deve ser confundido com a ‘volta ao passado da agricultura’, mas como a reconstrução da trajetória da agricultura em direção a um futuro de maior sustentabilidade e equidade.

A Educação do Campo e a experiência que vimos na Escola Popular de Pedra Lisa vê no propósito da educação: “aquele cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social ...” (Caldart, 2002, p. 36). Talvez seja essa sinergia, essa inquietação, virtude e ideal que levou os lavradores a criação da Escola Popular de Pedra Lisa e os movimentos sociais do campo a lutar por uma Educação do Campo.

CAPÍTULO 3 – REFLEXÕES ACERCA DA VIVÊNCIA COM A EDUCAÇÃO POPULAR EM PEDRA LISA: “A quem sirvo com minha ciência?”

Nesse terceiro e último capítulo, pretendo salientar talvez o aspecto mais importante que essa pesquisa me trouxe: as maravilhosas experiências com as pessoas, as conversas, os testemunhos, os contatos com os lavradores de Pedra Lisa, a visita à casa de seu Bráulio, o café com seu Moacir, as reuniões na Associação de Pedra Lisa. A Educação Popular me permitiu isso: sair do espectro de pesquisador envolto em notas de rodapé e ter contato com vidas, sonhos e memórias. Um processo no qual mais aprendo do que ensino. Conforme visto em Paulo Freire (Brandão,1999):

Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para por em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito pesquisar e educar se identifica em um permanente e dinâmico movimento.

“A quem sirvo com minha ciência?”⁷⁰. Esse questionamento, durante o projeto final de monografia, me levou à Pedra Lisa e às experiências de gerações anteriores em sua luta pela terra. Agora me levou, no PPGEA, à Escola Popular dos Lavradores de Pedra Lisa. Esse anseio de falar e estudar o passado das classes populares como historiador, nossa memória, me levou a um bairrozinho de Japeri, à época do litígio agrário, 1960, Nova Iguaçu. Talvez minha ancestralidade ligada a antepassados no campo, meu passado ligado à minha vózinha lavadora de roupa tenha me puxado para isso. Certamente não fui eu quem descobri Pedra Lisa e seu Bráulio: eu quem tive a sorte de ser escolhido por eles... E, nesse processo, destronar a história dos vencidos, dos detentores dos mecanismos de poder que posicionam as classes populares como sujeitos sem história, sem identidade, como atores sociais sem importância na construção da sociedade.

O que queremos que o leitor observe, nessa parte do texto, é que desde o início dessa pesquisa, de cunho popular, pretendemos servir e dialogar com os sujeitos de

⁷⁰BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). Pesquisa Participante. SP, Brasiliense, p.36, 1999.

origem popular. Dialogando com autores como BENJAMIN, DECCA, PAULO FREIRE E BRANDÃO, tivemos como parâmetro desconectar-nos da história dos vencidos e resgatar/acionar mecanismos que nos permitisse dialogar, a contrapelo, com a história e as memórias das lutas populares. Ainda no texto monográfico, notamos em Pedra Lisa, no período estudado, era um grupo de trabalhadores do campo participantes do desenvolvimento da sua realidade. Então tivemos, durante a caminhada desse projeto, a participação de diversos sujeitos importantíssimos para Pedra Lisa e para a Baixada Fluminense. Foram longas conversas com seu Bráulio; Antônio Lacerda, coordenador do Arquivo Diocesano; Romário Silveira, militante da questão agrária e educacional na Baixada; seu Josimar, agricultor e coordenador do Núcleo Agrário de Pedra Lisa; seu Moacir, agricultor e ex-aluno da escola. Buscamos, assim, atuar não *sobre* eles, mas *com* eles, conforme nos indica o próprio Freire (1983, p. 37):

Daí que sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um estar diante, ou a um estar *sobre*, ou a um estar *para* os camponeses, pois que deve ser um estar *com* eles, como sujeitos da mudança também.

Desse modo, dialogamos com Romário Silveira, organizador do Encontro de Militantes, Agricultores e Pesquisadores de Pedra Lisa:

O encontro teve como objetivo a devolução da pesquisa da Comissão da Verdade que a Leonilde Medeiros realizou. Mas para mim foi mais além... A pesquisa não teria serventia se fosse para ficar guardada nas prateleiras das bibliotecas. O conhecimento produzido precisa ser divulgado e colocado à disposição da sociedade. Os professores precisam *conhecer*, se apropriar desse material... Mas *antes* precisamos sensibilizar os *colegas professores* para a necessidade de "escovarem a contra pelo" essas histórias para fazermos *justiça* aos que foram e continuam sendo injustiçados!! Nossa atuação tem sido em dois sentidos. O *primeiro* é dialogando com os colegas educadores acerca destes temas, chamando-os para participar das formações, para conhecer a *Educação do Campo* como modalidade de ensino capaz de incorporar esses saberes e essas histórias... Não para a simples contemplação do *passado*, mas como

possibilidade de reinterpretação do passado visando a transformação do *futuro*.⁷¹

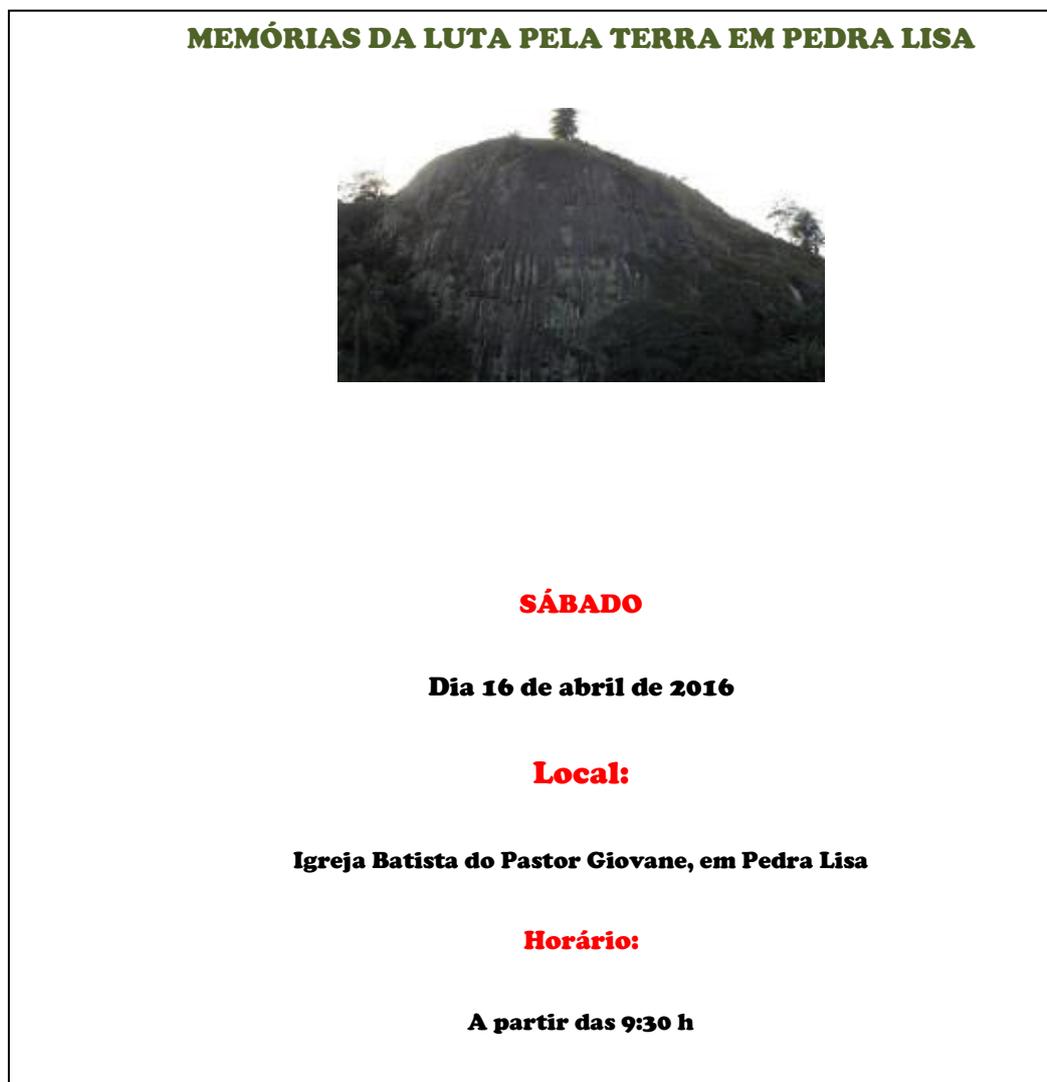


Figura 12: Rosto do folheto de divulgação do Encontro: Memórias da Luta pela Terra em Pedra Lisa.

⁷¹Entrevista concedida por SILVEIRA, Romário. Anexo IV. [NOV/DEZ 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. QUESTIONÁRIO. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto.

Esse encontro, organizado principalmente por Romário Silveira, serviu como um fôlego que precisava os agricultores e lideranças de Pedra Lisa, pois naquele exato momento ocorria um conflito entre os agricultores e a Prefeitura:

Pedra Lisa corre o risco de ser “engolida” pela proximidade com o Arco Metropolitano, a Prefeitura e a Petrobrás. Por outro lado, temos a grande oportunidade de nos desenvolvermos como potência agrícola para alimentar os centros urbanos que nos cercam e que precisam do que o campo produz. Para isso, precisamos estar organizados como sujeitos históricos. (Folheto de Divulgação do Encontro : Memórias da Luta Pela Terra em Pedra Lisa, realizado no dia 16 de setembro em Pedra Lisa, RJ.)

Podemos observar que o Encontro em Pedra Lisa foi uma importante ferramenta para avivar mecanismo de memória da luta camponesa. A presença de Bráulio Rodrigues da Silva e outros militantes da questão camponesa na Baixada Fluminense animou, despertou e encorajou vozes que estavam há tempos silenciadas.

Nesse encontro: pesquisadores como Leonilde S. de Medeiros, Gabriel Souza, Eduardo Jordan da S. Aguiar; agricultores, lideranças de sindicatos camponeses, como dona Marli, militantes da Educação como Romário, lideranças locais como seu Josimar, João Peres, ex-agricultores remanescentes da época do litígio entre grileiros e posseiros nas décadas de 1950 como seu Moacir e João Colombo. Presente também estava seu Bráulio Rodrigues da Silva e, dentro desse diálogo de saberes, puderam debater, expor, conversar, dialogar sobre as questões passadas e atuais sobre a luta pela terra em Pedra Lisa e na Baixada. Decerto, que nós, pesquisadores, estávamos com o intuito de ir para divulgar, devolver nosso estudo à comunidade local; porém, tamanha foi a riqueza das narrativas reunidas no local que ficamos admirados, ouvindo e aprendendo com tantas histórias de vidas que se dedicaram a luta pela terra na Baixada Fluminense. Segundo Freire (2013, p, 96): “já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo...” Nesse encontro, creio que todos ensinamos e todos aprendemos. As vivências dos sujeitos históricos são mais profundas e transformadoras do que qualquer ótimo livro sobre os mesmos sujeitos. Talvez seja um pouco contraditório para um educador e historiador (em formação) dizer isso, mas não se enganem! Aprendi mais durante uma

roda de conversa com seu Bráulio, seu Moacir e seu Josimar do que em diversas matérias na minha vida acadêmica.

A História Oral e a Educação Popular nos permitem isso: aproximar-nos e dialogar com o “objeto de estudo” pois, nesse caso, o “objeto de estudo” deixa de ser um “objeto” apenas e passa, aos poucos, a ser um processo de conscientização do próprio pesquisador junto com os outros sujeitos da pesquisa, com todos interagindo, aprendendo e ensinando. Segundo Freire (1983, p. 36):

O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador - educando e educando educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação.

Os diálogos foram tão importantes quanto a revisão bibliográfica para essa pesquisa. A revisão bibliográfica: autores como Paulo Freire, Brandão, Leonilde Medeiros, Arroyo, Grynszpan, Alentejano, dentre outros, foram a base bibliográfica para a pesquisa. Porém, os diálogos que mantivemos nas entrevistas, as rodas de conversas com agricultores, as diversas participações nas reuniões da Associação de Pedra Lisa e os encontros do Grupo de Estudos em Educação, Movimentos Sociais e Currículo do qual faço parte, foram a força motriz dessa pesquisa, desse projeto. As vivências com esses sujeitos e grupos serviram de energia, motivação para finalizarmos tal projeto. “Com elas se aprende algo mais do que o simples conteúdo” (THOMPSON, 1992). Ainda conforme Thompson (1992, p 43): “Não se trata de substituir um mito conservador da sabedoria da classe superior por um mito da classe inferior. O que se requer é uma história que leve à ação; não para confirmar, mas para mudar o mundo.”

A contribuição continua com os agricultores atuais e remanescentes da luta camponesa de Pedra Lisa, ajudando o grupo a caminhar para uma perspectiva mais ampla de sua história, bem como para a valorização de seu lugar e papel. Ainda conforme Thompson (1992, p. 44)

A relação entre a história e a comunidade não deve ter mão única em qualquer dos dois sentidos: antes, porém, ser uma série

de trocas, uma dialética entre informação e interpretação, entre educadores e suas localidades, entre classes e gerações. Haverá espaço para muitas espécies de história oral e isso terá muitas consequências sociais diferentes. No fundo, porém, todas elas se relacionam.



Figura 13 : Foto do Núcleo Agrário Miguel Couto – Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa. Setembro de 2017.

Dentre as riquíssimas experiências do processo dessa pesquisa destacamos o encontro com o Núcleo Agrário Miguel Couto – Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa. Foram momentos de proximidade, de parceria e de ajuda mútua. Nesse processo, desenvolvemos um folheto resumindo alguns pontos da pesquisa em curso, com o objetivo de devolver à comunidade, à região, meu estudo. Porém, mais que isso, buscamos conscientizar os moradores, os agricultores sobre a historicidade da luta camponesa e a importância da Escola de Alfabetização da Associação na década de 1950. Ressalto aqui o papel fundamental de

seu Josimar Fausto da Silva (presente na imagem acima), agricultor familiar e vice-presidente do Núcleo Agrário Miguel Couto de Pedra Lisa. Certamente, uma das pessoas mais apaixonadas e defensoras da história e dos agricultores de Pedra Lisa. A falta de estudo não o impediu de escrever a próprio punho uma história de sua região, com detalhes astuciosos e fascinantes sobre a região. O agricultor familiar luta juntamente com os amigos da Associação para mais investimentos da Prefeitura de Japeri na produção dos agricultores da região. A Educação Popular e a pesquisa participativa nos permitiu enxergar tais processos. Conforme Brandão (2006, p.47):

...afasta-se de ser tão somente uma atividade “de sala de aula”, de “escolarização popular”, e busca alternativas de realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas entre agentes educadores “comprometidos” e sujeitos populares “organizados”, ou em processo de organização de classe...

Essa pesquisa, além de seu caráter acadêmico, tornou-se um trabalho a serviço de resgatar a historicidade de uma classe emergente nas décadas de 1950 na Baixada, mas, sobretudo, um trabalho com eles e para eles, num diálogo de saberes entre gerações e suas experiências sociais. Algo que busca deixar ecos para além das notas de rodapé. Algo, que minimamente e despretensiosamente, trouxesse uma transformação e uma valorização sobre a Educação Popular e a resistência camponesa em Pedra Lisa. Com esse propósito, desenvolvemos um folheto que buscou retratar tais acontecimentos do passado, porém ressaltando sua importância para a questão camponesa atual de Pedra Lisa.

Com o folheto, buscamos uma pesquisa participante, uma contribuição, um retorno para os agricultores e cidadãos do bairro de Pedra Lisa do passado tão importante para a Via Campesina da Baixada na região. Nesse sentido, buscamos ressaltar que a Educação Popular com o propósito da Alfabetização de adolescentes e jovens nasceu das experiências camponesas de resistência em seus territórios. Nessa busca pela história à contra-pelo, desenvolvemos o folheto com linguagem popular para leitura e apreciação dos concidadãos de Pedra Lisa. Tal ferramenta caracteriza-se como uma importante chave de abertura do despertar para conhecer a história popular e os sujeitos históricos da Baixada, pois a mesma encontra-se totalmente desprezada/silenciada nos livros didáticos, nos programas das secretarias municipais de

educação, nos debates eleitorais, nos campos mais populares. Decerto que obtivemos avanços com pólos de pesquisa no IM- UFRRJ, FEBF- UERJ dentre outras, mas tais progressos ficam, muitas vezes, restritos aos muros desiguais das Universidades Públicas, alcançando poucas pessoas, ainda distante das pessoas das classes mais populares.

Sendo assim, o desenvolvimento do folheto foi um processo no qual percebemos que poderíamos alcançar justamente essas classes populares. Classes populares que não apenas são “objeto” de pesquisa, mas protagonistas da história. A história oral e o contato com pessoas que viveram a realidade da luta camponesa em nosso passado recente foi substancial para o desenvolver desse texto, e conseqüentemente, do folheto, conforme THOMPSON (1992, p, 33)

A reconstrução da história torna-se, ela mesma, um processo de colaboração muito mais amplo, em que não-profissionais devem desempenhar papel crucial. Ao atribuir um lugar central, em seus textos e apresentações, a pessoa de toda espécie, a história se beneficia enormemente. E também se beneficiam, de maneira especial, as pessoas idosas. Um projeto de história oral, mais do que lhes propiciar novos contatos sociais e, às vezes, levar amizades duradouras, pode prestar-lhes um inesquecível serviço.

A construção desse texto e o desenvolvimento do folheto nos proporcionaram essas experiências: lugares e memórias antes inacessíveis pela pesquisa bibliográfica, passados anexados ao presente através das narrativas dos lavradores de Pedra Lisa, amizades construídas e sonhos resgatados. Pesquisa participante/ação revelou-se como uma forma de escovar, justamente, essa história a contrapelo, ou seja, uma forma de evidenciar, encontrar mecanismos e meios de contar a história dos vencidos, a luta das classes populares.

Entretanto, no encontro “ Memórias pela Luta da Terra” tivemos a menção de uma professora da rede municipal de Japeri e, no contato com a diretora da escola municipal de Pedra Lisa, percebemos a necessidade e o questionamento de um novo material didático que desse conta da historicidade das classes populares de Pedra Lisa. Não se trata apenas de uma nova história, mas de uma outra construção de conhecimento, de chegar ao conhecimento. É necessário no dialogo com os professores,

com a escola, com a comunidade produzir matérias didáticas com eles, produzidos para eles. De forma coletiva e participativa, gestar formas epistemológicas que circulem desde a lavoura da terra as atividades sociais e culturais de Pedra Lisa. Esse processo epistemológico é o que Miguel G. Arroyo (2012) pondera sobre “Outros Sujeitos, Outras Pedagogias”: que os movimentos sociais e classes populares ocupam, ressignificam os espaços de conhecimento e produção de conhecimento. Um processo educativo como visto no mesmo espaço na época da escola popular de alfabetização de Pedra Lisa, humanizador. Os “Outros Sujeitos”, nesse processo, deixam de ser classificados como inferiores e estranhos, passando a afirmar e mostrar sua identidade enquanto classe social histórica. Destarte, a Pedagogia nasceu (ARROYO, 2012.) condenando coletivos populares à condição de ignorantes, irracionais, incultos.

Sendo assim, o Folheto e principalmente a produção de materiais didáticos serviria para combater esse processo pedagógico e epistemológico desigual. Haja vista que desde os processos educativos estiveram alinhados a base colonizadora capitalista, mesmo diante desses processos os movimentos sociais e classes populares conseguem subterfúgios, mecanismos criativos para difundir sua história e conhecimento para além da submissão aos aparatos legais do Estado.

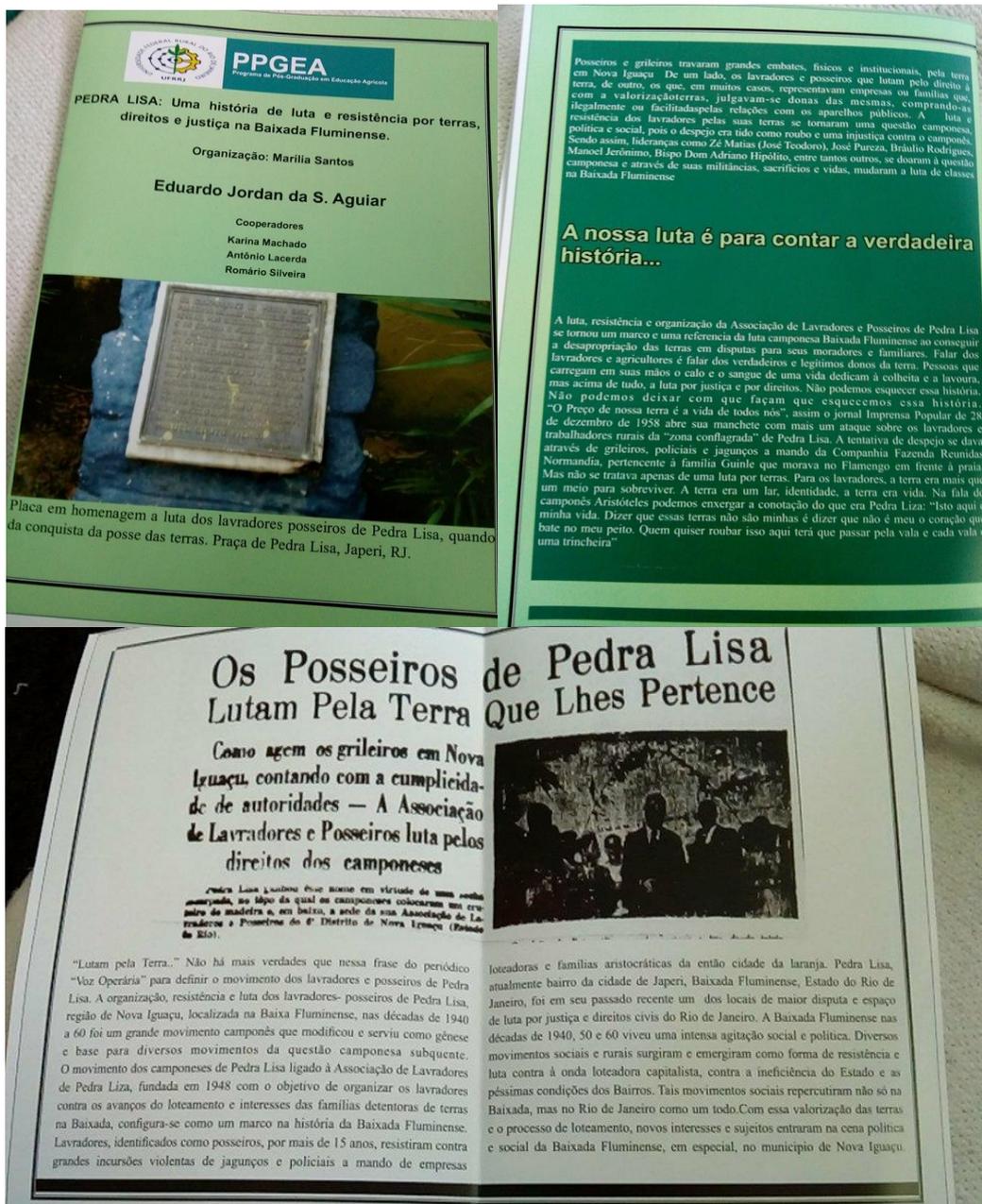


Figura 14: Folheto desenvolvido na pesquisa participante-ação

Pelo que estudamos, os projetos tanto da Educação Popular, como da Educação do Campo, como da Associação de Lavradores-Posseiros de Pedra Lisa quanto da Escola Popular de Alfabetização de Pedra Lisa visam, em si, a emancipação humana. A criação do folheto visto acima corrobora esse projeto de emancipação. Portanto, o folheto permite uma aprendizagem para fora das instituições de ensino. Recorrendo a Mészáros (2005, p. 53):

Nunca é tarde demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: “a aprendizagem é a nossa vida”. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais.

O Folheto, certamente, pode levar a historicidade e o estudo sobre a Escola Popular de Pedra Lisa até um lugar e um objetivo que os congressos, seminários, aulas, teses, monografias, aulas, exposições, simpósios, colóquios e afins não iriam, por múltiplos fatores, chegar. O Folheto é uma forma de levar, a contrapelo, a história dos vencidos aos sujeitos que são descendentes das pessoas que participaram da história, antes negada ou silenciada contra eles. Desse modo, a pesquisa Participante/Ação é mais que uma combater a “História Oficial”: é uma forma de avivar, animar as novas gerações sobre as memórias das lutas das classes populares, classes às quais pertencem, e por muitas vezes, se encontram alienadas desse pertencimento. As estruturas de poder das elites dominantes buscam deixar-nos inertes a esses processos, a essas memórias, pois sabem que tais processos podem despertar ações e interesses contrários a seus jogos de poder e seus privilégios. No entanto, é importante lembrar, conforme Brandão nos ensina, que as classes populares seguem narrando suas memórias em seu cotidiano, independentemente das instituições de ensino. As classes populares, independente das instituições públicas, têm suas multiformes de propagação de saber, uma epistemologia para além das estruturas do MEC.

Nesse sentido, ressaltamos os pressupostos da Educação Popular e da Pesquisa Participante/Ação a partir dos textos de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão.

Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento.⁷²

Decerto que nas experiências e vivências em Pedra Lisa, pude aprender mais que ensinar, fui mais educado que eduquei. Conforme Paulo Freire: “o ato de ensinar é um

⁷²FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa**. In: Brandão, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, p. 36. 1981.

ato político”. Sobremaneira, dialogando com o mesmo autor em seu texto “*Criando métodos de pesquisa alternativa*”, ponderamos que a pesquisa é um ato político. Freire nos adverte: “a quem sirvo com minha ciência?”⁷³ Por vezes, por ignorarmos tal pressuposto científico, acabamos servindo à ideologia dominante, pois quando não ouvimos, enxergamos, dialogamos, pesquisamos, aprofundamos certas temáticas com ou sobre as classes populares estamos, consciente ou inconscientemente, servindo às classes dominantes, à perpetuação e à manutenção de sua cultura e historicidade dominantes e, muitas vezes, opressora. Dialogando com Thompson (1992, p, 41), notamos:

A possibilidade de utilizar a história oral para finalidades sociais e pessoais construtivas desse tipo vem da natureza intrínseca da abordagem oral. Ela trata de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muito mais exigente e restritiva. Além disso, o gravador não só permite que a história seja apresentada por meio delas. Numa apresentação de fitas e slides do Recall, ou numa apresentação de técnicas artesanais num museu, ou numa palestra histórica, o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história.

A pesquisa participante, a história oral, o folheto e o diálogo constante com os agricultores remanescentes da luta camponesa em Pedra Lisa na década de 1950 é uma busca de resgatar essas palavras perdidas, esses sonhos silenciados e esquecidos.

Esse pensamento de querer estudar as classes populares, a região da Baixada Fluminense, nos levou à Pedra Lisa e às lutas camponesas. Ainda na graduação, enquanto estudante do Curso de Licenciatura Plena em História, poderia ter optado pelos grandes acontecimentos, pelas grandes revoluções, pelos temas com ampla revisão bibliográfica e histórica. Entretanto, não sentia minha região, como muitas outras, contemplada nas aulas de história; não enxergava as classes populares no estudo da história, mesmo na Universidade. Então, esse propósito me motivou a estudar a Baixada

⁷³ Ibidem, p, 36, 1981.

Fluminense e assim, por conseguinte, a luta camponesa e popular em Pedra Lisa. O estudo de Pedra Lisa, a pesquisa participante, a história oral, as entrevistas, o contato com seu Bráulio, seu Moacir, seu Josimar me permitiram dialogar com a comunidade de Pedra Lisa e compartilhar a historicidade e vivências da comunidade. Ainda segundo Thompson (1992, p 44):

Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em sua contribuição para formar seres humanos mais completos.

Esse questionamento: “a quem sirvo com minha ciência?” esteve sempre presente em quase toda minha graduação. Minha origem popular me fez ficar ao mesmo tempo maravilhado e perplexo com os caminhos trilhados na minha vida acadêmica. “História Moderna” I, II e II, “Medieval” I e I, “Idade Antiga” I e II, e quando chega “História do Brasil”...Cadê a Baixada Fluminense? Nem mesmo em optativas (matérias alternativas aos componentes curriculares obrigatórios), podemos encontrar vestígios da historicidade da Baixada. Desse modo, o que vemos é a história dos vencidos, de quem oprimiu para conquistar e assim poder escrever a “História Oficial”. A memória e luta das classes populares e dos camponeses é negada, retirada e silenciada. A História dos trabalhadores rurais, das disputas por terras, das pessoas que lutaram para não ter suas terras saqueadas e tomadas injustamente não aparecem nos livros didáticos, pois conforme BENJAMIN (1981) e De DECCA (1990), as estruturas de poder das classes dominantes contribuem para esse silenciamento. Para resgatarmos ou para conhecer essa história negada somente a contrapelo, a contragosto das classes dominantes.

No diálogo e nas aulas com o Instituto de Educação tive o prazer de conhecer o professor Ramofly Bicalho dos Santos, na época, coordenador do Curso de Licenciatura do Campo e coordenador do Grupo Pet Educação do qual tive a honra de, por mais de 2 anos, fazer parte. Nesse grupo, além de visitas a assentamentos, quilombos e lugares históricos de Nova Iguaçu; da participação em seminários, encontros e congressos sobre

a Educação na Baixada, pude escrever dois artigos⁷⁴ para o livro: Experiências do PET Educação do Campo e os Movimentos Sociais na UFRRJ⁷⁵ organizado pelo prof. Ramofly Bicalho, tendo artigos de cada participando do Grupo PET.

No artigo “Luta Camponesa e Popular na Baixada Fluminense” deparei-me com a historicidade de luta e resistência popular na Baixada desde 1940. Tal pesquisa serviu de base para esse presente trabalho, ao permitir entender e compreender os processos pela luta e resistência pela terra na Baixada. A História que é contada na comunidade de Pedra Lisa, assim como em boa parte da região da Baixada, é a história dos vencidos. É o silêncio, é o medo – e também a ousadia, a resistência. Então ao propormos uma comunicação, uma informação com o “Folheto”, propomos combater essa história dos vencidos, esse silêncio sobre a história de Pedra Lisa vista sob o ponto de vista e as vozes dos lavradores e demais segmentos populares.

⁷⁴Os artigos elaborados para o Livro do Grupo PET: Luta Camponesa e Popular na Baixada Fluminense e Preservação da Identidade e Historicidade Quilombola.

⁷⁵Santos, Ramofly Bicalho (org). Experiências do PET Educação do Campo e os Movimentos Sociais na UFRRJ. UFRRJ/ JLS Editor: Seropédica, RJ; 2015.

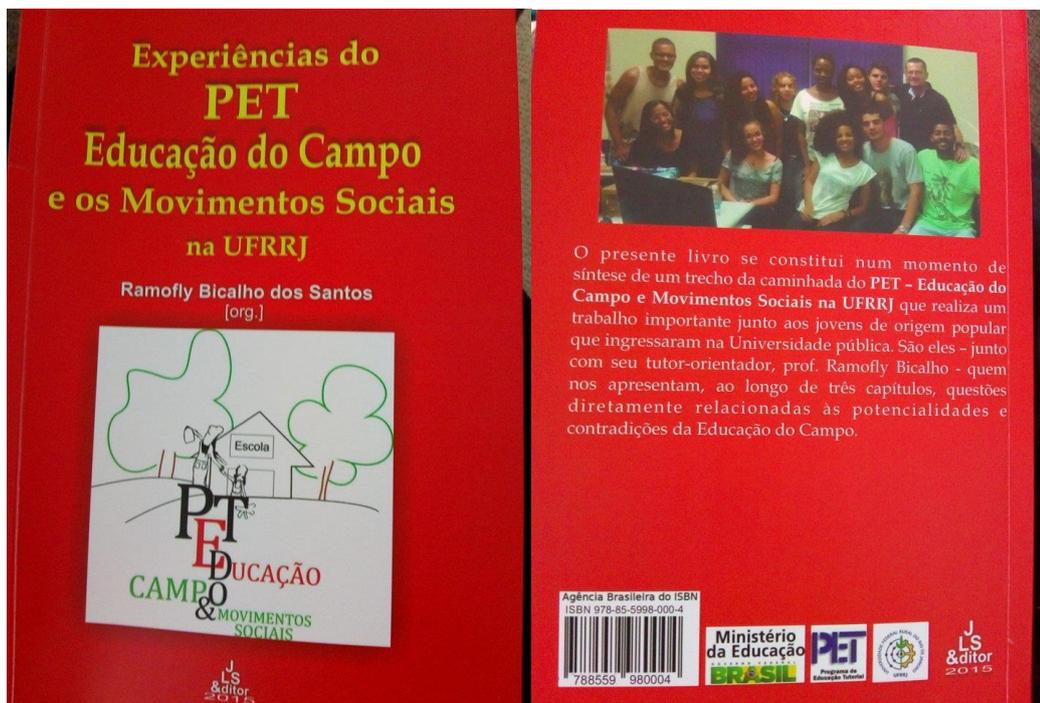


Figura 15: Frente e verso da capa do livro Experiências do PET Educação do Campo e os Movimentos Sociais na UFRRJ.

O livro do Grupo PET Educação do Campo e Movimentos Sociais em dois capítulos e diversos artigos aborda temas como: História dos Movimentos Sociais do Campo no Brasil, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, Movimento Indígena, Luta Camponesa e Popular na Baixada Fluminense, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, Movimentos dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Preservação da Identidade e Historicidade Quilombola, Via Campesina, ENERA – Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária, PRONERA – Programa Nacional de Educadores na Reforma Agrária, Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo, PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, Fechamento das escolas do Campo e as Experiências do PET Educação do Campo e os Movimentos Sociais na UFRRJ.

Decerto que os dois anos de vivências riquíssimas com a Educação do Campo, Educação Popular e Movimentos sociais nos levaram à realização desse projeto de

pesquisa participante, bem como ao desenvolvimento do Folheto. Outros aspectos fundamentais na realização do projeto de pesquisa foram as reuniões do Grupo de Estudos Educação Popular, Movimentos Sociais e Currículo, tendo a Professora Marília Campos e o professor Leandro dos Santos como organizadores. A professora Marília Campos orientadora desse projeto de pesquisa foi importantíssima no desenvolvimento do projeto, mas, sobremaneira, com a proposta do desenvolvimento do folheto. Sua militância com movimentos sociais e seu diálogo profundo com a Educação Popular serviram de base para construção desse projeto acadêmico e popular. O Grupo de Estudos manteve reuniões quinzenais e mensais desde o início de 2016. O foco de estudo do grupo é plural e heterogêneo, tendo pesquisadores nas áreas de Educação, Geografia, História, Filosofia. As discussões e problematizações giram entorno da realidade brasileira e sua interface com a educação, enfatizando o papel dos movimentos sociais e das experiências da Educação Popular.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos observar através dessa pesquisa é que há muitas coisas a serem estudadas, investigadas, desvendadas, resgatadas e desconstruídas sobre a história e a realidade da Baixada Fluminense. A Associação dos Lavradores Posseiros de Pedra Lisa significou, na época, um marco no cenário político na Baixada Fluminense. O movimento dos posseiros contra os grileiros a mando das companhias loteadoras, inseriu o camponês no debate político e social da Baixada. A organização, a resistência e o desenvolvimento da Associação de Lavradores-Posseiros por mais de 10 anos serviu como modelo para a continuidade da luta camponesa no Rio de Janeiro. Sendo assim, a Escola Popular de Alfabetização de crianças, adolescentes e jovens de Pedra Lisa está na gênese do desenvolvimento de uma educação própria das classes populares e dos sujeitos do campo, pois a Escola de Alfabetização foi construída por eles para atender as classes populares do campo, sem sair do campo. Sendo assim, segundo CALDART (2000, p. 255) “nada começa nem termina: continua”. Então o esforço dos Lavradores-Posseiros de Pedra Lisa teve sua continuidade, mesmo que minimamente, com o MST, Paulo Freire e a Educação do Campo como vemos hoje.

O que fizemos, afinal, neste trabalho foi buscar compreender a importância da Escola Popular de Alfabetização, bem como ressaltar a importância das memórias das lutas camponesas dos Lavradores-Posseiros de Pedra Lisa frente ao avanço do silenciamento dos agentes sociais e políticos da Baixada. Podemos desvelar personagens como Bráulio Rodrigues da Silva que escreveu uma história à contrapelo na Baixada Fluminense ao resistir, organizar e combater as elites imobiliárias e políticas que buscavam, na época, o desenvolvimento de seus poderes políticos e privilégios. Sendo assim, buscamos provocar uma problematização em torno do silenciamento da história das classes populares ao terem seus processos históricos silenciados, deturpados e negados.

Nesse estudo, pudemos contemplar camponeses semianalfabetos preocupados e conscientes do poder da educação e da necessidade de criar uma escola popular. Observamos tais lavradores em seus processos de organização e resistência à onda loteadora e industrial que devastou famílias tradicionais que estavam em seu caminho,

vimos que literalmente devastou. A criação e desenvolvimento dessa escola visava, entre outros objetivos, combater a desigualdade social e educacional que existia nas classes mais populares da Baixada Fluminense entre as décadas de 1940 e 1960. Dialogando com Paulo Freire, percebemos que, ao ler e escrever, tais camponeses inseriam-se no mundo, passavam de espectadores para atores sociais de seu tempo e destino, pois pela leitura interpretavam o mundo e assim tinham a possibilidade de mudá-lo, de transformá-lo. Ao ler, poderiam entender e compreender leis, direitos e deveres. Poderiam combater, resistir à opressão e à violência, como vimos, que estavam expostos através das ações dos grileiros, empresas loteadoras e políticos locais. A construção e o desenvolvimento da escola de Pedra Lisa foi confirmação do poder e organização dos lavradores.

É muito importante enfatizar que este trabalho teve, desde seu início, uma preocupação com a metodologia e com o que Brandão e Freire (1999) chamam de “Pesquisa Participante/Ação”, ou seja, de um diálogo profundo e constante com os agentes sociais de Pedra Lisa, além claro de sua historicidade popular. Não obstante, tínhamos sempre em mente a preocupação de devolver, de dialogar com os sujeitos de Pedra Lisa. E foi dessa preocupação que surgiu o folheto que conta, minimamente, uma parte do estudo em uma linguagem popular e comunicativa sobre a importância social e política de Pedra Lisa para a luta camponesa na Baixada Fluminense. E busca combater a história dos vencedores e a “História Oficial”. Desse modo, o Folheto foi uma ferramenta popular de difusão, propagação, extensão dessa pesquisa e entrelaçado a esse propósito: o de mostrar à comunidade local sua história a partir da perspectiva dos trabalhadores rurais, uma história do ponto de vista das classes populares, camponesas desembaraçada do pensamento dominante das elites.

Esse texto, em suma, é uma construção de relatos históricos, sociais, políticos e educacionais em torno de populares. De sonhos que se converteram em um movimento de Lavradores-Posseiros no interior de Nova Iguaçu que deixaram todo tipo de sentimento de inferiorização e marginalização, e que lutaram por suas terras e por seus direitos. Romperam barreiras sociais e políticas. Parafraseando Thompson, esse texto procura lançar a vida para dentro da própria história, para a história da Baixada Fluminense. Não somente como uma inclusão, mas como um resgate, um lugar a quem

é de direito, de “fato”. Essa outra história que “admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo.(professora e “povo” aqui é um termo citado pelo autor” (THOMPSON, 1992).

Muito despretensiosamente, a ideia que foi sentida, muitas vezes, ao longo desse trabalho, foi a de trazer a dignidade a esses sujeitos que vivenciaram esse litígio em Nova Iguaçu, na época. A finalidade da Educação do Campo: expressão da conquista e do exercício de direitos dos setores populares rurais por meio de seus movimentos sociais é uma importante ferramenta na valorização e na salvaguarda da história da luta camponesa na Baixada Fluminense. Todavia, fica registrado que independentemente de nos escrevermos uma história à contrapelo, contra-hegemônica da Baixada Fluminense, as classes populares e os movimentos sociais nunca precisaram de nós (pesquisadores) para escrever e afirmar sua história. Seu Josimar Farias, semi-analfabeto, que escreveu a próprio punho a historia de Pedra Lisa desde as Sesmarias na época colonial nos mostra e corrobora esse pensamento. O que buscamos não é dar vozes, mas procuramos servir, aprender e reaprender com tais sujeitos e acontecimentos históricos. Minimamente contribuir

Bem como a Educação do Campo, atualmente e em múltiplas formas, a Escola Popular de alfabetização de crianças, jovens e adultos de Pedra Lisa pretendeu a transformação e a emancipação humana e social dos Lavradores-Posseiros tradicional e historicamente “subalternizados” e “marginalizados” pelas elites proprietárias. Ressaltar a importância da histórica e social da Escola popular de Alfabetização de Pedra Lisa é combater a história dos vencidos, é “escovar a contrapelo”, a perspectiva de uma construção histórica não como simples contemplação do passado, mas como possibilidade de reinterpretação e transformação do futuro. A Escola de Pedra Lisa foi a prova e ação mais fundamental da capacidade dos trabalhadores organizados enquanto sujeitos coletivo e histórico. A escola visava a emancipação humana, talvez uma utopia que nos leve um dia a acreditar e lutar para que não haja mais história dos vencidos e vencedores, mas uma história justa e igualitária, emancipadora e libertadora que busque a democratização da memória coletiva e individual dos sujeitos. Mais que escovar, precisamos escrever, construir diálogos e pontes, ao invés de muros com quem pensa diferente de nós ou nos impõe algo. Há momentos de lutar, como há momentos de amar,

de unir-se, de perseverar e acreditar que um mundo mais igualitário é possível onde vozes serão ouvidas, memórias lembradas. Que a minha, a sua e a nossa história popular seja, daqui a alguns anos, lembrada e não silenciada, renegada. Essa é a nossa luta.

5 BIBLIOGRAFIA

5.1-Arquivos

Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Centro de Documentação e Memória Maurício Grabois.

Centro de Documentação e Memória da UNESP.

Biblioteca Nacional Digital.

Arquivo Escolar da Escola Municipal de Pedra Lisa.

Arquivo do Núcleo Agrário Miguel Couto – Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa.

5.2- Livros, teses e artigos

AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. **Organização, Resistência e luta dos Lavradores – Posses de Pedra Lisa na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 1960.** Monografia do Curso de História, UFRRJ. Seropédica, junho de 2015.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **A Evolução do Espaço Agrário Fluminense.** GEOgraphia – Ano 7, nº 13, 2005.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense.** Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília, DF. Coleção Por uma Educação básica do Campo, nº2, 1999.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BICALHO, Ramofly dos Santos (org). **Experiências do PET Educação do Campo e os Movimentos Sociais na UFRRJ.** UFRRJ/ JLS Editor: Seropédica, RJ; 2015.

BICALHO, Ramofly dos Santos. **Alfabetização no MST: Experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense**. 2 Edição, Campinas: Editora Komedi, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BEZZERA, Aída; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **A questão política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 7 Edição, 1987.

BULCÃO, Clóvis. **Os Guinles: A história de uma dinastia**. Ed. Intrínseca, 2015.

CALDART, R. S. (2002) **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In: **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Kolling, E.J. et al. (orgs). Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4. Brasília: Art. Nacional Por Uma Educação do Campo. 25 –36 p.

_____, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. 3ª ed, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

_____, Roseli; BENJAMIN, César. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: 2000. Coleção por uma Educação Básica do campo, nº 3.

CARNEIRO, Ana; CIOCARRI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**; Brasília: MDA, 2011.

DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos: memória , história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FELICIANO, Marques Stefani et al. **Educação do campo e EJA do campo. Conquistas dos movimentos sociais e desafios**. Universidade Federal de São Carlos. 2011.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil: Configuração e gênese das desigualdades regionais**. Educação & Realidade, 2004.

FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa**. In: Brandão, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1981.

_____. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2013.

_____. **Extensão ou comunicação?** 8 ed., Rio de Janeiro: Paz e terra; 1983.

GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora**. Em: Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo (org). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, Renato dos Santos. **Educação do Campo e o direito a educação das crianças e adolescentes no município de Nova Iguaçu**. Dissertação de Mestrado. UFRRJ, Seropédica, 2015.

GRYNSZPAN, M. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GRYNSZPAN, Mario. **Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Igenes (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Editora UNESP, V.1, Brasília, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Centauro: São Paulo, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. 2000.

JOSSETI, Celina Cassal; ARAÚJO, Rosi Valéri Corrêa. **Educação nas décadas de 1920 a 1950 no Brasil: Alfabetização de Adultos em Questão**. ITABAIANA: GEPIADE, ano 6, volume 12, pp. 187, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP Editora UNICAMP, 1996.

LOWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso sobre incêndio: uma litura sobre as teses**. São Paulo: BOITEMPO, 2005.

MEDEIROS, Leonilde. **Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Igenes (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Editora UNESP, V.1, Brasília, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org). **Conflitos por terras e repressão no Campo no estado do Rio de Janeiro (1946 – 1988)**. CPDA/UFRRJ, 2015.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais do campo**. Rio

de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo**. Tese de Doutorado, UNICAMP, São Paulo, 1995.

MÈSZARÒS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. BOITEMPO, 2005.

MOTTA, Márcia (Org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. **Usos da Memória e do esquecimento da História**. Revista Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência, nº 4, UFSM, 2013.

PERRUSO, Marco Antônio; LOBO, Roberta (org). **Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade – a experiência da UFRRJ**. Brasília: Gráfica e Editora F&F, 2014.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, v.2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

_____, **Memória e identidade social**. In: Estudos históricos, v.5, n.10, Rio de Janeiro, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. In: Revista do programa de estudos pós-graduados em História, PUC-SP, Nº 15, abril/97.

_____, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. In: Revista do programa de estudos pós-graduados em História, PUC-SP, Nº 14, fev/97.

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU. **De Iguassú a Nova Iguaçu – 170 anos**. 2º Ed. 2004.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. **O Rio de Janeiro e o Imprensa Popular: imaginário social carioca nas páginas do jornal (1949-1954)**. ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS. **ATLAS fundiário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos – SEAF, 1991.

SILVA, Tomaz Tadeu da(Org). **Alienígenas na Sala de Aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 In: SANTOMÉ, Torres Jurjo. **As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo**.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. **Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008 (organização de Leonilde Servolo de Medeiros).

SOUZA, Sonali MARIA, de. **A Memória dos laranjais na cidade do loteamento: considerações sobre feitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970.** 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado – História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

TÔRRES, Gênesis (Org.). **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política.** Ed. IPAHB, RJ, 2004.

5.3- Periódicos

- Jornal Imprensa Popular: publicações da data de **28/12/1954, 29/ 06/1957, 20/ 07/ 1955 e 02/ 06/1956.**
- Jornal A Noite: publicações da data de **15/06/1956 e 16/06/1956.**
- Jornal Correio da Manhã: publicações da data de **21/02/1957 e 15/03/1959**
- Jornal Voz Operária: publicações da data de **29/ 07/ 1957.**
- Jornal Última Hora: publicações da data de **12/10/1960, 13/01/1961, 28/12/1954 e 08/03/ 1960**

6- Entrevistas - ANEXOS

ANEXO A – ENTREVISTA COM BRÁULIO RODRIGUES DA SILVA

Entrevista realizada em 13 de junho de 2015 com o companheiro Bráulio Rodrigues da Silva que participou diretamente na fundação da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Liza, na fundação e coordenação da escola de alfabetização de crianças e adultos de Pedra Liza, também foi decisivo na Comissão Pastoral da Terra (CPT), na FETAG, na FALERJ e atuou diretamente no Movimento Amigos dos Bairros, MAB, de Nova Iguaçu. Foi e ainda é, aos 92 anos, uma liderança na Baixada Fluminense. Ainda contribuiu no Assentamento de Campo Alegre, Na secretária de Assuntos fundiários no governo estadual do Rio de Janeiro de Moreira Franco na década de 80. Já em Magé ajudou na fundação da Cooperativa dos Pequenos Produtores dos Agricultores Familiares de Magé. Bráulio Rodrigues participou intensamente e diretamente nas disputas e conflitos de terras entre lavradores-posseiros e grileiros, empresas loteadoras, grandes famílias latifundiárias na Baixada Fluminense, em especial em Pedra Liza. Mesmo aos 92 anos, sua memória sobre esse período continua ativa e emocionada, percebemos e ressaltamos a sinceridade e paixão de uma pessoa que viveu e representa a história nas disputas de terras na Baixada Fluminense.

❖ A entrevista buscou manter um tom coloquial e original da conversa

Pergunta: O senhor participou da fundação de Pedra Liza, da organização. Como foi esse processo?

Resposta: A pessoa que participou e organizou esse processo de fundação de Pedra Liza era analfabeto, não sabia ler, mas tinha uma cabeça fora do normal. Falava bem, conversava, mas era analfabeto. A primeira organização do Estado foi em Pedra Liza. Ali houve luta mesmo, enfrentamento com polícia, essa coisa toda. Pedra Liza foi organizada para defender as terras. Eu ajudei a dar um chute na organização para eles depois seguirem. Eles tinham autonomia. Zé Matias foi o fundador. A Associação era muito forte mesmo, os trabalhadores eram pontuais e firmes.

Pergunta: O senhor era ligado ao PCB, qual influência que o PCB exerceu na fundação de Pedra Liza.

Resposta: Sim, eu era filiado ao PCB, não ao PTB. Eu era ligado, mas não tinha função. O PCB não ajudou na fundação de Pedra Liza, eu mesmo quando fui para lá não estava mais ligado ativamente ao PCB.

Pergunta: Em Pedra Liza produzia-s muitos alimentos?

Resposta: Muita coisa, muita coisa. Ali corria um trem. Que ia de Jaceruba para o centro do Rio de Janeiro, central. Três, quatro vagões por dia de alimentos, milho, feijão, legumes e todas essas coisas. O vagão ia parando pelos lugares para vender os alimentos até a central.

Pergunta:Rio de Janeiro teve um governador, Roberto Silveira. Qual a importância dele para Pedra Liza?

Resposta: Ele foi uma questão importante para Pedra Liza, nos chegamos a ir pro Palácio do Ingá. Chegamos às 14h ao Palácio, mas Roberto não estava. A esposa dele disse que nos íamos esperar um “bucado” de tempo porque ele não esta, mas vocês vão comer e beber aqui. Levamos 300 pessoas no Palácio do Ingá.e ele chegou era 23h e nos esperamos e não arredamos o pé de lá. Ai ele, Roberto, fez o ato de desapropriação das terras de Pedra Liza e deu as terras pra gente.

Pergunta: Roberto Silveira foi muito importante para Pedra Liza?

Resposta: Foi. Foi muito importante. Ele deu as sementes, deu tudo, foi lá dá posse aos posseiros. Nessa época tinha cerca de 300 a 400 pessoas morando e plantando. Uns plantavam menos, outros mais. Mas todo mundo tinha que ajudar de alguma forma. Era a informação que a direção do movimento dava. Tem plantar, tem plantar ou ajudar em alguma coisa. Senão, não adianta ficar aqui. Ninguém comprou terra aqui, todo mundo que ta aqui ganhou terra. Ninguém quer ficar com o dinheiro de vocês. O que vocês plantar aqui e vender é de vocês. Eles davam uma porcentagem mixuruca pra ajudar na Associação. Nós fizemos uma festa para Roberto Silveira

porque nós estávamos em uma situação de despejo e ele entreviu e nos ajudou. Roberto nunca se aproveitou da gente para ganhar voto.

Pergunta: No caso, as pessoas tinham que ajudar a Associação? Os lavradores-possesores?

Resposta: Eles tinha que pagar uma espécie de mensalidade, quando dava também. Se atrasasse não cobrava juros, não cobrava nada. Quando a pessoa estava começando a plantação e a lavoura, a gente facilitava. Deixada a pessoa pagar somente na primeira colheita. Era algo hoje equivalente a 2 reais apenas. No início nós construímos uma sede boa lá. Com o dinheiro nosso mesmo, não foi emprestado de ninguém. Nos dávamos as terras, nós confiávamos nas pessoas e elas tinham que provar que eram trabalhadores. Um alqueire para cada pessoa. Quando fui presidente nunca cobrei nada além da mensalidade.

Pergunta: Quando Pedra Liza surgiu, vocês recebiam ajuda da Prefeitura, do Estado de Alguém?

Resposta: Ninguém. De ninguém. O próprio Roberto Silveira que Ra um governador bem democrático e tudo, falava que não podia ajudar financeiramente. Ajudava doando algumas coisas, mas dinheiro não. A gente queria dinheiro pra fazer as coisas.

Pergunta: Que tipo de ajuda a Associação dava aos lavradores?

Resposta: Dirigia tudo ali. Uma das coisas que eram decididas nas reuniões eram a questão da produção. Que tinha que plantar. Pois o que vai nos garantir aqui não é briga, não é armação de nada. O que vai nos garantir aqui é o que nós plantarmos. Nós não carregava os lavradores no colo. Deixava eles se mexerem. Fazer as coisas, porque amanhã eu to aqui mais e foi o que aconteceu no golpe de 1964 que fui obrigado a sair de lá. Quando sair de lá deixei um sítio de 3 alqueires de terra para um companheiro de Pedra Liza.

Pergunta: O senhor lembra quem queria tomar as terras de vocês em Pedra Liza?

Resposta: Pessoas de fora. De longe. Que tentaram de tudo para tomar as terras, mas não conseguiram. A polícia era contra a gente também. O prefeito de Nova Iguaçu também não apoiava não. O prefeito mandava espião para as reuniões para ver o que se falava. Eu nunca botei nenhum deles pra fora. Um deles depois de muito tempo me disse que tinha arrependimento de falar comigo, eu disse: por que se você não fez nada comigo. Ele disse que era espião da prefeitura. Então eu fiz alguma coisa contra o senhor e os demais. Por isso tinha duas reuniões, uma com o povo todo e outra com a diretoria.

Pergunta: Nessas reuniões da Associação participava todo mundo? Todos os lavradores?

Resposta: Todo mundo. Discutíamos os problemas que tinham sido aprovados em assembléia. Era uma reunião geral de todos os posseiros. Tinha uma diretoria que tomava decisões com todos que moravam na área. Era uma diretoria eleita pelos lavradores. Tudo de uma forma democrática.

Pergunta: Vocês seguiam alguma teoria, algum partido ou ideologia, pensamento político?

Resposta: O Partido Comunista teve uma grande influência, mas não no início. O partido deu ajuda depois com alimentação, semente e essas coisas. Eles montaram e mobilizaram o grupo deles para arrecadar doações ou dinheiro para Pedra Liza. Mas eles não tinham nada haver com a organização dos posseiros.

Pergunta: Qual foi a maior dificuldade que vocês tiveram ou encontraram para fundar Pedra Liza?

Resposta: A maior dificuldade foi a reunião com eles, os lavradores. Eles estavam desconfiados da gente, das pessoas que tentavam criar a Associação. Mas depois a coisa foi chegando, chegando devagarzinho... Com a maior organização e com

o dinheiro da mensalidade dos alqueires, terras, conseguimos um médico para ir lá 2 vezes por semana para ver as crianças e as pessoas.

Pergunta: Sobre a escola?

Resposta: Tudo lá foi fundado por nós. A Escola também. Conseguimos uma professora com a prefeitura para dar aula. Era escola de alfabetização de adultos, tinha crianças também. As aulas eram de manhã e a tarde porque não tinha luz em Pedra Liza. Era dado ensino de 1º grau para ensinar as pessoas a ler e escrever. Também fazer aritmética. A escola era popular e não cobrava nada de matrícula. Era pública. Eu ajudei a fundar e organizar, construir. A escola funcionava na sede da Associação. Eu não dava aula na escolhinha não. A prefeitura não intervia na escolhinha, os lavradores que organizavam.

Pergunta: Nesse escolhinha, como eram adultos, eles aprendiam ou eram conscientizados sobre a disputa de terras?

Resposta: Sempre tinha. Tinha um professor só pra essa finalidade. O porque da ocupação de terras. Para informar a eles sobre o que estava acontecendo. Nunca deixava de falar isso com eles, com os alunos. A terra é a vida de vocês, aqui é a vida de vocês. A vida de vocês é aqui nessa terra! Nunca pensa em vender ou alugar. Não vai dar certo. Hoje eu não sei como esta lá. Foram os lavradores que fundaram a escola. Cada dia tinha uma aula. Mas nem todos os dias tinham aula. Na escola tinha o estudo e falava-se da terra e da importância. Fora da escola tinha-se aulas também com estudo político da terra e de sua importância. Traziam-se professores de Nova Iguaçu para falar disso pro povo. Não devo vender, não devo passar pra outro.

Pergunta: Como que a Associação fazia para conscientizar esses lavradores sobre a importância da terra?

Resposta: A gente trazia gente de fora para dar palestra. Os próprios lavradores já tinham uma ligação com as terras, mas tinham alguns que queriam lucrar em cima. Não pagavam nada e queria passar a terra. Ganhar dinheiro em cima. No começo houve isso. Teve um que quase me deu uns tiros por isso.

Pergunta: O senhor era muito ameaçado, por causa da disputa de terras?

Resposta: Em Pedra Liza não, mas por fora sim. Carlos Pereira tentavam muito contra mim. Mario Guimarães também tenta me prejudicar, muito. Fazia de tudo para destruir a Associação esses dois.

Pergunta: Qual eram as formas que vocês faziam para resistir em Pedra Liza?

Resposta: Olha, quando vinha ordem de despejo. A gente se preparava bem. Armado com garrucha, com revolver, com carabina. A gente se preparava para enfrentar. Porque se não fosse assim a gente ia ser mandado embora e depois ia ficar difícil para voltar. A gente entrava em choque e saímos feridos. Mas uma coisa que eu não gostei é que eles me davam mais proteção do que a eles mesmos. Falavam pra eu ficar de longe e eu falava: eu sou presidente, tenho que participar. Eu ia, nunca deixei de ir. Quando as coisas estavam mais ou menos nós íamos pra cidade pra mostrar que nós estamos na luta e reivindicar direitos. O Juiz de Nova Iguaçu deu o despejo nosso, então reunimos todo mundo, todo mundo. Quem faltar não volta mais aqui. E enfrentamos os grileiros e jagunços, policiais peito a peito e botamos eles pra correr.

Pergunta: O Juiz dava a ordem de despejo, quem ia lá para despejar vocês?

Resposta: A polícia ia pra despejar a gente. Nos fizemos uma ponte falsa que a policia tinha que passar por lá. Fizemos uma ponte falsa. Só tinha aquele caminho. Ai eles caíram(Risos). Tá lá o buraco até hoje. Há muito tempo que a policia não botava o pé em Pedra Liza.

Pergunta: A Igreja Católica apoiava Pedra Liza ?

Resposta: Não era nem contra, nem a favor. Tinha um padre lá em Nova Iguaçu que era contra a gente. Achava que a gente era desordeiro.

Pergunta: Quando ocorreu o golpe, o senhor continuou em Pedra Liza?

Resposta: Depois do golpe de 64 eu tive que sair de lá. Tive que sair. Porque o pessoal mesmo de lá disse: seu Bráulio, a gente não quer herói não. A gente quer o

senhor vivo. O senhor aqui vai se prejudicar porque eles vão vir buscar vocês. Eles tiveram aqui e não te encontraram. Eles estão atrás do senhor. O senhor ainda vai prestar muito serviço e não queremos que você seja preso não.

Pergunta: O senhor lembra-se de algum político ou advogado que ajudou Pedra Liza?

Resposta: Um advogado que nos ajudou muito foi Almir Alves. Ele trabalhava de graça e não cobrava nada. Tenório tentou usar a gente. Ele ajudava de nome só. Ganhava renome em cima de nós. Não chegou a ajudar e queria ser visto como político em cima de nós. Do nosso trabalho. Ele me procurou e tal e até conversei com ele que esse tipo de Trabalho eu não faço. Ele queria que eu fosse cabo eleitoral dele. Depois que eu estive com ele, ele ia me amarrar. Ia ficar preso politicamente.

Pergunta: Em Pedra Liza, como que eram as condições, tinha luz água?

Resposta: Não tinha luz, era lampião. Não tinha água encanada, era poço. Tinha também momentos de lazer na reunião da diretoria, nesses espaços também tinha momentos de lazer. Foi muito bom. Fiquei mais de 15 anos da minha vida em Pedra Liza. A gente ajudava os companheiros que estavam com dificuldade financeira e alguma coisa assim.

Pedra Liza foi muito mais explorada do que ajudada. Por tudo que o movimento significava. Enfim, está lá Pedra Liza. Não sei como está Pedra Liza. A terra era a ganha pão. Pela terra a gente fazia tudo.

Pergunta: O senhor tem alguma coisa para falar com os moradores de Pedra Liza?

Resposta: Espero que os meus amigos ou não estejam aproveitando daquilo que nós fizemos em Pedra Liza. A escolinha, o trabalho junto com os posseiros dali, isso... Eu não esqueço Pedra Liza nunca. Ali aprendi muita coisa.

ANEXO B – ENTREVISTA COM ANTÔNIO LACERDA

Entrevista realizada no dia 4 de junho de 2015 com o companheiro Antônio Lacerda que é coordenador do Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu, professor de História e filosofia, historiador da Baixada Fluminense com diversos artigos publicados. Também realiza visitas guiadas a patrimônios culturais e históricos de Nova Iguaçu e do município do Rio de Janeiro.

❖ A entrevista buscou manter um tom coloquial e original da conversa

Pergunta: Pondere sobre a relação do governador petebista Roberto Silveira com a Associação de lavradores e posseiros de Pedra Liza e conseqüentemente Nova Iguaçu.

Resposta: marcou muito o imaginário da população da Baixada Fluminense. Por ser um governo de cunho nacionalista, dialogou com o movimento popular e organizações camponesas e operárias. Sua morte em no ano tal causou verdadeira comoção entre os populares na BF.

Pergunta: Dentre algumas lideranças de Pedra Liza e dos movimentos de resistência e luta camponesa em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense, podemos citar Bráulio de Oliveira, Zé Pureza, Josefa Pureza, Zé Matias. Pondere ou comente sobre esses líderes e se há algum outro que foi importante para o cenário camponês da Baixada, em especial de Pedra Liza.

Resposta: Bráulio ele é interessante, pois ele participa desde às décadas de 50 dos movimentos camponeses e durante a ditadura ele fica na clandestinidade. E voltando se integra com a ação social da Igreja católica, sendo um dos fundadores da CPT da diocese Nova Iguaçu. Isso por volta de 1975-76, na década de 80 vamos encontrar também atuando no MAB. Ele o Bráulio admira muito o Dom Adriano Hipólito.

Pergunta: A Associação de Lavradores de Pedra Liza foi uma das pioneiras na Baixada Fluminense, a mesma apresentou desde 1948 um grande avanço na organização e mobilização no que tange a resistência e luta por direitos no campo. Comente e pondere sobre esses aspectos.

Resposta: Sem dúvida a experiência dos lavradores de Pedra Liza teve uma repercussão no Sul do Brasil e âmbito nacional. Servindo também de escola de aprendizagem para lideranças que ficavam um tempo em Pedra Liza bebendo da experiência camponesa no que tange a organização e mobilização.

Pergunta: Entre as décadas de 40 e 50, qual o cenário político, social e econômico de Nova Iguaçu? Qual a influencia das obras de saneamento na Baixada em

Nova Iguaçu? Comente e pondere um pouco sobre a especulação imobiliária a partir dessas obras.

Resposta: Na década de 40 e parte da de 50 Nova Iguaçu estava buscando uma solução para a crise da laranja, e ao mesmo tempo ver surgiu de forma poderosa a indústria de loteamento. Fazendas decadentes eram loteadas e transformadas em verdadeiros bairros. A fazenda da posse por exemplo, que foi toda retalhada e transformada em vários bairros. Fazenda Santa Rita também foi transformada e também a Fazenda Caioba e Cabuçu. Existiam 3 fazendas e Pedra Liza era uma localidade, mas os Guinle compraram aquela região formando e vendendo glebas, chácaras. E tudo aquilo passou a ser deles. Teve uma nova configuração. Na década de 50 tinha muito violência na política, quase tudo se resolvia na bala. Tínhamos uma Câmara de vereadores retrógrada, elitista e conservadora. Sebastião de Arruda Negreiro foi um prefeito progressista na década de 50. Teve um vereador Antônio Cunha que assassinado e foi muito ativo. Existia uma propaganda maciça de ligar todo o movimento de Pedra Liza a tudo aquilo que havia de pior no mundo, por exemplo a Cuba e aos comunista. Buscavam endemonizar e inferiorizar o movimento de Lavradores de Pedra Liza. As obras de saneamento foi um dos maiores investimentos de infra-estrutura que aconteceu na BF. Envolvendo milhares de trabalhadores. Dessecaram pântanos, retificaram rios, abriram canais, tudo isso para enxugar a região, pois a Baixada era muito pantanosa, para possibilitar o loteamento, a atividade industrial.

Pergunta: Qual o papel ou a importância da Igreja Católica na questão camponesa de Pedra Liza?

Resposta: Aqui na Baixada nessa época não existia uma diocese. As paróquias da baixada estavam ligadas a diocese de Barra do Piraí, somente em 1960 que é criada a diocese de Nova Iguaçu, a partir de então que ação pastoral voltada as camadas populares. Então a atuação da Igreja era muito tímida, existia poucos padres na Baixada na época.

Pergunta: Pedra Liza e sua produção agrícola alimentícia abasteceram durante muito tempo municípios adjacentes a Nova Iguaçu, bem como a região da Cidade do Rio de Janeiro. Comente e pondere sobre a importância social e econômica de Pedra Liza para Nova Iguaçu e região.

Resposta: Toda a produção e comercialização foram facilitadas pelo trem que passava de certa forma perto de Pedra Liza. Estrada d ferro rio Douro que passa em Jaceruba e no bairro rio douro.

Pergunta: Como estava a disputa por terras e poder em Nova Iguaçu nas décadas de 40 e 50, quais eram os atores sociais, políticos, econômicos e familiares envolvidos nesse litígio por terras e poder.

Resposta: Os proprietários de terra da Baixada Fluminense eram a Santa Casa de Misericórdia, a família Guinle, O Conde Modesto Leal, Família Telles de Menezes, os políticos não representavam os anseios do povo e os mesmos adquiriram muitas terras, o próprio Fábio Ranhueingtt, A família Távora, família Alvarez, do outro lado existia uma incipiente organização de trabalhadores do campo, muitos ligados ao PCB que lutavam e reivindicam por terras na Baixada Fluminense. Pedra Liza se enquadra nesse sentido.

ANEXO C – ENTEVISTA COM SEU MOACIR SILVEIRA, AGRICULTOR FAMILIAR DE PEDRA LISA E EX ALUNO DA ESCOLA DE PEDRA LISA NA ÉPOCA DO SURGIMENTO DA ESCOLA E DA ASSOCIAÇÃO.

Pergunta: O senhor lembra qual foi o período que estudou na escola em Pedra Lisa?

Resposta: Era por volta de 58, 59 e 60. Eu estudei o primário. Currículo normal. Lembro só do primeiro nome do professor: Gabriel. De acordo com seu grau de escolaridade você ficava esperando o professor vir até você, na sua carteira para te dar a matéria para você fazer, pois não tinha classe diferenciada, eram todos juntos.

Pergunta: O que mais o senhor aprendia na escola? Aprendia coisas sobre a terra?

Resposta: A escola ensinava também coisas sobre a vida, como era uma escola rural ensinava coisas sobre a terra. O professor sempre nos perguntava essas coisas, conversava com a gente. Por ser rural a formação era pra gente aprender a ler, escrever, conta e tudo mais e voltar para o campo, para trabalhar.

Pergunta: O que a escola significou para o senhor?

Resposta: Significou muita coisa. Era fundamental. Era a única escola da região. Em Jaceruba, Santa Antônio, ao redor daquilo tudo não tinha escola nenhuma. Então a gente não precisava andar muito ou pegar condução para estudar. Pra mim que

não tive mais oportunidade de estudar foi importante demais. Muita coisa que sei hoje, mesmo da terra, aprendi na escola e ensinava aqui pros meus primos.

Pergunta: o senhor lembra como era o conflito pelas terras? A ação dos grileiros?

Resposta: Era terrível, várias vezes eu e minha família tínhamos que nos esconder no mato, pois eles , os grileiros estavam tacando fogo na nossa casa. Os grileiros odiava os lavradores. Tenório se juntou com um delegado aqui da região e fez coisas terríveis contra a gente. Sorte que nós tínhamos lideranças como Bráulio, Lacerda, Vantuíl, Didi, o José Matias que nos ajudava. Isso aqui não foi brincadeira não!

Os grileiros queriam quebrar os lavradores. Nós produzíamos muito aqui, muito. Isso aqui era uma produção tremenda. Acho que por isso queriam nossa terra. Mas nós não tínhamos insumos, incentivos, empréstimos... Até hoje não tem!

Pergunta: O que essa produção toda parar, além claro da Ditadura e tudo mais.

Resposta: O projeto de rodovias do Juscelino. Ai desativou as Marias-fumaças que levavam a feira para venda, a carga era escoada através da auxiliar, a linha de ferro. Quando fechou a linha de ferro prejudicou muito a gente. A polícia do Tenório e o Delegado Romário colocavam fogo em nossas casas e plantações, isso prejudicou muito também.

Pergunta: o senhor lembra de quantas pessoas tinham na escola?

Resposta: Tinha cerca de 50 alunos ali. Adolescentes e jovens. A escola atendia muita gente. Vinha gente de outros bairros para aprender a ler.

Pergunta:o senhor lembra quem construiu a escola de Pedra Lisa.

Resposta: A escola foi criada pela Associação. A Associação mantinha a escola funcionando e ajuda no que precisava. A Associação dos lavradores fez muito por todos aqui. Nos protegeu, ajudou com sementes, com a plantação e sobre os conflitos que

tinham. A Pastoral da Terra com seu Bráulio também foi muito importante para os lavradores.

ANEXO D – ENTREVISTA COM ROMÁRIO SILVEIRA, PROFESSOR, EDUCADOR, PESQUISADOR SOBRE A REGIÃO DE JACERUBA E PEDRA LISA. MILITANTE DESDE 1980 SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E EDUCACIONAL.

Pergunta: Poderia me explicar um pouco sobre sua trajetória política, educacional e militante em Jaceruba e na Baixada Fluminense?

Resposta: Minha militância política iniciou na década de 1980, nas ocupações de Campo Alegre, na Fazenda Campanela em Engenheiro Pedreira. Era uma atuação mais de SOLIDARIEDADE CRISTÃ aos que sofriam. Daí conheci um movimento "petista" chamado OPPL (Organização Popular é Pra Lutar) e fui tomando consciência política, estudando marxismo, me envolvendo no movimento estudantil até me formar professor das séries iniciais e ir trabalhar na Escola Estadual de Jaceruba, em 1991. Lá em Jaceruba conheci Vantuil Dias Lacerda (cumpadre de Bráulio Rodrigues) e com eles fui conhecendo e me apropriando da história da luta em Jaceruba. Eles atuavam na Direção da Associação de Moradores de Jaceruba e eu pretendia fazer uma "ponte" entre as lutas da comunidade e as demandas da ESCOLA por melhorias, ainda numa concepção ruralista. No princípio eu tinha o Bráulio Rodrigues como um exemplo a NÃO SER SEGUIDO. Só hoje consigo compreender nossos equívocos nas bandeiras que empunhávamos e me apropriar da dimensão humana que nos faltava. Para Bráulio Rodrigues, assim como para os seus correligionários que sofreram as dores da tortura e os flagelos da Ditadura Empresarial-Militar, RESTITUIR A DEMOCRACIA E O ESTADO DE DIREITO eram objetivos sagrados... Já para a minha geração, que cresceu durante a ditadura, mas que não vivenciou seus momentos mais duros (prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos,...) - a restituição da democracia burguesa não tinha tanto sentido. Queríamos mais!!! Nos alinhávamos entre os setores mais radicais e negávamos o poder na sociedade capitalista, a participação nos Conselhos Comunitários e fóruns de "consertação" que víamos como "instrumentos de cooptação e cooperação de classes". Hoje entendo e admiro o papel do Bráulio... Sem negar a importância do

papel que tivermos... Mas isso me permite ver com mais carinho e compreensão o "sectarismo" travestido de "radicalismo" dos movimentos atuais.

Pergunta: Qual sua ligação com Pedra Lisa, o que te chamou ou chama a atenção na Região?

Resposta: Minha ligação a Pedra Lisa tem a ver com a percepção de que ali, como em Jaceruba, está "enterrada" uma rica e fecunda possibilidade de transformação. Naquela região há uma série de "pretéritos imperfeitos" que precisam ser conhecidos, resgatados, valorizados e representados às novas gerações para que não prossigamos no futuro eternamente "repetindo o passado". Minha ligação é ideológica, é profissional e também apaixonada... em busca da razão, mas apaixonada!

Pergunta: Poderia me contar um pouco sobre as disputas camponesas que aconteceram em Pedra Lisa e Jaceruba, ou seja, os embates entre camponeses e grileiros, policiais e mesmo as autoridades.

Resposta:Essa questão eu creio que não tenho legitimidade para responder até porque eu não vivi essa fase da história. Nasci em 1968 - quando as lutas mais intensas já haviam sido travadas, os líderes já estavam presos, torturados, desaparecidos ou na clandestinidade. A história daquele período era a "dos vencedores", dos torturadores, dos entreguistas, ... MEU NOME é em homenagem ao maior "matador de comunista" da região naquela época - o que demonstra o poder ideológico que os golpistas exerciam sobre as massas.O livro do Bráulio Rodrigues, a pesquisa da Leonilde Medeiros e os relatórios da Comissão da Verdade podem falar desse período e destes conflitos com muito mais propriedade e objetividade do que eu. Cresci vendo os delatores e torturadores sendo "homens de negócios bem sucedidos" em Engenheiro Pedreira. Só mais tarde, na minha adolescência e no convívio com os velhos militantes do Partidão é que fui entender os "segredos" dos sucessos nos empreendimentos dos "entregalistas”

Pergunta: O senhor conhece seu Bráulio? Qual a importância dele para Pedra Lisa, Jaceruba e Baixada Fluminense? Qual o legado e a memória desse personagem para a questão camponesa?

Resposta: Conheci o Bráulio da década de 80. Amadurecido, após a tortura, após a prisão, após décadas de perseguições. Era um líder mais conciliador do que revolucionário. Valorizava muito a reconquista da democracia burguesa, a atuação nos Conselhos Municipais, nas assessorias dos governos. Conquistava pequenas vitórias que "empoderavam" as lideranças comunitárias que os seguia. Foi base de apoio dos governos do PMDB. Na época o PMDB não era essa podridão que se conhece, mas consigo entender melhor o Bráulio daquela época. Talvez porque me coloquei na posição dele. Mas, o BRÁULIO que HOUVI FALAR, das décadas de 60 e 70, das ocupações de Pedra Lisa e Jaceruba... - o jovem Bráulio - É UM MITO!!! Liderança forte! Sempre tinha uma resposta convincente para os companheiros! Capaz de reagir aos ataques dos grileiros! TRABALHADOR!!! Um homem admirado por muitos e temido por outros. INVEJADO por outros... Meus alunos da EJA (alguns com 70 anos de idade) chegavam a brilhar os olhos quando me falavam dele!!! O legado dele??? TENTO RESGATAR !!!! É MEU TRABALHO!!!! A História que hoje é contada na comunidade é a história dos vencedores! É o silêncio!!! Muitos que hoje vivem nas terras conquistadas por ele desconhecem sua história!!! MEU PAPEL NA ESCOLA MUNICIPALIZADA DE JACERUBA hoje está sendo o de resgatar essa linda história... Os valores, as práticas políticas daquela época, as estratégias de resistência, o SUJEITO COLETIVO que representava as demandas da população...

Pergunta: Você sabe por que Pedra Lisa, apesar de muito longe da capital do Estado, foi uma região no passado que teve suas terras disputadas tão violentamente?

Resposta: Jordan, vou dizer o que eu "ACHO"... Te convido a refletir comigo... Não tenho plena certeza do que estou dizendo!!! É mais ou menos o seguinte: a) As regiões de Miguel Pereira, Paty do Alferes, Vassouras, (do Vale do Paraíba em geral e do Sul Fluminense) foram ocupadas em processos anteriores. Processos provocados pelos surtos econômicos do OURO (eram caminhos para escoamento do ouro das Minas Gerais) e posteriormente do Café. ENTÃO, entre as terras ocupadas pelas fazendas

cafeiras (da Região Serrana, do Centro Sul Fluminense e do Vale do Paraíba) E a antiga capital da Província e dos subúrbios do Rio de Janeiro FICAVA essa região de pântanos, cercada por rios sinuosos, grandes extensões de terras submersas, epidemias diversas e pouco valor econômico já que a "não" produção do café "não" demandou a construção de infraestruturas na região. JAPERI foi sempre uma região de PASSAGEM, pois estava entre a serra(produtora) e o litoral(porto).Com os processos de DRENAGEM dos rios da região, a RETIFICAÇÃO, a CONSTRUÇÃO DE DIQUES - todas em função de atender à necessidade de energia elétrica e água para o Estado da Guanabara, o RIO GANDU foi transformado nesse grande curso de água e as terras antes submersas passaram a ser emersas, valorizadas e disputadas...Estou tentando resgatar a história dos IRMÃOS GUINLE (família grande proprietária de terras na região e que, segundo me disseram, possuíam articulações até com os Rockefellers dos EUA), o Conde de Al Gesur, os Paes Leme, os Modesto Leal, os Wainsagen, os Normandia,..) - Tudo isso para compreender as influencias de capitais e interesses internacionais determinando nossos destinos.Bem, para concluir, eu PENSO que em Jaceruba e Pedra Lisa temos uma população originária e majoritariamente formada em 2 (DOIS) processos distintos: Alguns foram trazidos como meeiros, colonos para trabalhar nas terras da Fazenda São Pedro, das famílias Paes Leme e Junqueira. Algumas famílias são descendentes dos FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS que vieram trabalhar no período da construção da REPRESA.Eram ferroviários, guardas de água e florestais, etc.Outros, a maior parte, vieram nos processos de ocupação após a retificação do Rio São Pedro... São trabalhadores oriundos de Campos(Chico Lacerda), Minas (Bráulio Rodrigues), os Brum, Cruz, Aguiar,...

Pergunta: O senhor organizou um Encontro com personagens e atores políticos, educacionais e sociais de Pedra Lisa, nesse encontro tivemos o prazer de receber seu Bráulio. Qual foi o propósito de esse Encontro e a importancia dele para a Memória da Luta camponesa e política na Baixada Fluminense?

Resposta: Encontro teve como objetivo a devolução da pesquisa da Comissão da Verdade que a Leonilde Medeiros realizou. Mas para mim foi mais além... A pesquisa não teria serventia se fosse para ficar guardada nas prateleiras das bibliotecas. O conhecimento produzido precisa ser divulgado e colocado à disposição da sociedade.

Os professores precisam CONHECER, se apropriar desse material... Mas ANTES precisamos sensibilizar os COLEGAS PROFESSORES para a necessidade de "escovarem a contra pelo" essas histórias para fazermos JUSTIÇAS aos que foram e continuam sendo injustiçados!! Nossa atuação tem sido em dois sentidos. O PRIMEIRO é dialogando com os colegas educadores acerca destes temas, chamando-os para participar das formações, para conhecer a EDUCAÇÃO DO CAMPO como modalidade de ensino capaz de incorporar esses saberes e essas histórias... Não para a simples contemplação do PASSADO, mas como possibilidade de reinterpretação do passado visando a transformação do FUTURO. O SEGUNDO é a atuação junto aos meus ex alunos. Está sendo o máximo. Voltei para Jaceruba e em plenas férias estamos nos reunindo com jovens trabalhadores e nos reapropriando desses conhecimentos. Estamos preparando para o concurso da LEC 2018. São 8 jovens - todos da região - todos filhos e netos de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, que estão SE DESCOBRINDO como sujeitos históricos. Tem sido emocionante ver eles pesquisando, entrevistando os avós, entendendo e criando dúvidas sobre o passado da região. Ao conhecerem as lutas e os progressos conquistados por gerações passadas através a LUTA, esses jovens desenvolveram o conceito de SUJEITO COLETIVO e de SUJEITO HISTÓRICO... é uma lindeza que só vendo!!!! Bem, o Encontro atendeu aos objetivos da Leonilde Medeiros como pesquisadora empenhada em devolver o resultado da pesquisa aos seus participantes MAS para mim o objetivo era também o de AVIVAR a brasa e reacender a chama de luta entre aquele povo. E a presença de Bráulio Rodrigues foi crucial nesse sentido

Pergunta: Qual a importância da Escola Popular de Alfabetização criada pelos Lavradores- Posseiros de Pedra Lisa na Década de 1950? Qual sua opinião como educador de camponeses terem criado e gerido por tanto tempo essa escolinha voltada para seus trabalhadores e filhos?

Resposta: Bem, a Escolinha foi à prova mais contundente da capacidade dos trabalhadores organizados enquanto SUJEITO COLETIVO (no caso aí era a Associação) organizarem as diversas dimensões da vida. Ou seja, não pensavam e

organizavam só o trabalho, a produção e a comercialização, MAS também a EDUCAÇÃO de seus filhos, a cultura, o lazer, a saúde, a solidariedade, os valores éticos e estéticos da comunidade. Pensando assim, um Núcleo Agrário com tamanha AUTONOMIA, formador de sujeitos históricos e críticos já na década de 1950, era algo extremamente subversivo e perigoso para as forças conservadoras da época. E sabemos que não era uma simples escolinha que tínhamos em Pedra Lisa. Tive a honra de conhecer o Professor Farias, que atuava lá... Em 2015 ele ainda estava em fuga com medo do ROMÁRIO. Ele era coreógrafo, músico, apaixonado por geologia, pianista, (já apresentou no Teatro Municipal) na década de 1960, antes do Golpe. Era esse o nível do professor que alfabetizou os lavradores de Pedra Lisa. A Associação de Pedra Lisa tinha médico, tinham caminhões, tinham contatos intensos com a Universidade RURALO RETROCESSO FOI ENORME!!! Sua maior e mais perversa Vitória foi APAGAR ESSA HISTÓRIA E FAZER PREVALECER UMA MEMÓRIA SEM LUTAS!

A ESCOLA de hoje não é nem sombra do que já tivemos.. Jordan, meu amigo.: jovens que quisessem e tivessem dispostos a pesquisar... É SOBRE OS PRETOS, A FESTA DO BOI BUMBÁ e as tradições afro que foram silenciadas em PEDRA LISA. Esse é um aspecto notável, mas que perde importância frente às injustiças CLASSISTAS.

Eu não participei da CPT na época das ocupações em Pedra Lisa (na década de 1980). Naquela época eu atuei com pessoas que ocupavam as terras da Fazenda Campanela (que ocupavam áreas entre o bairro Guandu e Santa Terezinha - em Engenheiro Pedreira). Tínhamos divergências acerca da direção que a CPT apontava para os movimentos. Enquanto a OPPL propunha a COMERCIALIZAÇÃO DOS LOTES PRODUTIVOS e a construção de vilas para moradia, a CPT apresentava ao povo a proposta de PROPRIEDADES INDIVIDUAIS. Ela ajudava com sementes, assistência jurídica, colchões, alimentos,... O sonho de tornarem-se proprietários da própria terra era mais atraente aos militantes... Foi à proposta vencedora. Não tínhamos pessoas ideologicamente firmes e formadas para construir um sonho coletivista. Os debates eram intensos e ricos. Já naquela época as realidades da baixa produtividade nos países do Leste Europeu eram posta em xeque e utilizada como argumento dos que defendia a divisão de lotes individuais. O Movimento de Pedra Lisa seguiu orientação

da CPT naquele momento. A Romaria da Terra que tive notícia pela primeira vez foi lá em Pedra Lisa. Só conheci lá uma liderança chamada MÁRIO RIBEIRO, WILSON ROSA MOTA E NILSON ROSA MOTA. Todos ex militantes das ocupações da década de 1960. Comunistas... Mas o Sr. Moacir, pelo que eu ACHO, é herdeiro das ocupações de 1960 e não de 1980 - quando LEONEL BRIZOLA assegurava a NÃO AGRESSÃO aos posseiros, provendo alimentação, segurança, ferramentas e acompanhamento - ainda que de forma populista. Eu era brizolista!!! Na verdade éramos seguidores de Luiz Carlos Prestes, que apoiava o Governo BRIZOLA. A CPT era alinhada ao Partido dos Trabalhadores e apoiada pelos Partidos PCB e PCdoB que naquele período compunham a APD (Alianças Popular Democrática) que levou MOREIRA FRANCO ao Governo do RJ. O mesmo Moreira Franco que hoje é ministro blindado do Governo Golpista de TEMER